

ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO



DECOLONIAIS

DO SUL DO SUL

teorias e práticas com a Abordagem Sociológica
e Comunicacional do Discurso

Volume II: Teoria e prática

CLEIDE EMÍLIA FAYE PEDROSA

TAYSA MÉRCIA DOS SANTOS SOUZA DAMACENO

JOÃO PAULO LIMA CUNHA

ORGANIZADORES

Organizadores

Cleide Emília Faye Pedrosa

Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno

João Paulo Lima Cunha

**Estudos críticos do discurso
decoloniais do Sul do Sul:
teorias e práticas com a Abordagem
Sociológica e Comunicacional do
Discurso**

Volume II: Teoria e prática



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Os organizadores

ISBN 978-65-86746-39-6

DOI: <https://doi.org/10.23899/9786586746396>

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/117>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Estudos críticos do discurso decoloniais do Sul do Sul [livro eletrônico]: teorias e práticas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso - Volume II: Teoria e prática/ organização Cleide Emília Faye Pedrosa, Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno, João Paulo Lima Cunha. – Foz do Iguaçu, PR: Editora CLAEC, 2024. PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86746-39-6

1. Epistemologias do Sul do Sul. 2. Estudos Críticos do Discurso.
3. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. I. Título.

CDD: 410

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdetaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 6 |
| Parte I: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: da gênese ao panorama atual | 10 |
| Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: uma corrente do Sul do Sul para fazer análise crítica do discurso | 11 |
| <i>Cleide Emília Faye Pedrosa</i> DOI: 10.23899/9786586746396.1 | |
| A Comunicação para a mudança social e os Estudos Críticos do Discurso | 39 |
| <i>Letícia Beatriz Gambetta Abella</i> DOI: 10.23899/9786586746396.2 | |
| Diálogo entre Análise Crítica do Discurso e Filosofia Social sob a ótica da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso | 67 |
| <i>Juliana Barbosa Alves, Alzenira Aquino de Oliveira, Cleide Emília Faye Pedrosa</i> DOI: 10.23899/9786586746396.3 | |
| Decisões metodológicas: sugestões para iniciados e iniciantes em Estudos Críticos do Discurso | 82 |
| <i>João Paulo Lima Cunha, Cleide Emília Faye Pedrosa</i> DOI: 10.23899/9786586746396.4 | |
| Parte II: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: pesquisas em pauta | 92 |
| Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: as representações de si e da classe de professores como atores sociais | 93 |
| <i>Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno</i> DOI: 10.23899/9786586746396.5 | |
| Polarizações na comunidade surda brasileira: um estudo de casos sob o viés da Análise Crítica do Discurso | 109 |
| <i>Leoni Ramos Souza Nascimento, Neemias Gomes Santana, Maiane Vasconcelos de Brito</i> DOI: 10.23899/9786586746396.6 | |
| Povo Surdo em pauta: suas lutas por reconhecimento sob o olhar da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso | 131 |
| <i>Alzenira Aquino de Oliveira, Juliana Barbosa Alves</i> DOI: 10.23899/9786586746396.7 | |

| | |
|--|-----|
| #EuNãoDeixoPassar: denúncia de violência contra a mulher no Twitter à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso <i>Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira, Danielle Brito da Cunha</i> DOI: 10.23899/9786586746396.8 | 151 |
| Ciência e poder: controle social através do discurso hegemônico <i>Paulo Sérgio S. Santos</i> DOI: 10.23899/9786586746396.9 | 165 |

Apresentação

Esta é uma obra que não apenas se desenvolveu nos contextos dos estudos decoloniais; porém, foi além ao propor estes estudos nas epistemologias do Sul do Sul.

Como ressaltamos no “volume um” e presentemente neste “volume dois”, o Sul epistemológico sempre teve seu lugar denegado. Por isso que sermos protagonistas da virada decolonial é reconhecer a relevância de nosso fazer acadêmico e social.

Continuando na perspectiva dos Estudos Críticos do Discurso Decoloniais, este segundo volume tem como escopo apresentar propostas teóricas e analíticas a fim de demonstrar a relevância das investigações decoloniais do Sul do Sul por meio da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, corrente que teve sua gênese e está em crescimento a partir do empreendimento de sua mentora, a professora Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa, e do seu grupo de pesquisa.

Há mais de uma década que os autores e as autoras, como pesquisadores e pesquisadoras de mais de uma instituição, propuseram suas investigações, valorando seus fazeres e saberes científicos. Assim é que os leitores e as leitoras se beneficiarão com conhecimentos e resultados de pesquisas que são inovadores, contribuindo, conseqüentemente, com o fazer ciência na academia, comprometida com o social. Dividimos esta obra em duas partes, a saber: “Parte I: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: da gênese ao panorama atual”; e “Parte II: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: pesquisas em pauta”.

Na “Parte I”, o objetivo foi agregar artigos que expusessem a gênese da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) e outros passos que avançaram em seu desenvolvimento. Para tanto, contribuíram, neste fazer, os pesquisadores Cleide Emília Faye Pedrosa, atualmente na Universidade Federal de Sergipe; Leticia Beatriz Gambetta Abella, da Universidad de la Republica (Uruguai); Juliana Barbosa Alves e Alzenira Aquino de Oliveira, da Universidade Federal de Sergipe, e João Paulo Lima Cunha, do Instituto Federal do Ceará.

No capítulo um, “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: uma corrente do Sul do Sul para fazer análise crítica do discurso”, a autora Cleide Pedrosa faz uma breve contextualização da Análise Crítica do Discurso e atende ao objetivo central de sua proposta, qual seja: “apresentar a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, historicizando seu percurso teórico, suas propostas

categoriais e sua importância para pesquisas decoloniais do Sul do Sul”. A autora foca nos subsídios da Sociologia para a Mudança Social na formação da ASCD.

No capítulo dois, “A Comunicação para a Mudança Social e os Estudos Críticos do Discurso”, Letícia Beatriz Gambetta Abella, como autora, nos contempla com um texto que objetiva “inserir-nos no cenário atual da Comunicação, muito provavelmente um ‘território’”, em suas palavras, “no qual as mudanças tecnológicas dos últimos anos têm tido avanços mais radicais”. Essas transformações, consoante a autora, favoreceram o aparecimento de novas práticas sociais e a transformação de outras práticas que aparentemente estavam consolidadas. Gambetta Abella percorre, em seu texto, “as transformações que definem a Comunicação em tempos de modernidade líquida” (cf. Bauman, 2009) e como essa base teórica tem influência na proposta da ASCD.

Abordando o capítulo três, “Diálogo entre Análise Crítica do Discurso e Filosofia Social sob a ótica da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”, de autoria de Juliana Barbosa Alves, Alzenira Aquino de Oliveira e Cleide Emília Faye Pedrosa, temos uma atualização da proposta inicial da ASCD. As três pesquisadoras, tendo por base a área da Filosofia Social, particularmente a teoria da Luta por Reconhecimento de Honneth (2009) e seus próprios trabalhos iniciais (Alves, 2019; Alves; Pedrosa, 2020; Pedrosa; Alves, 2022; Oliveira, 2022), apontam o profícuo diálogo entre a ASCD e a Filosofia Social. Em seu texto, elas afirmam que “Esse diálogo foi motivado pela percepção de que a base teórica da ASCD se alinha com as pesquisas que buscam expor estruturas de poder e, sobretudo, despertar a consciência daqueles que estão em situações de desigualdade, inspirando-os a lutar por reconhecimento de seus direitos como membros marginalizados da sociedade”.

Finalizando a parte teórica, o autor João Paulo Lima Cunha em parceria com Cleide Pedrosa apresenta o quarto capítulo, cujo título é “Decisões metodológicas: sugestões para iniciados e iniciantes em Estudos Críticos do Discurso”, temática essa que é fruto da reflexão e da necessidade de (re)construir um referencial acerca da constituição da pesquisa nos Estudos Críticos do Discurso. Como ele e ela afirmam no texto, “Muitos(as) interessados(as) em fazer uma análise crítica sobre o discurso, sejam pesquisadores(as) iniciantes sejam pesquisadores(as) iniciados(as), buscam caminhos e estratégias que nem sempre são precisos, didáticos e simplificados”, por isso defendem “que é possível construir, pensar e repensar prováveis caminhos, estratégias, arranjos e escolhas que motivem, formem e direcionem uma pesquisa crítica do discurso”.

Encaminhamos as leitoras e os leitores à “Parte II” desta obra, “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: pesquisas em pauta”. Nela encontrarão as

experiências de pesquisadoras e pesquisadores que não temeram inovar e se posicionar, mesmo quando a academia não estava pronta para aceitá-las e aceitá-los. O texto “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: as representações de si e da classe de professores como atores sociais” foi produzido por Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno. Já “Polarizações na comunidade surda brasileira: um estudo de casos sob o viés da Análise Crítica do Discurso”, de Leoni Ramos Souza Nascimento, Neemias Gomes Santana e Maiane Vasconcelos de Brito, segue no mesmo esteio em busca de não repetir, mas sim contribuir. Com “Povo Surdo em pauta: suas lutas por reconhecimento sob o olhar da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”, Alzenira Aquino de Oliveira e Juliana Barbosa Alves voltam a anunciar que as pesquisadoras do Sul do Sul não temem o novo. Por sua vez, com o capítulo “#EuNãoDeixoPassar: denúncia de violência contra a mulher no Twitter à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”, as pesquisadoras nordestinas e feministas Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira e Danielle Brito da Cunha expõem suas pesquisas para o público e mostram que não se calam diante das injustiças. Por último, anunciamos o texto do pesquisador Paulo Sérgio S. Santos, sob o título “Ciência e poder: controle social através do discurso hegemônico”, num chamado para o esclarecimento de que leitoras e leitores podem ser vítimas da manipulação da imprensa.

O capítulo 5, desenvolvido sob o escrutínio da pesquisadora Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno, tem o título “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: as representações de si e da classe de professores como atores sociais”. Nele, a autora toma por base as contribuições de Van Leeuwen (1997). É sabido que o autor desenvolve sua teoria estabelecendo um elo entre teorias linguísticas e sociológicas. Para tanto, ele alarga a ideia de que discursos são recontextualizações a partir de práticas sociais e, assim, diferencia “dois tipos de relações entre o discurso e as práticas sociais: o discurso como instrumento de poder e de controle, e o discurso como instrumento da construção social da realidade”, aspectos esses que a estudiosa vai aplicar em sua pesquisa tendo por base as contribuições também da ASCD.

“Polarizações na comunidade surda brasileira: um estudo de casos sob o viés da Análise Crítica do Discurso”, de Leoni Ramos Souza Nascimento, Neemias Gomes Santana e Maiane Vasconcelos de Brito, é o capítulo 6 desta coletânea. Nele, leitores e leitoras, preocupados e preocupadas com temáticas de desigualdades sociais, poderão encontrar respaldo teórico e aplicado em pesquisas com posicionamentos críticos, sob os encaminhamentos dos Estudos Críticos do Discurso, com o fito, por exemplo, de

trabalhar com problemas sociais e, nesse contexto, subsidiar pesquisas que sustentem a defesa de grupos minoritarizados, como os surdos em suas lutas.

O próximo capítulo, o sete, “Povo Surdo em pauta: suas lutas por reconhecimento sob o olhar da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”, cujas autoras são dedicadas aos Estudos Surdos, Alzenira Aquino de Oliveira e Juliana Barbosa Alves, retoma a causa do capítulo anterior, porém aplicando a teoria da Luta por Reconhecimento, aspecto tão caro a esse grupo monoritarizado – o Povo Surdo. Elas lembram que a Análise Crítica do Discurso tem um forte compromisso político, qual seja, “investigar as práticas sociais sob a perspectiva dos grupos marginalizados, com o objetivo de promover a igualdade social” (Lira; Alves, 2018). Nesse sentido, estabelecem diálogos entre a ACD e a teoria da Luta por Reconhecimento e os Estudos Surdos.

No capítulo “#EuNãoDeixoPassar: denúncia de violência contra a mulher no Twitter à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”, as pesquisadoras Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira e Danielle Brito da Cunha analisam discursos da campanha #EuNaoDeixoPassar. Elas se ancoraram, para sua escritura, na ASCD e nos pressupostos das teorias feministas, ou seja, num Feminismo Plural. As autoras não apenas pontuam como também enfatizam que precisamos ir além de mudanças sociais, pois, por vezes ou muitas vezes, precisamos enfrentar e promover verdadeiras rupturas a fim de combater a violência doméstica.

Como último capítulo, o nove, trazemos o texto do pesquisador Paulo Sérgio S. Santos, cujo título é “Ciência e poder: controle social através do discurso hegemônico”. Essa pesquisa mostra como todos nós, leitoras e leitores, estamos diariamente diante da exposição à manipulação da imprensa. Em seu texto, o autor inclui bases teóricas como a Análise Crítica do Discurso, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso e a Comunicação para a Mudança Social e os tipos de poder, a partir das proposições de Pedrosa (2012b), retextualizadas da Sociologia para a Mudança Social.

Convidamos, dessa forma, leitores e leitoras que, assim, como nós, desejam conhecer outros lugares de leituras que não sejam apenas situadas no Norte a fim de acrescentar e vislumbrar esses lugares que as pesquisas do Sul do Sul podem oferecer.

Sentemo-nos juntas, juntos!

Estudos críticos do discurso decoloniais do Sul do Sul: teorias e práticas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

Volume II: Teoria e prática

Parte I

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: da gênese ao panorama atual

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: uma corrente do Sul do Sul para fazer análise crítica do discurso¹

Cleide Emília Faye Pedrosa*

Introdução

As pesquisas das Magalhães, Célia e Izabel, marcaram o cenário brasileiro com pesquisas em Análise Crítica do Discurso (ACD). A Izabel publicou, em 2001, a tradução do livro de Fairclough (*Discurso e Mudança Social*), este se tornou referência obrigatória para os que se adentravam neste campo. Já o livro organizado por Célia, no mesmo ano, trazia as primeiras pesquisas neste campo (*Reflexões sobre análise crítica do discurso*). Já nós, em 2001, estávamos iniciando o doutorado na UFPE, sob a orientação de Antonio Marcuschi, sempre pioneiro em nos atualizar na área da Linguística, e foi assim que a ACD foi a base teórica principal em nossa tese (*“Gênero textual ‘Frase’: marcas do editor nos processos de textualização e (re)contextualização”*)².

Obviamente, à época, o acesso a referências sobre as propostas da ACD era restrito, principalmente em língua portuguesa, mesmo assim, desenvolvemos um capítulo que atendeu aos posicionamentos teóricos da ACD, seus conceitos básicos, e também já algumas críticas formuladas a respeito de sua postura teórica; e focamos no então famoso modelo tridimensional de Fairclough. É com interesse que estamos

¹ Este capítulo traz uma mixagem (também alguns parágrafos novos) de textos já publicados no site www.ascd.com.br e do livro *Estudos Críticos Do Discurso Do Sul Do Sul: teorias e práticas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso*. Vol. I: teoria, a ser lançado pela editora CLAEC (2024).

* Cleide Emília Faye Pedrosa, doutora em Letras pela UFPE (2005), Pós-doutorado pela UERJ (2008) e Investigadora Visitante em Estágio Pós-Doutoral pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2019 -2020). Professora na Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Letras Libras e Programa de Pós-Graduação em Letras. Atua, principalmente, nos seguintes temas: análise crítica do discurso, comunidade surda e outros grupos minoritarizados (idosos e mulheres vítimas de agressão, pessoa em situação de rua). Suas publicações tem alcance nacional e internacional: Colômbia, Chile, Alemanha, Venezuela, Cabo Verde, Polônia.

² Vide repositório da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7726>.

acompanhando o lançamento do livro “Crítica à análise Crítica do Discurso” de Luciano Amaral Oliveira (2023).

Na trajetória da ACD no Brasil, vamos desde traduções a produções próprias, contudo espelhadas em obras de autores, principalmente, europeus, lugar do berço da ACD. Demos mais um passo, quando começamos a discutir o decolonialismo epistemológico. Assim, autores latino americanos como Bolívar, Pardo, Pardo Abril passaram também a se somar aos europeus e aos nossos conhecidos autores nacionais, como Denise Elena, Viviane Resende, Viviane Vieira.

Era necessário também reconhecermos e valorizarmos o Sul do Sul, com as produções de Décio Bessa, Lucineudo Irineu, Ribamar Batista Jr. Neste espaço epistemológico nos localizamos e a nossos orientandos que desenvolvemos pesquisas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD).

Assim, diante dessa breve contextualização, o objetivo central, de escritura deste material, é apresentar a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, historicizando seu percurso teórico, suas propostas categoriais e sua importância para pesquisas decoloniais do Sul do Sul.

E para expor, resumidamente a ASCD³, desenvolveremos este capítulo, atendendo a um desenho em que incluímos esta introdução, sequencialmente, destacaremos a constituição e principais propostas da ASCD; finalmente, traremos algumas exposições e reflexões como fechamento do capítulo.

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: a que vem do Sul do Sul

Estamos no auge de discussões sobre estudos decoloniais. Vários artigos, livros levam em seu título esta nomenclatura. No entanto, já há umas duas décadas que nós do Sul epistemológico nos voltamos para outro lugar de fazer científico a fim de valorizar as produções de conhecimentos que nos cercam (Quijano, 2005; 2014; Walsh, 2009). Recentemente, foi necessário nos conscientizar que ainda há conhecimentos que nos escapam pelos dedos; assim, que após leitura da Gramática do Tempo de Boaventura de Souza Santos (2010), sentimos o impulso da responsabilidade acadêmica e social de priorizar epistemologia do Sul do Sul. Considerando um país continental

³ Outros materiais se encontram no site www.ascd.com.br Muito do que se encontra aqui, neste capítulo, já foi publicado no site e em outras publicações da autora, de forma solo ou em co-autoria.

como o Brasil, nós do Nordeste nos encaixamos neste Sul do Sul, defendido pelo sociólogo Boaventura.

Nos idos dos anos de 2011, estando na UFRN, quando ainda não havíamos entrado em contato com o termo decolonial para as propostas epistemológicas do Sul, começamos a fazê-las, percebendo intuitivamente sua importância e seu lugar político na Academia. Assim, surge a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), como proposta para as pesquisas no paradigma da Análise Crítica do Discurso; como um grito que jazia sufocado na garganta quando vivíamos, no contexto brasileiro, uma supervalorização de conhecimentos produzidos no Sul e Sudeste geográfico do Brasil e um apagamento das pesquisas, das produções do Norte e Nordeste desta grande nação. As nossas produções sempre eram consideradas endógenas, enquanto as de nossos amigos sulistas e do Sudeste eram exógenas. E, nós mesmos, perpetuávamos esta prática ao sempre citá-los como referências e nos omitir ou subutilizar as pesquisas do Norte e Nordeste.

A virada para mim e para os pesquisadores de nosso grupo de pesquisa começou nesta primeira década do sec. XXI, quando tivemos o enfrentamento e a coragem de anunciar a ASCD (Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. www.ascd.com.br), mesmo em seus rudimentares fundamentos. Fundamentos que se fortaleceram com pesquisas, publicações e incorporações de novas propostas, como as da Luta por Reconhecimento, e dos caminhos metodológicos, expostos em capítulos próprios aqui nesta obra.

A escolha do nome “Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso”: se deu a partir do contato com a Sociologia para a Mudança Social (SMS), em 2011, através dos trabalhos do sociólogo Guy Bajoit⁴, especificamente a obra *El cambio social: análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporâneas*⁵, obra original de 2003, contudo nossa versão era a traduzida para o espanhol e publicada em 2008⁶. Em seguida, a pesquisadora Leticia Gambetta Abella identificou uma antologia de

⁴ Agradeço imensamente a Guy Bajoit, doutor em Sociologia do Instituto de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Católica de Lovain, Bélgica, atualmente professor emérito da Unidade de Antropologia e Sociologia da Faculdade Aberta de Política Econômica e Social e do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade Católica de Lovain, por, confiantemente, disponibilizar partes de seu inédito livro *Vers une théoriesocio-analytique de la relation sociale* para que eu tentasse sanar minhas dúvidas quanto à sua teoria e pela bondade, que só os grandes possuem, de buscar estabelecer um diálogo conosco, em 2012.

⁵ Título original: *Le changement social: Approche sociologique des sociétés contemporaines*, 2003.

⁶ Há a tradução para o português, em 2006, pela Editora Unijuí: Tudo muda: proposta teórica e análise da mudança Sociocultural das sociedades contemporâneas.

Comunicação para a Mudança Social (CMS), a *Antología de Comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas*, dos organizadores Alfonso Gumucio-Dagron e Tomas Tuffe, também de 2008. Estávamos diante de duas obras que formavam um par perfeito para gerar a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD). Adiante, somamos a Sociologia Aplicada à Mudança Social (SAMS), também indicação de Leticia Gambetta Abella. Recentemente, acrescentamos a Luta por Reconhecimento, do campo da Filosofia Social, indicação da aluna, à época bolsista CNPq de Iniciação Científica, Juliana Barbosa Alves. O então doutorando João Paulo Lima Cunha, em 2021, em sua tese, desenvolve em capítulo próprio os caminhos metodológicos, que demos o aval para ser a proposta adotada pela ASCD.

Ainda nestas pontuações introdutórias da ASCD, fazemos jus aos pioneiros, àqueles que construíram a abordagem através de suas pesquisas, em que tiveram a coragem de aplicar a teoria, a vários labutadores que ficharam obras e discutiram ideias: Profa. Dra. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno; Prof. Dr. Paulo Sérgio dos Santos; Prof. João Batista da Costa Júnior; Profa. Dra. Guianezza M. de Góis Saraiva Meira; Profa. Dra. Leticia Beatriz Gambetta Abella; Prof. Dr. João Paulo Lima Cunha e Prof. Dr. Rodrigo Slama Ribas. Havia outros participantes, à época, que, por razões várias, não seguiram na ASCD. Na atualidade, desenvolvendo pesquisas na UFS ou que já desenvolveram, temos, entre mestrado, doutorado e pós-doutorado: Alzenira Aquino de Oliveira; Ana Cecilia dos Santos Azevedo; Alecrisson da Silva; Leoni Ramos Souza Nascimento; José Souza dos Santos; Maiane Vasconcelos de Brito; Neemias Gomes Santana; Juliana Barbosa Alves; Fabíola dos Santos Lima; Josefa Gilvânia Barbosa Souza Rodrigues; Iris Santos Souza Joaquim Cardoso da Silveira Neto; Romana Castro Zambrano; José Domingos Angelo Santos; Dayvid Rodrigo Oliveira De Andrade e Roberta Brito Lima⁷.

Neste capítulo, resumiremos algumas das contribuições para ASCD advindas da Sociologia para a Mudança Social.

Sociologia para a Mudança Social: uma releitura para a abordagem sociológica e comunicacional do discurso

Ao considerarmos as fortes temáticas que norteiam pesquisas em Análise Crítica do Discurso a partir da SMS, trouxemos algumas teorias e categorias que moveram nossas pesquisas e análises. A fim de aprofundar melhor as definições e categorias aqui expostas (resumidamente), se faz necessário recorrer às obras indicadas, aos textos

⁷ Para conhecer trabalhos já concluídos, visitar: https://ri.ufs.br/handle/riufs/2445?locale=pt_BR.

publicados no site oficial do grupo (www.ascd.com.br) e às publicações dos atores sociais do grupo.

Mudanças sociais

Entre as várias áreas de interesse da ACD, está a temática das “Mudanças Sociais” via mudanças discursivas (ou vice versa), por essa razão a ASCD buscou aporte para aprofundar essa questão. Elas vêm da SMS e da SAMS (Sociologia Aplicada à Mudança Social). Materiais sobre essa contribuição podem ser encontrados em outros textos do grupo⁸. Fairclough (2008, p. 126) enfatiza o lugar “do funcionamento do discurso na vida social contemporânea”, pois, para ele, as mudanças nas práticas discursivas colaboram para mudar as relações e identidades sociais, bem como o conhecimento.

Trazemos, como pontuado no parágrafo anterior, a contribuição da SMS por reconhecermos que é um campo profícuo para entender os mecanismos sociais, entre eles as mudanças pelas quais uma sociedade passa. Os fundamentos para a discussão se encontram nas publicações de Bajoit (2006; 2008; 2009; 2012)⁹.

O sociólogo Bajoit (2008) explica que, quando uma comunidade está experienciando mudanças na forma de estabelecer relações sociais, ela vivencia, ao mesmo tempo, a velha e a nova maneiras: a primeira, tentando sobreviver, e a segunda, se impondo. Assim, para Bajoit (2008, p. 173), essas mudanças (socioculturais) apontam para a coexistência de dois modelos – o antigo e o novo. Logo, socialmente, os atores sociais necessitam de períodos de transição, ou intermediários. Saco (2006, p. 68) explana com mais clareza ao indicar que “[...] um coletivo humano pode assumir explicitamente um novo código de valores, e, no entanto, seguir comportando-se de acordo com o velho”. Sobre esses posicionamentos, Pedrosa (2012, p. 5) assume que “os atores sociais, individualmente, escolhem o novo código para algumas áreas de sua identidade e o velho, para outras, ou assumem o novo código em alguns de seus discursos e o velho, em algumas de suas ações”.

⁸ PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social*. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: www.ascd.com.br/. Dissertação de Leticia Beatriz Gambetta Abella: *O discurso dos tuiteiros: uma análise crítica da construção identitária coletiva e do empoderamento cidadão*. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/16252>.

⁹ Boa parte dessa discussão, neste capítulo, vem literalmente ou com pequenas adaptações do texto acima (nota 6).

É interessante que Bajoit (2008, p. 252) lista o que considera como sendo a modificação de um estado das relações sociais:

1. mudança das coações pelas quais se resolvem os problemas vitais da vida comum;
2. mudança dos princípios de sentido invocados para legitimar estas coações;
3. mudança das identidades coletivas que resultam da prática das relações sociais;
4. mudança das lógicas de gestão de si, pelas quais os indivíduos resolvem as tensões que atravessam essas identidades coletivas e constroem suas identidades pessoais;
5. mudança das lógicas de ação nas quais se comprometem, individualmente ou coletivamente.

Bajoit (2008) defende que os intercâmbios sociais contribuem tanto para reproduzir quanto para mudar as estruturas das relações sociais. Os intercâmbios podem ser: cooperativos, conflitivos, competitivos e contraditórios (Bajoit, 2008, p. 253-254):

A- Intercâmbios cooperativos: “Cuando los actores se contentan con *cooperar unos con otros*”¹⁰ (Bajoit, 2008, p. 253). As identidades coletivas conhecem poucas tensões. Eles são a base para a reprodução e a continuidade das sociedades, sendo por isso necessários. No dizer do autor: “El cambio social no siempre implica conflicto” (Bajoit, 2008, p. 253).

B- Intercâmbios conflitivos: desempenham o papel de amenizar a reprodução das relações sociais para que estas se renovem. Não se pode esquecer que há muita tensão entre os grupos sociais, pois o exercício de liderança e de domínio causa bastante conflito, considerando que se alimenta de relações de (abuso de) poder. A liderança conseguida por grupos hegemônicos impõe o modo de fazer e de pensar; é a entrada do grupo dos oprimidos na arena que gera mudanças socioculturais em busca de maior compartilhamento de interesses.

C- Intercâmbios competitivos: entra em jogo a competência dos atores sociais, “aquí, cada uno busca cómo triunfar sobre el otro” (Bajoit, 2008, p. 253). Essa hipótese de competência influenciou a cultura da modernidade, suas ideologias, sua economia e suas políticas; logo, norteou as condutas dos atores individuais e coletivos.

¹⁰ Preferimos deixar algumas citações no original em espanhol numa aproximação de idiomas na América Latina e pela proposta da Editora CLAEC (Centro Latino-Americano de Estudos Culturais).

D- Intercâmbios contraditórios; seguem a mesma lógica dos competitivos, porém, enquanto estes se orientam por regras, aqueles seguem sem regras e árbitro. Por essa razão, Bajoit (2008) alerta para o perigo de morte física ou social dos atores sociais marginais, que estão desprovidos de “ferramentas” de luta, de entrar no jogo da criatividade.

Reconhecemos que as mudanças sociais e culturais, com certeza, são resultado de processos tensos, porém necessários. Os atores tanto geram quanto sofrem essas tensões em suas relações com o outro e com o “inimigo”. Em sequência, Bajoit (2008, p. 254-257) indica uma classificação para as vias da mudança social. Ele separa as mudanças socioculturais em dois grandes campos: a mutação e a ruptura. No enquadre da mutação, incluem-se a evolução e a reforma; no da ruptura, identificam-se a revolta e a revolução.

A- Enquadre da mutação:

A1- A **evolução** é um tipo de mudança gerada a partir dos intercâmbios cooperativos e competitivos entre membros de categorias sociais não organizadas. As tomadas de decisão são individuais ou de interesse particular de um determinado grupo social e se tornam ponto de partida para novas mudanças sociais.

A2- A **reforma** é um tipo de mudança que está pautada no intercâmbio cooperativo, é fruto de uma decisão coletiva, cuja base é a negociação entre atores sociais organizados que buscam um bem comum. “Cundo el cambio en cuestión tiene una dimensión suficientemente general, debe ser garantizado por el Estado, que a menudo es el propio instigador” (Bajoit, 2008, p. 255).

B- Enquadre da ruptura:

B1- A **revolta** é um tipo de mudança resultante de uma mobilização espontânea dos membros de uma categoria social em intercâmbios conflitivos e contraditórios. Sua característica mais marcante é a ausência de organização da solidariedade entre os participantes. Trata-se de uma forma embrionária de identidade coletiva, considerando que vários indivíduos tomam as mesmas decisões simultaneamente; logo, influenciam-se conjuntamente.

B2- A **revolução** é uma espécie de mudança pautada nos intercâmbios conflitivos e contraditórios. O grande diferencial em relação à revolta é que a revolução é um

processo de mudança sociocultural respaldado por ação solidária e organizada, visando uma inovação social. Geralmente ocorre “después de tentativas de reforma fracasadas” (Bajoit, 2008, p. 256).

As mudanças sociais e culturais só podem ocorrer ao considerarmos o forte papel dos atores sociais (individuais e coletivos) quando em sua gestão das tensões existenciais geradas pelas dinâmicas dos controles sociais. Esses atores, ao construírem suas subjetividades em relações intersubjetivas, são os responsáveis pelos significados que dão sentido para suas vidas.

O sociólogo Saco (2006, p. 45), no âmbito da SAMS, afirma que “En las sociedades occidentales consideramos el cambio como algo normal y necesario” e acrescenta que “Las sociedades (como los individuos) cambian cuando no les queda otro remedio o cuando toman conciencia de una pauta de funcionamiento claramente más beneficiosa que la Habitual” (Saco, 2006, p. 47). Então ele diferencia mudanças sociais (grandes mudanças) de transformações pontuais¹¹. Transformações temporárias ou mesmo mudanças sociais permanentes podem ser resultantes de acontecimentos naturais ou sociais. O sociólogo assinala que as mudanças são de dois tipos:

As do tipo 1: *mudanças microssociológicas* – não afetam o grande sistema, acontecem como acomodações em organizações menores, por exemplo: mudanças no seio familiar para se ajustar às necessidades diárias.

As do tipo 2: *mudanças macrossociológicas* – afetam a estrutura social, por exemplo: mudanças na forma de governo de uma nação.

Além dessa grande classificação, o autor distingue as mudanças de acordo com as direções que as causaram: a) mudanças a partir de movimentos “de dentro para/de fora para” e b) “El cambio social puede extenderse además de forma descendente (de arriba-abajo) o de forma ascendente (de abajo-arriba)” (Saco, 2006, p. 50).

¹¹ Embora concordemos com o autor quanto a essa diferenciação no campo da Sociologia, consideraremos, na esfera discursiva – nosso objeto de análise –, mudanças socioculturais de uma forma generalizada. Assim, toda e qualquer mudança discursiva do sujeito, posicionamentos, mudanças de atitude serão considerados uma mudança social ou uma mudança sociocultural.

Vejam, as mudanças do tipo (a), que podem ser endógenas ou exógenas. As endógenas são mudanças ocorridas de dentro para fora do sistema, como resultado de movimentos de transformação social. As exógenas são as mudanças que acontecem de fora para dentro e geradas por fatores naturais ou por força de outros sistemas, por essa razão são mais difíceis de serem controlados. Esses fatores podem ser de ordem econômica, política, ideológica, cultural e podem ser mesmo de ordem ecológica. Obviamente, o impacto dessas forças externas irá depender do que encontrar internamente, se o sistema está aberto a inovações ou se há resistências a elas.

Já as mudanças do tipo (b) podem ser descendentes ou ascendentes. As descendentes, que, por sua vez, podem ser endógenas ou exógenas, são as mudanças que acontecem de cima para baixo; por isso, de modo geral, não atendem às necessidades da população por serem mudanças também chamadas de eletistas. As ascendentes são as mudanças ocorridas de baixo para cima e surgem de maneira mais ou menos espontânea a partir de mobilizações populares, geralmente endógenas.

Esses grupos de mudanças podem ser reagrupados ou cruzados entre si, ocasionando mudanças que combinam movimentos distintos. Explicando: as mudanças endógenas descendentes, denominadas endodescendentes ou endodirigidas, são mudanças agenciadas pelas elites locais, tendo, geralmente, caráter pacífico, porquanto buscam efetuar as mudanças de forma natural. Originam-se do atendimento das elites locais às pressões internas ou das forças externas. Já as mudanças exógenas descendentes são também chamadas de exodirigidas. Elas surgem como resultado de uma pressão externa ao sistema, promovida, geralmente, por grupos militares, políticos e, até mesmo, por líderes culturais. As mudanças endógenas ascendentes, denominadas autogestionárias, são promovidas pela participação e pelo diálogo. Diferentemente das endodescendentes, são resultantes de movimentos populares que buscam respostas às suas reivindicações. Por último, as mudanças exógenas ascendentes, denominadas exoemergentes, são provocadas por pressões advindas de grupos emergentes que se organizam de forma horizontal e, muitas vezes, não apresentam limites territoriais. São exemplos desse tipo de mudança os casos típicos de reivindicações sustentadas nas redes sociais.

Identities and subjects

Para os estudos das identidades, a SMS, representada pelo autor Bajoit (2006, 2008), assume que as relações sociais estão reguladas por coações sociais; esse é o ponto central para a construção das identidades sociais; mas também a construção das identidades individuais. Num intercâmbio entre sujeitos/atores sociais ou entre

sujeitos e grupos, temos uma relação social que, segundo Bajoit (2008, p. 130-131), apresenta quatro componentes:

- Finalidades significativas: implícita ou explicitamente dão sentido às ações dos atores sociais;
- Contribuições: representam as contribuições em termos de recursos humanos e materiais que são necessários para atingir os objetivos do grupo;
- Redistribuições desiguais: o campo relacional do sujeito varia em estatutos desiguais em termos de classes sociais, forças políticas, grupos de influência etc.;
- Coação social: as relações sociais comportam meios desiguais de coação social entre os atores sociais num exercício de poder entre si.

Diante de sua socialização, em sua identidade coletiva, o sujeito pode pertencer a grupos de que ele se orgulha (identidade orgulhosa); se é vítima de estigmatização, ele pode ter uma identidade de vergonha; se almeja pertencer a um grupo diferente do seu, pode desenvolver uma identidade invejosa; e se despreza o outro grupo, pode desenvolver uma identidade menosprezante ou depreciante.

Quanto à concepção de identidades individuais, o sociólogo expõe que ela é um processo provisório e evolutivo de um constante trabalho da “gestão de si”, também chamado de “trabalho de construção identitária do sujeito”. Nessa busca identitária, o sujeito, de um modo geral, quer atingir três objetivos (Bajoit, 2006, p. 174-175): a realização pessoal (compromissos consigo mesmo, identidade desejada); o reconhecimento social (compromissos com o que o sujeito pensa que a sociedade espera dele, identidade atribuída) e a consonância existencial (compromissos do sujeito ao buscar conciliar seus desejos e o que a sociedade espera dele, identidade comprometida).

No enquadre dessas identidades (desejada, atribuída e comprometida), o sociólogo nos apresenta algumas tensões que se movimentam entre elas, gerando novas identidades e tipos de sujeitos; assim, resolvemos assumir para a ASCD que teríamos as esferas identitárias (desejada, atribuída e comprometida), nas quais se gerariam novas identidades e novos sujeitos, a depender da forma como o ator social conseguia responder às tensões entre as relações sociais a que estavam submetidos.

Ser sujeito ou um ator social comprometido com um dos bens (atender ao que a sociedade espera dele, atender a seus sonhos ou tentar o equilíbrio) faz com que a

Socioanálise tenha uma proposta diferente, mais ampliada, sobre o sujeito, proposta essa assumida pela ASCD para os estudos discursivos. Com isso, há uma aproximação também com os estudos das identidades fragmentadas propostas por Hall (2005, p. 12): “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades”.

Assim, se movendo entre as esferas identitárias, podemos trabalhar com sujeitos que se situam entre as zonas de submissão e de rebeldia. Segue o quadro da proposta para a relação entre os sujeitos e as esferas identitárias:

Quadro 1 – As esferas identitárias e a classificação do sujeito segundo Bajoit (2008)

| ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA) | ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC) | ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID) |
|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Sujeito conformista | Sujeito conseqüente | Sujeito altruísta |
| Sujeito adaptador | Sujeito pragmático | Sujeito estrategista |
| Sujeito rebelde | Sujeito inovador | Sujeito autêntico |

Fonte: Elaborado a partir de Bajoit (2008).

Do texto de Pedrosa (2012, p. 16-18), literal ou adaptado, trazemos as explicações a seguir, que atendem ao resumido no quadro 1: na EIA, o sujeito molda sua vida para atender ao outro, ao que a sociedade espera dele. Nessa esfera, quando ele

- escolhe que é melhor submeter-se, pois não suporta a denegação de um reconhecimento social, ele prefere ‘acomodar-se’ aos valores tradicionais e seguros (valores religiosos, étnicos, nacionais, familiares etc.), então temos um **sujeito conformista**;
- reflete que o que é esperado dele não é legítimo, ele se distancia e prefere uma desaprovação social a negar seus desejos, então temos um **sujeito rebelde**;
- se convence de que é melhor se situar de forma equilibrada, isto é, atender às expectativas da sociedade e também ao que ele deseja para si mesmo, temos um **sujeito adaptador**.

Na EID, o sujeito busca a realização pessoal e atende à demanda de um projeto identitário subjetivo. Assim, quando o sujeito, gerindo essa esfera,

- ambiciona viver em conformidade com seus ideais, desejos e projetos, define atingir o “que é” e aonde quer chegar como sendo prioridade em suas decisões e quer ser verdadeiro, temos um **sujeito autêntico**;
- resolve negar totalmente a si mesmo em prol do outro, temos, desse modo, um **sujeito altruísta**;
- tenta conciliar as duas descrições acima expostas, ou seja, concilia a autenticidade e o altruísmo, temos um **sujeito estrategista**.

Na EIC, há a representação do trabalho real do sujeito em (re)construir sua identidade pessoal. O desafio para si é conseguir a consonância existencial, assim o indivíduo necessita gerenciar as tensões existenciais que se situam entre a realização pessoal, atendendo à sua EID, e o reconhecimento social, atendendo à sua EIA, então, no caso, a EIC. Desse modo, quando o sujeito, gerindo sua identidade comprometida (IC),

- se compromete com suas escolhas e assume as consequências (mesmo extremas) até o fim do que elegeu, temos um **sujeito consequente**;
- assume uma atitude mais flexível, quando ele é mais adaptável, mais pronto para a autocrítica e disposto a renovar seus projetos, mesmo que para isso precise voltar ao ponto zero, então estamos diante de um **sujeito inovador**;
- ele se adapta, mas também permanece fiel às suas decisões anteriores, orientando-se pelas circunstâncias, pelas oportunidades ou mesmo pelos obstáculos, pouco a pouco modificando seus fins e seus meios, então temos um **sujeito pragmático**.

Com base no quadro apresentado e explicado por Bajoit (2008), propomos um enquadramento (quadro 2) para os sujeitos e suas esferas identitárias, agradecendo, obviamente, ao sociólogo por essa visão expandida dos sujeitos que vai além de um sujeito assujeitado (conformista) e um sujeito transformador (rebelde), pois as respostas que os sujeitos dão às situações de relações sociais e como gerenciam suas tensões existenciais acreditamos que vão além do que é assinalado para o sujeito proposto pela AD francesa e pela ACD.

Quadro 2 – Reestruturação da classificação dos sujeitos (pela autora)

| ESFERA IDENTITÁRIA ATRIBUÍDA (EIA) (busca pelo reconhecimento social) | ESFERA IDENTITÁRIA COMPROMETIDA (EIC) (busca pela consonância existencial) | ESFERA IDENTITÁRIA DESEJADA (EID) (busca pela realização pessoal) |
|--|---|--|
| Sujeito conformista | Sujeito adaptador | Sujeito rebelde |
| Sujeito altruísta | Sujeito estrategista | Sujeito autêntico |
| | Sujeito inovador | sujeito conseqüente |
| | Sujeito pragmático | |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Numa reclassificação, segundo nosso olhar, teríamos, na Esfera Identitária Atribuída (busca pelo reconhecimento social), os sujeitos conformistas, quando estes priorizam o reconhecimento social, submetendo-se aos valores tradicionais e estáveis, e o sujeito altruísta, que nega a si mesmo a fim de atender ao outro. Na Esfera Identitária Desejada (priorização da realização pessoal), teríamos os sujeitos rebeldes, sujeitos esses que procuram atender aos seus desejos, afastando-se do que esperam dele; o sujeito autêntico, em que há a busca por seus ideais e suas prioridades, e, por último, o sujeito conseqüente, que é comprometido com suas escolhas e assume as conseqüências do que escolheu. Por fim, na Esfera Identitária Comprometida (busca pela consonância existencial), temos o sujeito adaptador, lugar de sujeito que busca o equilíbrio entre o que esperam dele e seus desejos; o sujeito estrategista, posição de sujeito que busca conciliar sua autenticidade e seu altruísmo; o sujeito inovador, aquele que assume uma postura mais flexível, adaptável, disposto a renovar seus projetos, e o sujeito pragmático, sujeito que se move entre a adaptação e a fidelidade a suas decisões anteriores, guiando-se pelas circunstâncias (positivas ou negativas) e procurando viver a vida que tem e a que deseja.

Van Dijk (2008) argumenta que, quanto mais poder se detém, mais força sobre outros grupos se tem. Essa relação de poder se presencia socialmente na relação homem-mulher, não-surdos-surdos, brancos-pretos, ricos-pobres e outras dicotomias tão gritantes em nossa sociedade.

Por essa razão a ASCD investe em estudar como, discursivamente, o sujeito é capaz, através da “gestão de si”, de transformar o meio, transformando a si mesmo (sujeito autêntico, rebelde, por exemplo) e influenciando outros sujeitos (conformistas, denegados) a refletirem acerca da situação social em que se encontram. Essa postura coaduna a máxima da ACD, ou seja, a busca do empoderamento dos fracos: “Pôr o débil

no centro [...] é tudo menos fácil. É um verdadeiro desafio civilizatório. Em primeiro lugar, isto ocorre porque os débeis são invisíveis: estão excluídos de nossas observações, relegados a estereotipados, acalmados” (Ortúzar, 2016, p. 172). E, em segundo lugar, o sociólogo aponta que eles são um estorvo ao poder.

As relações de poder e o controle social

A partir dos anos de 1970, os estudos de Foucault sobre poder (ou relações de poder) se destacam com seu foco na sociedade disciplinar. Para o filósofo, o poder e a liberdade estão imersos um no outro em uma contínua redefinição de suas relações. “Junto a eles, e nos mesmos termos, há também a questão das resistências que encontra o poder no desenvolvimento concreto de seu exercício” (Guareschi, 2005, p. 383).

Amparados nas explicações anteriores, ressaltamos que os conceitos de poder e resistência são centrais para as pesquisas em ACD. Van Dijk (2008, p. 17) enfatiza seu posicionamento quando define poder social em termos de controle entre grupos e entre seus membros, então ele explana: “Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e, contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em abuso de poder”.

Desse modo, considerando a forte relevância dessa temática para os estudos discursivos críticos, a ASCD traz mais uma vez a perspectiva dos estudos da Sociologia para a Mudança Social. Logo, o nosso quadro teórico também assumirá os diversos tipos de poder aos quais faz referência Bajoit (2008, p. 23-45): domínio, Estado, autoridade, influência e hegemonia:

O **poder-domínio** refere-se ao modo de produção, o qual envolve a administração da produção e a utilização social das riquezas de uma coletividade. Como nem sempre as riquezas são suficientes, geram-se conflitos entre a classe de gestores que desejam controlar a produção em benefício próprio e a de produtores. Os atores sociais são gestores e produtores.

O **poder-Estado** refere-se ao tipo de regime político. A administração de uma ordem interna envolve: legislar (poder legislativo – decidir sobre o permitido e o proibido); julgar (poder judicial – avaliar as condutas conforme as leis); reprimir (poder repressivo – aplicar a decisão do poder judicial) e governar (poder executivo – intervir na ordem instituída). Os atores políticos envolvidos são as elites estatais e os cidadãos.

O **poder-autoridade** refere-se ao modelo de integração social. Esse modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras adotadas para o corpo social, tais como: prescrever e inculcar as regras, garantir a autoridade da

hierarquia, avaliar as condutas dos dirigidos e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos.

O **poder-influência** refere-se ao tipo de contrato social, relação social em que se estabelecem, se negociam e se garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários.

O **poder-hegemonia** refere-se ao modelo de ordem social, o qual diz respeito ao modo de administrar as relações entre as coletividades nos âmbitos regional e mundial. Os atores envolvidos são as coletividades hegemônicas e as coletividades dependentes. É uma relação de coerção em que a coletividade mais forte impõe (por diplomacia ou guerra) seus interesses políticos e econômicos a outras coletividades mais fracas.

Assim, a depender da esfera discursiva (no caso da ASCD) em que esteja inserida a fala do sujeito e do controle social que exerce (ou não), nomearemos o “poder” seguindo a classificação proposta por Bajoit.

As hipóteses da Socioanálise

A proposta socioanalítica foca na relação de socialização do sujeito em seu trabalho de (re)constituição de sua identidade individual. Seu desenvolvimento se deve ao sociólogo belga Guy Bajoit¹² e está situada no campo da Sociologia para a Mudança Social (SMS). A procura re/desvelar como se constrói na vida do sujeito a prática das relações sociais, logo como esses sujeitos se constituem como atores sociais¹³. A partir do que propõe o sociólogo, iremos também dar uma contribuição para a ASCD. E qual foi a razão de fazermos essa recontextualização? Após utilizarmos em algumas publicações as hipóteses da Socioanálise propostas por Bajoit (2012¹⁴ e outras obras), sentimos necessidade de recontextualizá-las e simplificá-las para o propósito analítico da ASCD.

São listadas pelo sociólogo oito hipóteses (Bajoit, 2012)¹⁵:

¹² Todas as traduções de Bajoit (2012) são de Marcos Tindo.

¹³ Esse material de forma mais expandida foi publicado na *Revista Philologus* em dezembro de 2023.

¹⁴ As referências de 2012 não têm paginação, pois se trata de material recortado por Bajoit e enviado para Pedrosa por e-mail, como concessão de texto inédito cedido pelo sociólogo. Assim, agradeço imensamente a Guy Bajoit, pelo diálogo que tivemos sobre sua teoria e por disponibilizar partes de seu inédito livro *Vers une théorie socio-analytique de la relation sociale*.

¹⁵ Este tópico do texto já foi publicado em www.ascd.com.br. Ele aparece aqui com pequenos ajustes.

Os processos que seriam implementados na consciência do indivíduo, e que ele gere por reflexividade e por expressividade, podem, ao menos provisoriamente, ser explicitados pelas oito hipóteses abaixo:

1. *A prática das relações sociais, socializando o indivíduo, o incita a engajar-se num destino social.*
2. *O engajamento no seu destino social desperta nele expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal: algumas são satisfeitas, outras são menos, ou não o são.*
3. *As expectativas satisfeitas formam o núcleo central da sua identidade; aquelas que são insatisfeitas alimentam tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade.*
4. *Certas condições fragilizam a sua identidade e produzem mal-estares identitários que o incitam a questionar novamente o destino no qual ele está engajado.*
5. *O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar.*
6. *Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e às resistências que se lhe opõem.*
7. *Ele implementa recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitem executar atos libertadores.*
8. *Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial!*

Passamos a explicar, mesmo que resumidamente, cada uma das hipóteses.

Primeira hipótese: “A prática das relações sociais, socializando o indivíduo, o incita a engajar-se num destino social”¹⁶

A fim de que não ocorra interpretação errônea sobre “destino social”, o autor explica que “destino social” de um indivíduo seria o seu grau zero social. Explicando melhor: ao começar sua vida, os indivíduos sempre se engajam em um destino social fruto ou resultado direto de sua (primeira) socialização, ou primeiras relações sociais de seu aprendizado do que é viver em sociedade, seja em família, seja na escola, ou no trabalho.

¹⁶ “Um indivíduo ‘engaja-se em um destino social’ quando ele não escolhe por si só o seu percurso de vida, quando ele se contenta com responder às expectativas dos outros e segue o itinerário que lhe foi sugerido, ou mesmo imposto, por aqueles que o socializaram: os pais, a escola e o meio social de origem” (Bajoit, 2012).

Para o contexto em pauta, uma relação social, em consonância com Bajoit (2012), é definida

[...] como uma troca entre dois atores (individuais ou coletivos), que despertam neles expectativas culturalmente definidas (eles procuram **finalidades** e esperam **retribuições**) e que se desenrola sob amarras sociais (são recursos e competências limitadas e cada um tende a dominar ao outro e a se defender da dominação dele) (grifos nossos).

O sociólogo ainda defende que uma relação social seria uma maneira de **cooperação** “que conduz à **desigualdade** e que também envolve as expectativas culturais e as amarras sociais”. Assim, o indivíduo, em socialização, busca valorizar algumas finalidades e retribuições e “aprende também a avaliar a sua contribuição e a aumentar a sua influência sobre o outro” a fim de mudar o seu “destino social” (Bajoit, 2012).

Segunda hipótese: “O engajamento no seu destino social desperta nele expectativas relacionais de reconhecimento social e de realização pessoal: algumas são satisfeitas, outras são menos, ou não o são”

Em toda e qualquer relação social, os sujeitos procuram finalidades ou objetivos e para isso terão de colaborar, concorrer, combater ou cortar laços com o outro ou assumir algumas dessas atitudes ao mesmo tempo. Essas finalidades, de acordo com Bajoit (2012), ligam-se a *duas grandes expectativas ou preocupações principais*, quais sejam: reconhecimento social e realização pessoal.

Terceira hipótese: “As expectativas satisfeitas formam o núcleo central da sua identidade; aquelas que são insatisfeitas alimentam tensões existenciais nas zonas periféricas dessa identidade”

Conseguir satisfazer as expectativas relacionais, fazendo coincidir sua realização pessoal e, simultaneamente, ter o reconhecimento social do outro é o grande desafio do indivíduo (I) para se tornar sujeito (S) e ator (A) de sua vida (ISA)¹⁷. Esse processo forma o núcleo central de sua identidade (Z1 – adiante). “Seria [...] esse *desencontro* entre

¹⁷ Ver texto de Bajoit sobre o Grande ISA em: www.ascd.com.br.

a sua expectativa de realização e a sua expectativa de reconhecimento que estaria na origem dos problemas identitários dos indivíduos de hoje e daqui”.

De igual modo, quando as tensões existenciais (Z2-Z7) forem muito desafiadoras, o sujeito buscará soluções, procurando gerir sua vida, suas tensões existenciais. Esse gerenciamento do sujeito pode passar pela desistência total ou parcial de seu “destino social”. Ele pode se tornar mais sujeito de si mesmo, resolvendo, desse modo, sua tensão. Entretanto, podem, obviamente, ocorrer situações em que as tensões existenciais insatisfeitas continuem alimentando as zonas periféricas dessa sua identidade.

Essa teoria da Socioanálise defende que a identidade pessoal é constituída de três esferas, a saber: as esferas da *identidade atribuída*, da *identidade desejada* e da *identidade engajada*, como anteriormente mencionado.

Quando o sujeito constitui seu núcleo identitário (Z1), essas três esferas estão sobrepostas, formando, sempre provisoriamente, esse núcleo. Dessa forma, faz coincidir a IC (o que ele é e faz) com a sua IA (o que ele acredita serem as expectativas alheias) e a sua ID (seus desejos pessoais): “Ele constrói, portanto, esse núcleo sobre as qualidades (o que ele é) e as condutas (o que ele faz) que lhe valem ao mesmo tempo o reconhecimento social e a realização pessoal” (Bajoit, 2012), gerando, com efeito, uma situação de estabilidade social. Logo, à luz da teoria da identidade individual, defendida por Bajoit, podemos afirmar que ser sujeito de si mesmo é (re)construir para si um núcleo identitário tão grande quanto possível for, isto é, criar um núcleo em que as três esferas identitárias coincidam.

Porém, se, no caso, acontecer um embate entre as suas expectativas de reconhecimento social (identidade atribuída) e de realização pessoal (identidade desejada), o sujeito, inevitavelmente, terá de fazer escolhas, entre comprometer-se e renúncias, portanto sua identidade comprometida se afastará de uma das outras duas esferas, ou mesmo das outras duas esferas identitárias. Se tal situação ocorrer, as zonas periféricas (Z2 a Z7), que circundam o núcleo identitário (Z1), lhe ocasionarão tensões existenciais, levando o sujeito, impreterivelmente, a questionar seu “destino social”. O esquema a seguir é uma tentativa de representar a identidade pessoal e suas tensões existenciais.

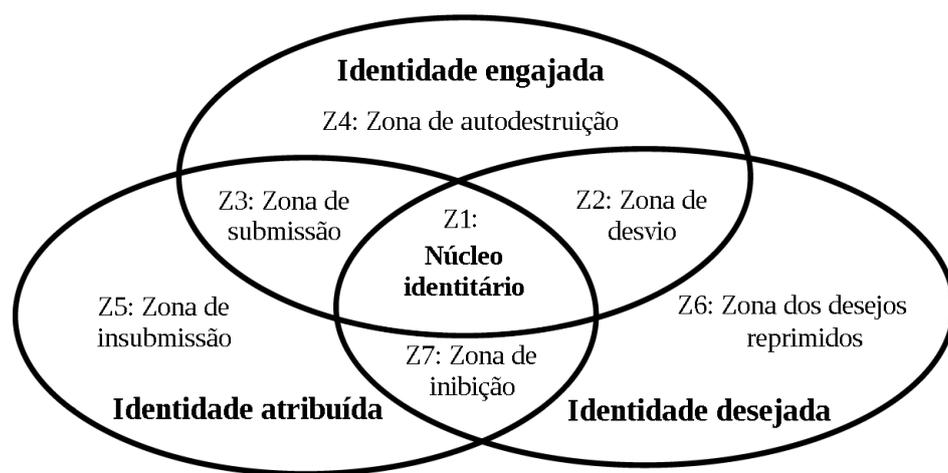


Figura 1 – Esferas identitárias e as zonas de tensão

Fonte: Bajoit (2012).

As zonas de tensão são agregadas em três grandes grupos: tensão de conformismo; tensão de marginalização e tensão da anomia. A seguir, esses agrupamentos e sua explicação:

A tensão de conformismo

– A tensão do conformismo pode ser resultado “do que o indivíduo se obriga a ser ou a fazer” com o fito de responder ao que os outros esperam dele, priorizando o reconhecimento social, mesmo ele sabendo (ou sentindo) que isso é contrário aos seus desejos de realização pessoal (Z3: zona de submissão). Exemplo: os sujeitos surdos, de um modo geral, seguem as orientações da família e dos médicos.

– Por outro lado, a tensão também pode vir “do que ele desiste de ser ou fazer”, mesmo respondendo aos seus desejos (conscientes ou inconscientes), porém que ele acredita não atender às expectativas dos outros (Z6: zona dos desejos reprimidos). Exemplo: surdos que desistem de fazer uma graduação com a qual se identificam para fazer o curso de Letras Libras.

– Em um somatório, essas duas tensões produzem na identidade um sentimento de conformismo excessivo: o indivíduo responde excessivamente às expectativas dos outros e não o suficiente aos seus próprios desejos. “Disso resulta uma primeira forma de mal-estar identitário: uma tensão existencial de conformismo (entre Z3 e Z6)” (Bajoit,

2012). Exemplo: surdos que se conformam com a sua situação sem lutar por seu protagonismo.

A tensão de marginalização

– A tensão também pode ser gerada a partir “do que ele é ou faz para responder aos seus desejos” de realização pessoal, embora ele creia ou mesmo saiba ser isso contrário ao que os outros almejam dele (Z2: zona de desvio).

– Opostamente, a tensão pode vir “do que ele se recusa a ser ou a fazer”, que responderia àquilo que ele acreditaria estar atendendo às expectativas dos outros, entretanto ele sabe ser contrário aos seus desejos (Z5: zona de insubmissão).

– As duas tensões (Z2 e Z5), em conjunto, produzem na identidade um sentimento de marginalização em excesso: o indivíduo ocupa-se por demasiado dos seus desejos e não suficientemente das expectativas dos outros. Disso deriva uma segunda forma de mal-estar identitário: uma tensão existencial de marginalização.

A tensão de anomia

– A tensão pode vir também do que ele é ou faz, mesmo sabendo ou sentindo que isso é contrário aos seus desejos de realização e contrário também às expectativas dos outros (Z4: zona de autodestruição).

– Opostamente, a tensão pode ser resultante do que ele não é ou não faz, mesmo que isso esteja em conformidade com as expectativas dos outros e suas próprias expectativas de realização pessoal (Z7: zona de inibição).

– Em conjunto, as duas tensões causam na identidade uma terceira forma de mal-estar identitário: o indivíduo se autodestrói ou se tolhe, agindo tanto contra si mesmo, como também contra os outros. Disso deriva uma terceira forma de mal-estar identitário: uma tensão existencial de anomia.

A partir dessas três principais formas de tensão, Bajoit (2012) apresenta o quadro dos sujeitos já exposto neste capítulo.

Quarta hipótese: “Certas condições fragilizam a sua identidade e produzem mal-estares identitários que o incitam a questionar novamente o destino no qual ele está engajado”

Diante de dificuldades que geram seu mal-estar identitário, o sujeito questiona seu “destino social”. “A partir daí eles não podem mais conciliar duravelmente as suas expectativas de reconhecimento e de realização, se eles tiverem um núcleo identitário fragilizado pela sua socialização, eles desabam!”, afirma o sociólogo (Bajoit, 2012). Podemos acompanhar as tensões do sujeito pela figura das esferas identitárias (figura 2) e pelas hipóteses anteriores.

Quinta hipótese: “O indivíduo constrói então uma narrativa do sujeito, pela qual ele explica para si mesmo o seu mal-estar identitário e projeta o que ele considera fazer para o aliviar”

Diante dessas tensões, o sujeito interpreta a situação e cria suas narrativas para aliviar ou entender suas tensões existenciais. Estudos de Bajoit (2006, 2012) sobre as narrativas são bem profícuos – ele se baseia também nas contribuições de Ricoeur (1997). Por meio das narrativas do Eu (de vida), o sujeito representa a si mesmo, construindo uma identidade narrativa (Ricoeur, 1997).

A narrativa torna-se, então, um escape para lidar com as tensões do mal-estar identitário, e estas podem, numa classificação ampla, ser de compreensão ou de alívio (Bajoit, 2006; 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014; 2020). No quadro a seguir, expomos os tipos de narrativa, com suas subdivisões, desenvolvidos por Bajoit (2006; 2012).

Quadro 6 – Definição dos tipos de narrativa

| |
|--|
| <p>1 Narrativas de compreensão</p> <p>As narrativas de compreensão têm como objetivo “explicar para si mesmo o que lhe aconteceu”, seja através da racionalização de suas tensões, seja pela tomada de consciência das forças do inconsciente que agem sobre ele. Esse é um exercício de regresso a si, seja a um passado distante ou recente” (Bajoit, 2012; Pedrosa, 2012, 2013, 2014, 2020).</p> |
| <p>1.1 Compreensão por racionalização</p> <p>O sujeito interpreta os eventos de sua vida, narrando a si mesmo uma história que ele acredita ter sido um fato e que interpreta como verdadeira. Ele pode julgar que outros sujeitos ou atores foram responsáveis pelo que lhe ocorreu ou mesmo forças naturais (ou sociais) incontroláveis. Em determinadas circunstâncias, ele atribui a causa desses eventos a si mesmo, contudo, para</p> |

| |
|--|
| não assumir plena responsabilidade, pode evocar suas características inatas ou seus traços adquiridos pela socialização (Bajoit, 2012). |
| 1.2 Compreensão por conscientização O sujeito reflete sobre os elementos que o afetam internamente. Isso inclui interesses ilegítimos, hábitos internalizados e pulsões do inconsciente. “Dito de outra maneira, o sujeito se confronta com os aspectos ocultos de si mesmo, explorando as motivações e os impulsos que podem estar atuando em um nível inconsciente. Essa narrativa permite uma compreensão mais profunda de suas ações, revelando as complexidades e contradições presentes no seu inconsciente. Em algumas situações, o sujeito assume uma carga excessiva de culpa, ou busca aliviar-se do sentimento de culpa, ou se pune por suas transgressões, ou, de forma pior, reforça a convicção de sua incapacidade de agir e promover mudanças em si mesmo” (Alves, 2023, p. 50). |
| 2 Narrativas de alívio Em consonância com Bajoit (2012), numerosos são os procedimentos narrativos que são ativados para aliviar o mal-estar identitário. Ele indica quatro: “o indivíduo <i>avalia</i> a importância do seu mal-estar e pode então considerar <i>desistir</i> de satisfazer as expectativas relacionais com as quais se sente frustrado, de <i>compensar</i> a insatisfação de uma pela satisfação da outra ou de <i>perseverar</i> no seu esforço para obter o que ele espera”. |
| 2.1 Alívio por avaliação O sujeito busca aliviar a gravidade do seu mal-estar. Ele pode intensificar a gravidade dos eventos que lhe ocorreram, sendo a vítima. Esse posicionamento também lhe traz alívio ao ter autopiedade. Em alguns momentos de otimismo, ele tende a minimizar seus problemas, convencendo a si mesmo de que foi apenas um acontecimento temporário. Ele pode até raciocinar que “esse mal veio para o bem” (Bajoit, 2012). |
| 2.2 Alívio por desistência Bajoit (2012) aponta três vias: – quando o sujeito afirma que a aparente desistência é apenas para avaliar melhor a situação; – quando o sujeito prefere se distanciar, avaliando os benefícios dessa tomada de decisão; – quando o sujeito consegue lidar com o luto (de forma positiva) diante de uma tentativa frustrada. |
| 2.3 Alívio por compensação O alívio por compensação acontece quando o sujeito supre a satisfação de uma expectativa frustrada por outra expectativa (por substituição ou por sublimação) (Bajoit, 2012). |
| 2.4 Alívio por perseverança Neste tipo de narrativa de alívio, o sujeito consegue atingir um equilíbrio entre a vida que ele viveu e seu desejo de resolver uma expectativa em conflito (Bajoit, 2012). |

Fonte: Elaboração própria com base em Bajoit (2012).

Bertaux (2010) nos explica que a expressão “narrativa de vida” substituiu a expressão “história de vida”. A mudança foi necessária porque o termo “história de vida” não fazia diferença entre a história de fatos vividos pelo sujeito e a narrativa que ele constrói (interpretativamente) sobre o que viveu. Nessa perspectiva, defende o autor que a “narrativa de vida” traz uma noção mais adequada para a interpretação que o

sujeito dá aos fatos que lhe ocorreram, descrevendo seus enfrentamentos e sua superação (Bertaux, 2010).

Sexta hipótese: “Ele constrói as razões do sujeito: as suas motivações para passar ao ato e às resistências que se lhe opõem”

Por meio de suas narrativas, o sujeito busca compreender a si mesmo e as razões para agir. Bajoit (2012) menciona três injunções que fundam as motivações e as resistências do sujeito: “Faça valer os seus direitos”: *a questão da legitimidade*; “Faça as suas próprias escolhas”: *a questão do livre-arbítrio e da vontade*; “Torne-se a si mesmo”: *a questão da autenticidade e da singularidade*.

Sétima hipótese: “Ele implementa recursos psíquicos que enfraquecem as suas resistências e lhe permitem executar atos libertadores”

Para diminuir as suas resistências e avigorar as suas motivações, o sujeito aciona dois recursos psíquicos da sua consciência: as suas capacidades de expressividade e de reflexividade a fim de ajudá-lo a decidir se passa ao ato ou recua.

Oitava hipótese: “Ele passa ao ato: ele redefine mais ou menos profundamente as suas relações sociais... e ele paga o preço da sua libertação sempre parcial”

Bajoit (2012) sempre deixa explícito que alcançar a zona 1 do núcleo identitário é um fruto provisório, pois a vida do sujeito está sempre em movimento em diversas esferas da vida. Assim, o

[...] sujeito de si mesmo (dotado de uma narrativa identitária crível e de motivações mais fortes que as suas resistências internas), o indivíduo torna-se ator: ele age sobre os outros, ele ataca as *resistências externas*, para tentar melhor satisfazer as suas expectativas relacionais, resolver as suas tensões existenciais e assim alargar o núcleo central da sua identidade. Para realizar o seu projeto, precisa da solidariedade dos outros e deve, o mais das vezes, entrar em conflito com eles: ele redefine então as suas relações sociais (Bajoit, 2012).

Considerando narrativas de vida de grupos vulneráveis e sua articulação com as hipóteses levantadas por Bajoit (2012), tomando como base o quadro teórico-

metodológico da Análise Crítica do Discurso e a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, que no seu nascedouro já promovia profundos diálogos com a SMS, desenvolvemos o seguinte quadro resultante do que queremos propor para a ASCD.

Quadro 7 – As hipóteses da análise linguístico-sociodiscursiva da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

| HIPÓTESES DA ANÁLISE LINGUÍSTICO-SOCIODISCURSIVA |
|---|
| <i>Primeira hipótese:</i> Identificação de queixas das amarras sociais devido à desigualdade social de seu grupo de pertença. |
| <i>Segunda hipótese:</i> (Re)constituição das identidades individuais central e periférica ao responder às expectativas relacionais. |
| <i>Terceira hipótese:</i> Redirecionamento da vida, atribuindo razões para o agir diante do “destino social” ao qual foi submetido como sujeito, por meio da expressividade e da reflexividade. |
| <i>Quarta hipótese:</i> Implementação do processo de libertação das amarras sociais. |

Fonte: Autoria própria (2023).

Vamos nos ocupar agora em explicar a recontextualização operada nas hipóteses da Socioanálise para hipóteses recontextualizadas para um contexto linguístico-sociodiscursivo em estudos de grupos minoritarizados.

Adiantamos que sobre as narrativas de vida da hipótese 5 (cinco) de Bajoit (2012), nos posicionamos para que elas não sejam consideradas uma hipótese, porém serem tomadas como material linguístico de análise, ou seja, discurso para identificar as hipóteses recontextualizadas no âmbito da ASCD.

Primeira hipótese: “Identificação de queixas das amarras sociais devido à desigualdade social de seu grupo de pertença”

O sujeito busca no grupo de pertença as limitações e os desafios a enfrentar. Ao buscar essa identificação, o sujeito apresenta sua trajetória de vida, que “repete” a trajetória de vida de outros, e que passos pode dar além ou a que contexto precisou se submeter por não ter “recursos¹⁸” para vencer as amarras. Há, nesta hipótese, a

¹⁸ No contexto aqui acionado, o termo “recurso” abrange as dimensões emocional (amor, proteção, conselhos, apoio etc.), material (bem-estar material, recursos financeiros), intelectual (competências, informações etc.) e natural (tempo, saúde).

atribuição de um “destino social”, em que o sujeito, geralmente, se conforma com um destino social, seguindo as expectativas do outro, como família, escola, igreja etc. (Bajoit, 2006, 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014; 2020). Aqui, ele pode (ou não) dar os primeiros passos para mudar seu “destino” quando toma consciência deste.

Segunda hipótese: “(Re)constituição das identidades individuais central e periférica ao responder às expectativas relacionais”

As queixas das amarras sociais do sujeito o instigam a traçar objetivos para suas relações sociais com seu grupo subalterno e/ou com o grupo de poder, levando-o a colaborar, combater, ou mesmo cortar laços; a escolha dependerá se ele visa ao reconhecimento social ou se preza mais pela realização pessoal (Bajoit, 2012). O direcionamento, em atender a esses dois bens, vai influenciar na sua constituição identitária de forma satisfatória ou vai gerar tensões existenciais, construindo e reconstruindo, provisoriamente, suas identidades, sempre circunstanciadas.

Raramente, o sujeito, ao se tornar ator social, consegue atender simultaneamente aos dois bens (reconhecimento social e realização pessoal). Quando consegue o equilíbrio, na maioria das vezes momentâneo, ele constrói, desse modo, o núcleo central de sua identidade. A luta travada, interna e socialmente, gera as tensões existenciais diante das suas resistências (ou mesmo desistências) e alheias, trazendo em seu bojo outras identidades. Com isso, ele pode se tornar um ator social mais consciente de si e de sua luta e seus direitos, resolvendo, para aquela situação, suas tensões; contudo, ele pode “fracassar”, não encontrar forças e recursos para aquela luta específica; com efeito, surgem os sujeitos denegados socialmente, nos quais as tensões existenciais predominam na constituição de suas identidades (sobre as esferas identitárias, ver tópico anterior).

Terceira hipótese: “Redirecionamento da vida, atribuindo razões para o agir diante do ‘destino social’ ao qual foi submetido como sujeito, por meio da expressividade e da reflexividade”

O sujeito atribui motivos para agir diante do seu “destino social” por meio da expressividade e da reflexividade. Nesse contexto, calcula suas motivações e resistências para decidir enfrentar e romper com seu “destino social” se essa for a sua escolha após uma reflexão sobre a situação, escolhendo o que é bom para si e ponderando se tem recursos para tal (Bajoit, 2006; 2012; Pedrosa, 2012; 2013; 2014;

2020). No caso, tanto a expressividade quanto a reflexividade são essenciais para que o indivíduo se torne sujeito de si mesmo, fortalecendo sua decisão de agir.

A expressividade está ligada ao impulso culturalizado, situando-se como instinto vital que move o sujeito a responder às demandas de sua essência. É, sem dúvidas, a expressividade que o auxilia a suplantar as resistências e, assim, fortalecer suas motivações para agir. Já a reflexividade o ajuda a se afastar das influências de qualquer modelo cultural que possa enfraquecer suas resistências, seja através de processos culturais ou psicológicos. Por meio da reflexividade, o sujeito consegue enfrentar as resistências e é capaz de superar sua própria hesitação para uma tomada de decisão consciente, fortalecendo a mudança que quer para si em busca de seu núcleo identitário.

Quarta hipótese: “Implementação do processo de libertação das amarras sociais”

Nesta quarta hipótese, ao lidar com as tensões existenciais e buscando atingir o núcleo identitário, sempre provisório, o sujeito implementa, em sua vida, o processo de libertação das amarras sociais. Essa tomada de atitude o torna sujeito de si, um ator social que se afasta de seu “destino social” e faz suas próprias escolhas, definindo seu papel nas relações sociais que o “moldaram”. O caminho para alcançar esse núcleo identitário pode tê-lo forçado a vivenciar várias tensões existenciais, perpassando desde a zona de submissão até a zona de insubmissão. Contudo, ele fez sua própria história, sua própria escolha, que o colocam na esfera identitária (comprometida/engajada, desejada ou atribuída) que escolher, não as que lhe são impostas. Ele pode até se inserir na esfera atribuída, de reconhecimento social, desde que seja fruto de sua tomada de decisão, que se fundamentou em sua reflexividade e não nas amarras sociais.

O quadro apresentado é uma resposta da pesquisadora diante da dificuldade de aplicar as oito hipóteses da proposta de Bajoit (2012) nos projetos e artigos científicos que já publicou.

Conclusão em construção

Não podemos topicalizar que algo foi concluído pois, em nosso fazer científico, estamos sempre em processo, isto faz parte da geração de conhecimento. Esperamos, deste modo, que este capítulo, um resumo de alguns textos já publicados, seja um norte (Opa! um Sul) para buscarmos nos aprofundar nos conhecimentos que devem

atravessar os muros acadêmicos e responder a demandas sociais dos grupos minoritarizados.

Referências

- BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Unijuí, 2006.
- BAJOIT, G. **El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporâneas**. Madrid: Siglo, 2008.
- BAJOIT, G. **Vers une théorie socio-analytique de la relation sociale**. [S. l.] : [s. n.], 2012. Texto inédito, cedido pelo autor.
- BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. São Paulo: Editora da UFRN, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUMUCIO-DAGRON, A.; TUFTE, T. (Org.). **Antología de Comunicación para el Cambio Social**: Lecturas históricas y contemporâneas. La Paz: Plural, 2008.
- GUARESCHI, M. Del modelo institucional-jurídico a la analítica del poder: Michel Foucault. In: DUSO, G. (Org.). **El poder**: para uma história de la filosofía política moderna. México: SIGLO XXI, 2005. p. 380-386.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ORTÚZAR, P. M. **El poder del poder**: repensar la utoridad em tempos de crisis. Santiago: Tajamar Editores, 2016.
- PEDROSA, C. E. F. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.
- PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: www.ascd.com.br. Acesso em: 6 set. 2023.
- PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD)**: contribuição aos estudos das identidades e dos sujeitos. Disponível em: http://www.ascd.com.br/v1/wp-content/uploads/2015/11/CE_4.pdf. Acesso em: 19 out. 2012.
- PEDROSA, C. E. F. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. In: SÁ JÚNIOR, L. A. de; BARBOSA, T. M. N. **Práticas discursivas e**

ensino de língua(gens). Natal: EDURFRN, 2014. p. 15-58. Disponível em: www.ascd.com.br. Acesso em: 2 ago. 2023.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. Campinas: Pontes, 2016. p. 69-100.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: UNESCO; CLACSO; Ed.: Ediciones, FACES/UCV, 2005. p. 201-246.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa** (tomo III). São Paulo: Papirus, 2009.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa** (tomo I). São Paulo: Papirus, 2011.

RICOEUR, P. **A identidade narrativa**. Tradução comentada de Carlos João Correia. Disponível em: <https://docplayer.com.br/67950705-A-identidade-narrativa-paul-ricoeur.html>. Acesso em: 04 set. 2013.

SACO, A. **Sociología Aplicada al Cambio Social**. Madrid: Andavira Editora, 2006.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos / CEBRAP**, [S. l.], n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 137-165.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9%281-2%29VanDijk.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42.

A Comunicação para a mudança social e os Estudos Críticos do Discurso¹

Letícia Beatriz Gambetta Abella*

Um processo chamado Comunicação

Este capítulo tem como objetivo inserir-nos no cenário atual da Comunicação, muito provavelmente o “território” no qual as mudanças tecnológicas dos últimos anos têm tido avanços mais radicais. Essas transformações têm favorecido não só o aparecimento de novas práticas sociais mas também a transformação de outras. O tempo e o espaço não apenas desapareceram para oferecer maior velocidade à comunicação interpessoal, eles se transformaram em “lugares” regidos por novas regras. O imediato passou a ser não apenas uma possibilidade de se transmitir uma informação como também uma exigência de consumo dos usuários da internet. Com o intuito de compreender melhor essa nova realidade, percorremos, neste capítulo, as transformações que definem a Comunicação em tempos de modernidade líquida (cf. Bauman, 2009).

Breve contextualização histórica

As pesquisas sobre Comunicação tomam força, na década de 1960, de mãos dadas com a ideia de levar desenvolvimento àqueles países que, segundo critérios hegemônicos, estavam “ficando para trás”. A investigação em Comunicação teve períodos fortes, um deles compreende a década de 1960 e metade da década de 1970. Durante esse período, a concentração do interesse estava justamente em associar a Comunicação ao desenvolvimento, levando, por meio das mídias e de outros canais, segundo as ideias do momento, as ferramentas necessárias para a evolução dos povos chamados, naquele tempo, de “subdesenvolvidos”. O problema da proposta era o olhar

¹ Este capítulo formou parte da tese de doutorado *O poder hegemônico das redes sociais: uma análise crítica do discurso de quem “vai pra rua”*, defendida no dia 21 de março de 2021 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, posteriormente publicada em formato livro pela editora Paco.

* Doutora em Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Rio Grande do Norte. Atualmente se desempenha como professora na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, na Universidade da República (UDELAR), no Uruguai e como docente na unidade de Apoio a Investigação na Faculdade de Informação e Comunicação também na UDELAR. E-mail: leticiagambetta@gmail.com

recortado para o desenvolvimento econômico e tecnológico, esquecendo-se do contexto sociocultural das comunidades.

Essas primeiras tentativas teóricas de pensar a Comunicação como uma via de transformação apareceram nos Estados Unidos, considerado, pela maioria dos pesquisadores latino-americanos em Comunicação Social, o berço dos modelos tradicionais da Comunicação verticalista. Nesse contexto, autores como Everett Rogers, Daniel Lerner e Wilbur Schramm (Barranquero, 2006) representaram o que se denominou *Comunicação para o Desenvolvimento*, ou *Difusionismo*, etapa na qual se começou a entender a Comunicação como uma ferramenta importante nos processos de transformação social.

Porém, a transformação era pensada fundamentalmente a partir da perspectiva de incentivar o desenvolvimento agrícola, por meio da difusão de modelos que tinham sido criados para o agricultor norte-americano. Assim, “as ações, centraram-se, de modo experimental, em programas de capacitação em tecnologias, extensão de inovações agrícolas, educação para a saúde, em zonas pouco industrializadas...” (Barranquero, 2006, p. 2).

Pensar a Comunicação como ferramenta de desenvolvimento foi o argumento forte de muitos estudiosos daquela fase, na qual as mídias de massas irromperam com força, mobilizando os parâmetros do fluxo de informação. Luis Ramiro Beltrán, jornalista e pesquisador em Comunicação para o Desenvolvimento, já em 1968 escreveu que “só por meio da comunicação ao povo (eficiente e efetivamente) pode ter lugar qualquer desenvolvimento” (Beltrán, 1968, p. 26).

Desde aquela primeira definição de Aristóteles – na qual entendia a comunicação (retórica) como formada por três elementos: locutor, discurso e ouvinte –, muitas definições têm chegado aos livros de Comunicação Social (BELTRÁN, 1981). Laswell, em 1948, propôs um paradigma que tem tido, até hoje, grande incidência nas pesquisas e nas salas de aula da área. Ademais, esse paradigma adicionou ao modelo aristotélico de *quem, diz o que, a quem, a ideia de como o diz e com que efeito*. Laswell (1948 apud BELTRÁN, 1981, p. 3) entendia que “uma forma conveniente para descrever um ato de comunicação é a de dar respostas às seguintes perguntas: *¿Quem?*, *¿Diz o que?*, *¿Em qual canal? (meio\MEIO)*, *¿A quem?*, *¿Com que efeito?*”. Os estudos de Laswell tiveram grande eco na Propaganda e na Publicidade, devido a esse olhar atento para os efeitos da mensagem.

A maioria das definições de Comunicação posteriores a Laswell veio “agarrada” ao conceito de transmissão, assim como ao conceito de influência (Beltrán, 1981, p. 3).

Beltrán publicou, em 1981, um ensaio que apresenta um percurso pelas várias tentativas de ajustar a definição de Comunicação, até chegar à ideia de um processo de construção participativa e dialógica. Entendemos que o ensaio *Adiós a Aristóteles: la Comunicación “Horizontal”*, de Beltrán, constitui uma leitura obrigatória para entender esse processo em constante construção.

Posteriormente a Laswell, os engenheiros Shannon e Weaver (1971) desenvolveram um modelo eletromecânico de comunicação, no qual estavam incluídos os elementos: *fonte, transmissor, canal, receptor e destinatário*. De uma forma muito simplificada, a *fonte* era a origem na qual era emitido o sinal que, por sua vez, era transmitido por um *transmissor*, em algum *canal* escolhido, e logo recebido pelo *receptor* (ponto oposto da fonte), até finalmente chegar ao *destinatário* da mensagem.

Schramm tomou esse modelo de Shannon e Weaver (1971) e o adaptou à comunicação humana, substituindo o *transmissor* e o *destinatário* pelos conceitos de *codificador* e *decodificador*, respectivamente. A ideia de transmissão continuava prevalecendo nesses modelos (Beltrán, 1981).

A incidência ou não das mídias no desenvolvimento, as próprias definições dos conceitos “desenvolvimento” e “comunicação”, que se discutiam a partir da década de 1960, já começavam a mostrar que o grande desafio era “atingir” os destinatários das mensagens ou, “*comunicacionalmente falando*”, os chamados *receptores*, ou, em termos de Schramm, *decodificadores*. Não é nosso objetivo retomar a linha do tempo na qual vão se encaixando os principais modelos que tem representado a evolução das Ciências da Comunicação ao longo dos anos, mas queremos sim destacar como as ideias iniciais, que associam a Comunicação à transmissão de informação, têm dado muito trabalho para serem desconstruídas. Conceitos que vêm de longe ainda estão arraigados no modo cotidiano de “fazer comunicação”.

Após esse “encantamento” midiático dos anos 50 e 60, surgido a partir da imposição das *mass mídias*, pesquisadores da Comunicação, principalmente provenientes de vários países de América Latina, protagonizaram um movimento intelectual que questionava os efeitos culturais das grandes mídias. Na década de 1970, começou a se consolidar um cenário intelectual de resistência aos parâmetros hegemônicos de transmissão vertical de modelos materiais e simbólicos. Esse seria um segundo momento forte de pesquisas em Comunicação Social, começando em meados de 1970 e se estendendo até o final da década de 1980.

Nesse período, Beltrán (1981, p. 6) expressa que “finalmente, a definição conceitual própria da natureza da comunicação, tal como proveniente dos países desenvolvidos,

está sendo rebatida hoje nos países em desenvolvimento”. Nesse contexto de luta ideológica, destacaram-se estudiosos como Antonio Pasquali, na Venezuela; Paulo Freire, no Brasil; Rosa María Alfaro, no Perú; Armand Mattelart, no Chile; Luis Ramiro Beltrán, na Bolívia; Marita Matta e Eliseo Verón, na Argentina; Néstor García Canclini, no México; Mario Kaplún, no Uruguai, e Jesús Martín Barbero, na Colômbia, entre outros.

Essa segunda fase, chave das pesquisas em Comunicação, foi caracterizada, como descreve Beltrán (1981), por uma tensão entre o norte e o sul, entre o desenvolvimento e os que se contentavam com “estar em vias de...”. A constatação, legitimada pelo informe Mc Bride², a cargo da UNESCO, de que a grande maioria da informação do planeta (incluindo a dos países em desenvolvimento) provinha de agências de notícias dos Estados Unidos e da Europa. Esse desequilíbrio revela um desequilíbrio assustador nas fontes de informação que não era outra coisa senão reflexo da concentração midiática imperante e da verticalidade do fluxo das comunicações. Essas condições geraram um contexto propício para esses estudiosos e comunicadores, principalmente latino-americanos levantarem a bandeira da luta pela busca do equilíbrio.

Comunicação para a Mudança Social: a voz dos excluídos

As mídias de massas, que chegaram prometendo mais democracia, liberdade de expressão e desenvolvimento, começaram a gerar desconforto, mas ao mesmo tempo incentivaram o aparecimento de propostas de comunicação chamadas de alternativas. Os teóricos citados e vários outros procuraram ir além da crítica ao imperialismo midiático, resgatando experiências de participação cidadã nos processos comunicacionais em diversos cenários. Talvez aí esteja um dos principais aportes dessa linha de pensamento: conceber a comunicação como um processo (e não como um ato) em permanente construção e com participação ativa dos seus protagonistas.

Um dos grandes inspiradores dessa nova forma de pensar a Comunicação foi o brasileiro Paulo Freire. Freire é reconhecido, em inúmeras obras de pesquisadores de referência, como um pilar de sustentação na direção da consolidação de uma comunicação participativa. Nas palavras de Beltrán (1981, p. 13), “uma porta larga de

² O informe Mc Bride foi publicado pela UNESCO em 1980 revelando a grande desigualdade no fluxo de informação, o intercâmbio de informação entre países em desenvolvimento era praticamente inexistente assim como a produção de notícias proveniente desse grupo de nações. Estados Unidos, Europa e Japão concentravam as principais agências noticiosas do planeta e nelas produziam também uma visão fragmentada sobre os países de América do Sul, onde se destacavam os problemas de educação, pobreza e desigualdade social.

entrada a uma fértil avenida de novas perspectivas foi aberta na parte inicial dos anos 60 por um mestre e filósofo da educação, o brasileiro Paulo Freire”.

Paulo Freire, educador brasileiro, crítico dos modelos tradicionais de educação, questionador dos papéis ortodoxos de educador e educando, entendia que o modelo valorizado é aquele no qual o “educador quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus ‘depósitos’, tanto melhor educador será” e que, em contrapartida, os educandos “quanto mais se deixem docilmente ‘encher’”, melhores educandos serão (Freire, 1987, p. 38). Os questionamentos de Freire quanto à transferência unidirecional de informação são adotados como princípios da Comunicação Participativa. *Pedagogia do Oprimido* (1969) e *Comunicação ou Extensão* (1971) são obras referenciadas permanentemente pelos comunicadores críticos. Freire destaca a comunicação enquanto processo dialógico e caminho indiscutível na construção coletiva do conhecimento. Suas observações, orientadas à comunicação em âmbitos restritos, são facilmente projetadas à Comunicação Social.

Como destacamos, o educador questiona a simples transferência de informação (extensão) em oposição à comunicação construída coletivamente e, nesse sentido, expressa que:

[...] a extensão em si mesma (e, quando não o é, está sendo mal denominada) enquanto é um ato de transferência, nada ou quase nada pode fazer neste sentido. Reconhecemos que a simples presença de objetos novos, de uma técnica, de uma forma diferente de proceder, em uma comunidade, provoca atitudes que podem ser de desconfiança, de recusa, total ou parcial, como de aceitação também (Freire, 1969, p. 20).

Para que o processo de construção do conhecimento seja efetivo, Freire defende a participação efetiva dos envolvidos, em um cenário horizontal e dialógico. Esses princípios serviram (Gambetta Abella, 2015) como sustentação teórica e metodológica ao movimento intelectual de resistência que se desenvolveu na América Latina nos anos pós- deslumbramento midiático (décadas de 1970 e 1980), nas figuras dos pesquisadores já mencionados em diferentes países da região, assim como em alguns outros lugares do planeta, ainda que com menos força.

A concepção freiriana tem constituído também uma base sólida para o surgimento da Comunicação para a Mudança Social (CMS), também chamada de Comunicação Participativa, Comunitária ou Comunicação para o Desenvolvimento. Nessa última nomenclatura englobam-se tanto as teorias difusionistas, que defendiam a

transferência de tecnologia para que comunidades em desenvolvimento pudessem atingir as transformações necessárias para seu sucesso econômico, quanto as teorias “do paradigma ideológico da Theoria Social Latino-americana” (Duarte, 2002, p. 21), representada pelo movimento intelectual de resistência que mencionamos.

Retomamos um quadro já apresentado em nossa dissertação de mestrado, proposto por Bustos (2007), que graficamente representa as duas principais vertentes que se alinham em torno do conceito de Comunicação para o Desenvolvimento:

Quadro 1 – Comparação de Estratégias Modelo de Divulgação e Modelo de Participação

| | Difusão | Participação |
|--------------------------|---|---|
| Definição da comunicação | Verticalidade (de cima para baixo) | Horizontalidade (informação como intercâmbio e diálogo) |
| Utilização da informação | Disseminação por meio das mídias de massa | Participação em nível local Comunicação interpessoal Utilização das mídias de comunicação |
| Problema | Falta de informação | Desigualdades |
| Fim do desenvolvimento | Mudança comportamental com relação a um objetivo determinado | Objetivo determinado e/ou emancipação Equidade Democratização Aumento da capacidade organizativa |
| Mídias | Mudança em conhecimento e atitudes O objetivo é o fundamental | Informação/intercâmbio O processo é o essencial. |
| Marco | Modernização Divulgação de inovações | Mudança social Mobilização social Participação |
| Autores | Rogers Lerner Schramm | Freire Servaes |
| Instrumentos | Mídias de comunicação Marketing social Entretenimento educativo | Assembleias e encontros Mídias de comunicação Marketing social Entretenimento educativo |
| Âmbito de atuação | Aproximação não holística Estudo das questões de comunicação | Holística Estudo das necessidades, dos objetivos, dos meios para consegui-los e também dos aspectos de comunicação |

| | | |
|----------------------------|---|--|
| Papel dos profissionais | Implementa-se o plano de comunicação por profissionais, sem contar com as pessoas as que se destina | Os profissionais conjuntamente com a comunidade desenvolvem a implementação do plano. |
| Comunicação do diagnóstico | Os resultados do diagnóstico são elaborados do exterior e comunicados aos organismos com os quais têm relação. Nem sempre se transmitem à comunidade receptora. | Os resultados do diagnóstico são apresentados pela comunidade e, portanto, conhecidos por ela. |

Fonte: Adaptado de Juan Carlos Miguel de Bustos (2007 *apud* Mari Sáez, 2010, p. 8).

Devido a esse duplo sentido (hoje incorporando alguns outros também), da chamada Comunicação para o Desenvolvimento, é que muitos autores que se identificam com o papel inclusivo da Comunicação preferem se situar nos termos de Comunicação Alternativa, Comunitária, Participativa, ou, na linha que aderimos, Comunicação para a Mudança Social.

A Comunicação para a Mudança Social (CMS), marco teórico que nos sustentou durante nossa pesquisa de mestrado e na posterior publicação do livro *Redes Sociais e Empoderamento Cidadão* (Gambetta Abella, 2015), apresenta-se como um paradigma participativo que defende a Comunicação baseada no diálogo e na luta por dar voz aos grupos socialmente excluídos.

A CMS surge, dentro das Teorias da Comunicação Social, como um caminho de reflexão continua sobre os processos comunicacionais. Baseada em algumas premissas inegociáveis, como a defesa da concepção dialógica como elemento constitutivo da Comunicação, a CMS promove a emancipação de grupos minoritários.

Em abril de 1997, o Departamento de Comunicação da Fundação Rockefeller, coordenado por Denise Gray-Felder, em Nova York, promoveu algumas reuniões com especialistas em Comunicação para refletir sobre a Comunicação para a Mudança Social no fim do século XX. Esses encontros aconteceram na Itália, na África do Sul e nos Estados Unidos e permitiram, a partir da troca de ideias e de conhecimentos, a elaboração de um documento com os princípios da CMS, amplamente divulgado (Gumucio-Dagron, 2004).

Em 2003, funda-se o Consórcio para a Comunicação para a Mudança Social, com os objetivos de incentivar as práticas participativas, por meio de investigação, publicações, transmissão de conhecimento, treinamento e assessorias, que visem ao desenvolvimento e à mudança social, mediante a defesa da participação de setores excluídos e o incentivo ao diálogo nas esferas públicas e privadas. A ideia principal é que as comunidades participem, por meio de ferramentas de Comunicação, da criação das suas próprias oportunidades de mudança.

Outro momento importante na consolidação da CMS é a publicação, em 2007, do livro *Antologia de Comunicação para a Mudança Social, Leituras Históricas e Contemporâneas*, organizado pelos estudiosos Alfonso Gumucio-Dagron e Thomas Tufte. A publicação contém 1500 páginas e compila 200 trabalhos, de mais de 150 autores, de várias partes do mundo, porém com destaque para estudiosos latino-americanos.

A CMS propõe um giro de 180 graus, propondo que a verticalidade, característica do fluxo de transmissão da informação entre as grandes mídias e seus destinatários, passe a ser um percurso horizontal de ida e volta baseado em um processo de construção coletiva, a partir das necessidades constatadas pelos próprios envolvidos.

Os autores que levantam a bandeira do paradigma participativo concordam que essa corrente, chamada de Comunicação para a Mudança Social, tem sido resultado de um processo doloroso de experiências frustradas e reflexões questionadoras do pré-estabelecido.

Uma das lutas, mantida por essa abordagem de pensamento, é a defesa de que existam canais de expressão que possibilitem a comunicação das minorias excluídas. Nesse sentido, os teóricos ativistas da Comunicação Participativa têm apresentado diversas nomenclaturas e definições para esses espaços que têm representado a resistência às mídias imperantes. Talvez a denominação mais difundida para esses canais tenha sido a de mídia alternativa. Contudo, ao mesmo tempo, essa determinação tem sido questionada, pois seu nome já nasceu atrelado, por oposição, às mídias tradicionais.

Existem diversas nomenclaturas para se referir a essas mídias que representam espaços alternativos: *mídia das comunidades* (defendido por Ellie, com respaldo de vários teóricos da comunicação participativa), *mídia tática* (aquela que se articula com algum objetivo comum e um fim específico), *mídia dos movimentos sociais* (refere-se àquela que é associada às mobilizações), *mídia do terceiro setor* (geralmente utilizada por ONGs e outras organizações do tipo), *mídia independente* (em oposição às grandes

mídias), entre algumas outras denominações que vão surgindo dependendo dos contextos sociopolíticos.

O estudioso argentino, porém radicado no Uruguai, Mario Kaplún cunhou a denominação de mídias populares para se referir àqueles espaços de expressão que devem “levar OUTRAS mensagens ao povo, mensagens com OUTRO CONTEÚDO [...] tem que levar a verdade ao povo, acordá-lo, conscientizá-lo” (Kaplún, 1985, p. 75).

De todas as nomenclaturas e conceitos, o termo que entendemos melhor representa o nosso posicionamento teórico para denominar as mídias que desafiam a verticalidade das mídias tradicionais é o de *mídias cidadãs*. O termo foi apresentado pela pesquisadora Clemência Rodríguez (2006), em consonância com a Teoria da Democracia Radical, da filósofa Chantal Mouffe, e adotado por alguns outros estudiosos da área, como Tufte (2011). Rodríguez explica o alcance do conceito:

[...] o termo “mídia cidadã” implica em primeiro lugar que uma coletividade está colocando em ato sua cidadania por meio de ativamente transformar a paisagem midiática; em segundo lugar, que estas mídias estão disputando códigos sociais, identidades legitimadas e relações sociais institucionalizadas; e terceiro, que estas práticas comunicacionais empoderam à comunidade envolvida, até o ponto em que essas transformações e mudanças são possíveis (Rodríguez, 2006, p. 774).

A problematização da concentração midiática em poucos grupos de poder está napauta de todos os que, de uma forma ou de outra, defendem uma comunicação democrática. Segundo o comunicador e pesquisador uruguaio Gabriel Kaplún, uma das maneiras de democratizar a Comunicação é conseguir que a mídia “esteja nas mãos do outro dominado, de quem tem menos poder: do trabalhador ou do indígena, da mulher ou o camponês” (Kaplún, 2005, p. 53).

Naquele tempo (décadas de 1970, 1980), uma das mídias fortes de resistência foi o rádio comunitário: emissoras de rádio domésticas, muitas delas clandestinas, com pequeno alcance, mas que eram “propriedade” das comunidades e produziam conteúdos a partir da sua realidade e, portanto, representaram um caminho de apropriação midiática que já antecipava a vontade de tirar a exclusividade de enunciação dos donos das mídias tradicionais.

Sobre a importância da apropriação de espaços e de conteúdos midiáticos, a pesquisadora Clemência Rodríguez (2009) expressa:

[...] produzir nós mesmos os nossos produtos midiáticos implica ter a oportunidade de criar as próprias imagens de nós e do nosso entorno; implica poder recodificar a própria identidade com signos e códigos escolhidos pela gente, irrompendo assim na aceitação passiva de identidades impostas por sujeitos externos; implica se converterno relator da própria história e recobrar assim a voz própria; implica reconstruir o autor-retrato da comunidade e suas culturas; implica explorar as possibilidades semânticas infinitas do próprio corpo, do próprio rosto, para criar expressões faciais (uma nova codificação do rosto) e linguagens não verbais (uma nova codificação do corpo) nunca antes vistos; implica sacar as linguagens próprias do seu esconderijo habitual, para colocá-los na esfera pública e ver como se comportam, como derrotamoutras linguagens, ou como são derrotados por elas (Rodriguez, 2009, p. 17).

Provavelmente nenhum dos teóricos que – naquele momento de “rebeldia” buscavam alternativas para dar voz àqueles que além de não terem espaço midiático constituíam-se como setores vulneráveis e excluídos nas sociedades latino-americanas – poderiam imaginar ocurso que a Comunicação iria tomar no planeta.

De lá para cá, a vertigem provocada pelas mudanças tecnológicas, que afetaram principalmente à comunicação e as comunicações, desestruturou toda ordem estabelecida e conhecida, coincidindo com aqueles que expressam que, embora tenham se multiplicado os canais de expressão, os discursos continuam os mesmos.

Novas Tecnologias mudam as regras

Acompanhar e se apropriar das transformações permanentes no campo da Comunicação Social tem sido o desafio de pesquisadores e de comunicadores em épocas nas quais o mais estável é a mudança. As novas Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) apresentam a cada dia inovações que se refletem no comportamento dos usuários e dosdetentores privilegiados das práticas discursivas.

A pesquisadora Lucia Santaella (2012) destaca a aceleração da evolução tecnológica que caracteriza a sociedade atual. Segundo a estudiosa, os últimos 25 anos foram de um ritmo sem precedentes no que refere às “transformações dos meios tecnológicos de produção de linguagens e de comunicação” (Santaella, 2012, p. 30). Com o objetivo de compreender melhor o processo de expansão dos meios de produção, Santaella (2012) apresenta cinco “gerações tecnológicas”, a saber: as tecnologias do reproduzível, as tecnologias da difusão, as tecnologias do disponível, as tecnologias do acesso e, finalmente, as tecnologias da conectividade permanente. Cada uma dessas gerações está representada pela chegada dealgum elemento de inovação tecnológica

que contribuiu para revolucionar o espaço de comunicação (Santaella, 2012). Santaella (2012, p. 30) salienta que

[...] as tecnologias do reproduzível, marcadas pela revolução elétrico-eletrônica; as tecnologias da divulgação por esse mesmo elemento revolucionário; as tecnologias do disponível, próprias da cultura dos médios; as tecnologias do acesso, desenvolvidas a partir da revolução digital; e mais recentemente as tecnologias da conectividade permanente, potencializadas pelos dispositivos móveis.

No entanto, precisamos compreender como essas mudanças tecnológicas alteram a dinâmica social e as práticas discursivas. Conforme Barbero (2007, p. 69), “hoje a tecnologia não remete a uns aparelhos e sim a novas formas de percepção de linguagem, a novas sensibilidades e escrituras”.

A relação dos ouvintes, telespectadores, leitores e internautas com os veículos de comunicação reinventam-se a cada momento e ao mesmo tempo em que o papel do comunicador social parece fragilizado perante a “intromissão” do cidadão comum no papel de emissor. O jornalista e analista de mídia, Jeff Jarvis, defende que hoje “o controle da Internet está com as pessoas, é das pessoas” e ainda destaca a mudança do papel do jornalista no espaço da web, explicando que “ali, os jornalistas somos meros convidados e, se não agregarmos valor, sobramos”³. Acrescenta, ainda, que essa nova realidade torna os limites difusos entre a prática jornalística e a expressão cidadã, Uranga (2012) expressa:

[...] o espaço da convergência entre os novos modos de produção que permite o desenvolvimento digital (a produção doméstica, não profissional), a incorporação destes produtos ao espaço público (através das chamadas redes sociais) e a síntese de linguagens que se produz com as indústrias culturais, é outra frente de trabalho para aqueles que trabalhamos em Comunicação. Porém ao mesmo tempo é um desafio político cultural que devemos adicionar à agenda (Uranga, 2012, p. 3).

³ Disponível em: http://brasil.elpais.com/m/brasil/2015/03/12/tecnologia/1426185739_204253.html. Acesso em: 9 maio 2015. Jeff Jarvis é professor de jornalismo na City University of New York, estudioso da Web 2.0.

Convivendo com os tradicionais emissores privilegiados (mídias tradicionais), atores em diversos papéis dentro das interações sociais manifestam-se por meio de canais de expressão diretos, com os quais podem transmitir conteúdos e influenciar seus seguidores. Entre a mídia e o cidadão comum existem diversos estratos de emissores.

A enunciação na rede: categorizando os emissores

Na (des)conhecida trama complexa das sociedades contemporâneas, têm-se multiplicado os lugares dos quais se emitem os discursos. Com o aumento geométrico dos canais de enunciação, que se apresentam como convergentes, hipermidiáticos⁴, interativos e disponíveis à grande maioria da população do planeta, temos observado que esse “empoderamento” do receptor, apropriando-se da voz midiática ao ter a possibilidade de utilizar os espaços disponíveis na internet para se expressar, merece uma observação mais cuidadosa. Nossa intenção é a de que essa atenção no deslocamento de antigo receptor dos modelos tradicionais de comunicação possa se transformar em uma categorização de emissores da rede, segundo seu lugar de influência. E nesse sentido fazemos uma proposta de classificação:

- Temos assim aquele emissor conhecido por todos: a mídia tradicional, na qual o emissor legitima-se no exercício da profissão dentro da Comunicação Social. A TV, o rádio e o impresso são emissores que migraram para as plataformas *online*, ou melhor dizendo, criaram seus espaços virtuais paralelos como novas vias de comunicação junto às plataformas tradicionais. Chamaremos esse emissor, que representa a continuidade da velha mídia, de *Emissor Legitimado*.
- Por outro lado, surge um emissor comunicador independente, que tem sua própria voz legitimada a partir de uma carreira no jornalismo ou em outros âmbitos da comunicação. Ele tem conquistado essa independência e tem se tornado um Emissor influenciador que, de alguma forma, consegue dizer o que muitos querem, mas não conseguem, seja por falta de empatia com as

⁴ Santaella (2010) define hipermídia como o produto da confluência de hipertextos com sons, imagens, vídeos, animações e programas informáticos, propiciados pela digitalização da informação, isto é, pela tradução em sinais digitais binários e a combinação em um mesmo suporte de informações diferentes: escritas, sonoras, imagéticas, audiovisuais. A hipermídia possibilita percursos de leitura múltiplos, permitindo o acesso a conjuntos de informações codificados em uma determinada linguagem, a partir de outros conjuntos de informações codificadas em linguagens diferentes, via hiperlinks, e a criação colaborativa, pela possibilidade que o formato digital fornece, de interagir diretamente com cada conjunto de informações e modificá-lo.

palavras ou simplesmente porque sabem que suas opiniões não terão grande projeção. Chamaremos esse emissor de *Emissor Independente*.

- Na rede das redes surge também aquele Emissor com grande poder de influência no seu círculo de atuação, seja profissional, acadêmico, sindical ou comunitário. Aquela voz que, entre suas relações mais próximas, é tida como referencial quanto à representação dos interesses da classe. São enunciadores cujo interesse é mobilizar quem está por perto, conscientizar e motivar seus pares para a ação. Denominamos essa categoria como *Emissor Comunitário*, entendendo comunidade aqui no sentido de grupo que partilha um interesse comum, interesse esse que sai do campo estritamente afetivo.
- As mídias tradicionais começaram a sofrer críticas desde a década de 1960, quando teóricos de resistência, principalmente da América Latina, questionavam a verticalidade das soluções expansionistas propostas pelo hemisfério norte. A partir desse momento, surgiram com muita força as propostas de uma Comunicação participativa, horizontal e dialógica, mediante a qual os pequenos grupos excluídos, habitualmente nas sociedades modernas, pudessem transformar a realidade a partir de canais de comunicação que lhes oferecessem um lugar para “soltar a sua voz”. Essas mídias, já chamadas de alternativas, populares, comunitárias e cidadãs (Rodríguez, 2001; Downing, 2010), também estão hoje representadas no território virtual. São mídias de resistência, mídias que pretendem mostrar a realidade a partir de outro lugar, algumas surgem em comunidades periféricas ou dentro dos movimentos sociais. Esses enunciadores, que se comportam como meios de Comunicação e têm interesse em divulgar a realidade a partir de outra perspectiva, serão categorizados nesta proposta como *Emissores Cidadãos*.
- Temos, partindo de outro ponto de expressão, aquele cidadão comum que tem círculos afetivos, profissionais, pessoais e que utilizam a internet e as redes sociais para se comunicar com essas pessoas próximas. Esse Enunciador comunica-se com seus pares e a sua influência tem abrangência pequena, seu posicionamento não é de referente. Nós chamaremos de *Emissor Comum*.
- O *Emissor Institucional* seria aquele que tem objetivos claros de divulgar a sua instituição ou a sua empresa. Pode ter interesses de vender serviços,

produtos ou simplesmente de consolidar uma imagem institucional. Esse emissor responde a estratégias de marketing, de publicidade, e pretende claramente usar o que a internet tem a oferecer para se comunicar com seu público alvo.

- A última categoria que queremos explicitar, considerando o lugar do qual projetam sua voz, é a de grupos de poder (não midiáticos) que utilizam os canais, que oferecem as novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), com objetivos deliberados de influenciar comportamentos (evitando deliberadamente falar em manipular), utilizando minuciosamente estratégias de comunicação e marketing e apelando à transmidialidade como recurso de consolidação da sua comunicação. Nessa categoria, encontram-se grupos, altamente articulados, que se apresentam como canais democráticos de comunicação, mas que respondem a interesses de influência bem nítidos. Esses emissores são comumente as igrejas, partidos políticos e outras estruturas com alta politização. Nós chamamos de *Emissores Paralelos*.

O pertencimento de um enunciador a uma ou outra das categorias que conceituamos define-se de forma posicional, a partir das redes de relações virtuais das quais participa, que podem ser múltiplas, o que pode fazer com que um emissor se configure como de uma categoria dentro de uma determinada rede e de outra categoria dentro de outra rede. O que nos interessa para o propósito desta pesquisa é que todos esses tipos de enunciadores utilizam de forma estratégica, ainda que com capacidades de repercussão diferentes, os potenciais de interação e afetação (sensorial, emocional e cognitiva) das tecnologias digitais de comunicação para promover seus objetivos, interesses ou ideias. O “empoderamento” que esse fenômeno provocou principalmente nos que se constituíram como emissores comuns, comunitários e cidadãos têm favorecido a emergência de uma ambiência cultural digital propício para a mobilização social e política.

Os dois extremos de emissores que coexistiam na Comunicação Social estavam representados, por um lado, pelas mídias tradicionais, poderosas, hegemônicas, com conteúdos de fluxo vertical, e, por outro lado, pelas mídias tímidas, chamadas de alternativas, que resistiam (como podiam) dentro de pequenos grupos e comunidades, tentando oferecer voz às minorias. A voz oficial da Comunicação estava com as *mass mídia*. Ali surgiam os jornalistas com legitimidade de expressão e ali surgiam também os espaços de comunicação para que outras esferas de poder se manifestassem. Não em vão, a imprensa tem sido posicionada tradicionalmente como o *Quarto poder* e em

tempos mais recentes como *Segundo poder* por alguns estudiosos. A mídia tem tido as ferramentas para tirar presidentes, contribuir para definir guerras e acelerar crises políticas. A escolha sobre o que dizer e o que calar tem colocado sociedades em torno de pautas predeterminadas, que definem a agenda pública.

A relação dos donos de mídia com poderes econômicos e políticos tem sido duramente questionada por representar uma ameaça a uma comunicação democrática que atenda principalmente ao direito de informação dos povos, mas não aos interesses de classes hegemônicas. Hoje, no Brasil, são inúmeros os casos de políticos que são donos de mídia, situação expressamente proibida pela Constituição do país. A relação do poder político com o poder midiático e econômico acaba poluindo o que deveria ser um dos direitos mais preservados numa sociedade: o direito à informação.

As novas tecnologias mudaram o cenário e multiplicaram os emissores ao oferecervias de expressão que sempre foram restritas à mídia. Se o modo de resistência aos grandes impérios da mídia eram rádios alternativas, jornais comunitários e mais alguma expressão de criatividade cidadã, hoje as possibilidades de falar para muitos são infinitamente maiores.

Impossível imaginar que, até a década de 90, principalmente com a irrupção da Web 2.0, mesmo o cidadão que tivesse acesso a algumas ferramentas simples como computador e conexão a internet, poderia *soltar a voz* para o mundo. De todas as formas, ainda que seja real que encontrar vias de se expressar na rede não represente grandes dificuldades, isso não significa que a assimetria de poderes esteja, nem de longe, próxima de se equilibrar.

Parece que nesta situação de convivência de múltiplos emissores que desafiam o monopólio dos médios, acostumados a serem as únicas fontes privilegiadas de expressão, existem matizes de posicionamentos. O acesso a canais de expressão, por meio de cidadãos e setores da sociedade que não tinham acesso à mídia (só que essa estivesse interessada no que tivessem a dizer), apresenta várias leituras.

Nos extremos temos de um lado os defensores dessa múltipla abertura de opções, como sinônimo de uma Comunicação mais democrática, e do outro lado aqueles que questionam a legitimidade de mensagens que surgem “passando por cima” das vozes de quem exerce legitimamente a profissão de comunicador. Para esses pesquisadores, esse fenômeno constitui quase uma “apropriação indevida” e questionam conceitos como o de jornalismo cidadão, que descrevem àquelas pessoas, ao utilizar os canais oferecidos pela rede para comunicar fatos, imitam as tarefas dos jornalistas profissionais.

Salaverría (2016) pertence ao primeiro grupo que, acima de tudo, reivindica a vontade de se expressar. Ele manifesta que “qualquer pessoa que tenha curiosidade, paixão pela verdade, espírito de serviço público e saiba escrever bem e contar outras histórias de maneira audiovisual pode atuar como jornalista profissional” (Salaverría, 2016)⁵. Já o professor Marcos Palacio, da Universidade Federal da Bahia, entende que não existe jornalismo cidadão, ou seja, jornalismo exercido por quem não é jornalista. O pesquisador não reconhece o exercício da profissão jornalística desatrelada da formação acadêmica, argumentando que essas práticas não são jornalismo.

Está bem claro que a virtualidade criou novas regras, ou talvez seja melhor expressar que obrigou a rever quase todas as regras conhecidas em matéria de Comunicação. A observação atenta do cenário permite prever que talvez o caminho mais fácil esteja em uma postura receptiva para as mudanças, especialmente de quem faz parte do exercício da profissão de Comunicador Social. Nessa direção, Levy (1999) faz quase um apelo:

[...] peço apenas que permaneçamos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade. Que tentemos compreendê-la, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (Levy, 1999, p. 11).

Uma postagem qualquer nas redes sociais pode ser lida imediatamente em qualquer parte do mundo onde se tenha acesso à internet. Os tempos das correspondências escritas à mão, que atravessavam oceanos e céus ao encontro do seu destinatário, acabaram. Na procura por estabelecer comunicação, as distâncias não se encurtaram, elas literalmente desapareceram. Cada nova proposta de rede social e cada novo aplicativo contribui para a construção desse cenário que sempre se apresenta como defasado.

Os avanços nas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) não desafiaram “apenas” o tempo e o espaço. Elas acabaram com os limites que definiam as fronteiras entre as mídias tradicionais. Falar sobre televisão, rádio ou jornal impresso implicava naturalmente destacar as características de cada veículo no vasto cenário mediático.

⁵ Disponível em: https://www.academia.edu/22951848/Velho_novo_jornalista. Acesso em: 13 set. 2016.

Pensava-se o rádio como aquela mídia mais intimista, na qual o tempo é bem mais generoso que na televisão, que não exigia de nós uma “dedicação exclusiva” enquanto realizávamos outras tarefas cotidianas. O impresso era aquele espaço do “eterno”, ali tudo ficava registrado para sempre, e no qual o jornalista dispunha de uma limitação de linhas e colunas para publicar seu trabalho. Os jornais representavam a legitimidade das palavras, o que ali era escrito era referência até para as outras mídias. E a televisão, com a sua imponência ditada pela linguagem audiovisual, chegou para ser a primeira, para reunir a família, os amigos, os vizinhos do bairro. Ela conseguiu “passar na frente” das outras mídias e se posicionar como “mídia das mídias”.

Era simples, nos cursos de Comunicação Social, bastava pensarmos no que cada veículo tinha a nos oferecer. Linguagens diferentes, tempos diferentes, estéticas distintas. Rádio, TV e jornais poderiam até se complementar, mas cada um tinha seu território conquistado. As classificações foram “por água baixo”, é difícil hoje delimitar qualquer coisa, é muito difícil delimitar as mídias.

Com a revolução que as novas TICs trouxeram, tudo parece misturar-se. A internet, rede das redes, balança a existência dos jornais impressos, da rádio e da televisão como as conhecíamos. A palavra já não é eterna, ela é imediata; ela não perdura, rapidamente é substituída por outras tão urgentes quanto às primeiras. O tempo para apuração do que será publicado já não parece fazer sentido. Escreve-se, apaga-se e novas informações aparecem como se antes nada tivesse sido escrito. Os limites de espaço não existem mais e a notícia se estende tanto quanto o leitor quiser estendê-la.

A televisão é onipresente, ela está nos mais variados dispositivos eletrônicos. Deixou de aglomerar pessoas ao seu redor para oferecer espaços individuais, cada um escolhe a sua programação, assiste quando quer e ainda não precisa respeitar a grade da emissora. O telespectador cria seus próprios conteúdos, assiste aos filmes *online* ou se integra a redes de transmissão ao vivo junto a outros usuários. Os espaços *open source*⁶, alimentados por internautas, abrem portas para alternativas de consumo de informação em todas as formas de mídia. TV, jornais, rádio e internet misturam-se, retroalimentam-se, complementam-se e oferecem ao cidadão comum, “consumidor” de mídia, as possibilidades de criar percursos transmídiaáticos. Nas palavras de Jenkins, estamos na porta de uma nova realidade:

⁶ *Open Source* ou Fonte Aberta são espaços que permitem que os usuários alimentem o conteúdo. Esses usuários podem ser jornalistas ou pessoas que têm o interesse de contribuir com a proposta. A dinâmica vai depender da política da plataforma.

[...] bem-vindo à cultura da convergência, onde os velhos e os novos media colidem, onde os media corporativos e alternativos se cruzam, onde o poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis (JENKINS, 2006, p. 21).

A partir dessas reflexões, aprofundaremos os conceitos que regem a dinâmica da Comunicação atual.

Convergência, Transmidialidade, Hipermídia

Diante da discussão sobre Convergência midiática, o livro intitulado *Cultura da Convergência*, de Henry Jenkins (2008), tem se posicionado como uma das leituras de “ponto de partida” para avançar na compreensão do “trânsito” intermidiático. Segundo Jenkins (2006), o termo Convergência, vinculado à Comunicação, foi utilizado pela primeira vez por Ithiel de Sola Pool, a quem o autor designa como “profeta da convergência” (Jenkins, 2006, p. 10), graças a sua obra *Technologies of Freedom* (1983). No entanto, encontramos em outras publicações que o responsável por utilizar pela primeira vez o conceito da Convergência, vinculado aos meios de comunicação social, foi Nicholas Negroponte⁷, em 1979.

Jenkins (2008, 2006, p. 11) esclarece que

[...] com «convergência» me refiro ao fluxo de conteúdo através de múltiplas plataformas midiáticas, à cooperação entre múltiplas indústrias midiáticas e ao comportamento migratório das audiências midiáticas, dispostas a ir quase a qualquer parte na procura do tipo desejado de experiências de entretenimento.

A convergência midiática refere-se à coexistência de diversas plataformas, nas quais traspassam permanentemente fronteiras invisíveis. Se antes era claro que a televisão era a mídia das mídias, com a sua proposta audiovisual entrando nos lares da maioria da população do planeta, agora, embora sabendo que o trono ainda lhe pertence, não podemos deixar de perceber que estamos perante um novo ecossistema da Comunicação (Barbero, 2002). Nesse novo cenário, as mídias tradicionais, representadas pela televisão, o rádio e a mídia impressa, encontram-se dentro de

⁷ Negroponte tem tido grande reconhecimento mundial por incentivar o projeto OLPC (one laptop per child), que desenvolve computadores portáteis a baixo custo com o objetivo de diminuir a brecha digital entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Autor do livro *Being digital* publicado em 1995 e já traduzido em mais de 40 línguas.

uma nova realidade. As mídias tradicionais têm precisado se adaptar, entre outros aspectos, a forma de se comunicar com seus telespectadores, leitores e ouvintes. Ao mesmo tempo, a convivência obrigada com novas plataformas de comunicação que surgiram (e continuam surgindo) com a internet criou novas condições de se comunicar com os diferentes públicos.

Por um lado, atualmente tem se tornado praticamente imprescindível que toda proposta de comunicação veiculada às mídias tradicionais tenha a sua “extensão” virtual. Esse “braço” na rede pode, por exemplo: (i) significar apenas um canal de divulgação do que se passa no suporte tradicional; (ii) pode representar uma versão especialmente desenhada para as plataformas online; (iii) simplesmente reproduzir o que foi publicado ou emitido no veículo original ou (iv) pode ser também, por meio das redes sociais, um canal de interação com o público. Qualquer proposta de veiculação para TV, rádio ou impresso cobra, complementarmente, uma presença na rede.

Concomitantemente, surge hoje uma infinidade de produtos que já nascem fora das mídias tradicionais, cujo propósito inicial desconsidera essas plataformas ou, em um sentido inverso, utiliza-as para divulgar o que de fato nasceu para ser veiculado na internet. Sites, jornais, TV, rádio online, blogs, vídeos avulsos ou canais no *Youtube*, *podcasts*, aplicativos, *TV on demand* e inúmeras outras possibilidades que, junto às redes sociais, abriram novas e inovadoras vias de comunicação, desafiaram as hierarquias do fluxo de conteúdos e compartilham o cenário da Comunicação hoje.

O que caracteriza essa (hiper)modernidade – além das inúmeras opções de transmissão de informação com as que contamos os atores sociais, seja na condição de emissores ou consumidores de mídia – é a permeabilidade que tudo o traspassa. Essa transposição nos canais de comunicação alcança diversos aspectos. Por um lado, fica muito claro, como foi abordado antes, que as mídias já não existem nas suas formas puras. As mídias comunicam, junto a outras mídias, obtendo as “vantagens” que cada uma pode oferecer. Contudo é imprescindível que entendamos que existem também outras múltiplas circunstâncias que caracterizam a Convergência. Nesse sentido, expressa-se Levy (1999, p. 19) de forma bem eloquente:

[...] é o transbordamento caótico das informações, a inundação de dados, as águas tumultuosas e os turbilhões da comunicação, a cacofonia e o psitacismo ensurdecido das mídias, a guerra das imagens, as propagandas e as contrapropagandas, a confusão dos espíritos.

Junto à sensação inevitável de caos que carrega a narrativa transmídia, também imperareconhecer que alcança um grau de complexidade muito alto, entre outros fatores, pela imersão do consumidor de informação no transcórre do processo.

A complexa narrativa vem tanto pela extensão, por meio de diversas plataformas, como as já citadas, quanto pela variedade de suportes para o acesso a esses canais. Se antes para assistir televisão precisávamos ligar o aparelho especialmente criado para essa mídia, hoje podemos assistir TV em diferentes suportes, tais como celulares, tablets, computadores. O mesmo acontece com jornais, rádios e navegar na rede. A forma de contar e de ouvir histórias, seja ela por meio da ficção ou apenas com o intuito de informar ou influenciar, requer uma visão transmidiática.

Transmídia é a multiplicidade de suportes que se organizam para construir uma narrativa que se potencializa na conjunção das diversas vias de expressão. Nas palavras de Jenkins (2006, p. 135), “uma história transmidiática se desenrola através de múltiplos suportes midiáticos, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo” (p. 135). Segundo o estudioso, cada meio tem a sua autonomia e, portanto, “na forma ideal de narrativa transmidiática, cada meio faz o que faz de melhor” (Jenkins, 2008, p. 135). Para Jenkins (2006), a compreensão das possibilidades de cada um permite um contato mais íntimo e profundo. A “liberdade de movimento” entre as mídias que a transmidialidade oferece acaba atraindo públicos diferentes.

O receptor emancipado: de leitor a enunciatador

O receptor tem hoje a possibilidade de produzir e de veicular conteúdo, seja na modalidade de texto, de áudio ou de audiovisual. Cada vez menos comunicadores e pesquisadores aderem à ideia de que o receptor alguma vez foi completamente passivo. Conforme Lévy (1999), o receptor “a menos que esteja morto, nunca é passivo”. O autor ainda afirma que “mesmo sentado na frente de uma televisão sem controle remoto, o destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre de forma diferente de seu vizinho” (Lévy, 1999, p. 80).

Em todas as possibilidades de produção, o comunicador está assumindo um novo papel que, como foi destacado, gera muitos questionamentos. Referindo-se especificamente à área audiovisual, a pesquisadora Sonia Sá (2015, p. 149) expressa que a internet é “uma ameaça à credibilidade dos conteúdos jornalísticos audiovisuais devido à produção de conteúdos pelo cidadão, essencialmente na construção de histórias sem a verificação de um jornalista profissional”.

Esse novo destinatário/receptor/leitor tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores interessados em desvendar o que enxergam como uma nova fonte de poder. Wolton (2006) chama a atenção para os riscos de uma sociedade sem mediação, “umasociedade em direto”. Segundo o estudioso, em um mundo de overdose de informação, o papel dos mediadores faz-se imprescindível, “hoje em dia nossas sociedades carecem de mediação mais do que de midiatização. A midiatização não substitui a mediação humana, quer dizer o conjunto de contratos, rituais, e códigos indispensáveis para a comunicação social e a vida cotidiana” (Wolton, 2007, p. 178).

Uma observação importante, apresentada por Wolton (2006) e compartilhada por vários pesquisadores da área, entre eles o professor da Universidade de Buenos Aires, Washington Uranga⁸, destaca que esse aumento geométrico de mensagens, meios e suportes não tem aumentado a diversidade dos discursos que circulam. A maior dificuldade da Comunicação está no “outro”, o receptor, que Wolton (2006) denomina de “caixa preta” e, segundo ele, é quem revela a imperfeição da Comunicação. Em tempos de hipermidiatização, com todas as consequências que isso pode estar gerando, os destinatários das mensagens são os que fazem a diferença. Wolton (2006, p. 14) reforça esse conceito ao manifestar que:

[...] expressar-se não basta para garantir a comunicação, pois deixa de lado a segunda condição da comunicação: saber se o outro está ouvindo ou se está interessado no que digo.... Daí a lógica: quanto mais as técnicas permitem a expressão, mais a questão do feedback, do retorno, torna-se importante.

Kaplún (2005, p. 53), nessa linha de pensamento, expressa que “a assimetria emissores/receptores vai se superando e se avança em direção à construção de isso que alguns denominam “emirecs”, emissores e receptores ao mesmo tempo”. Realidade que Castells (2009) chama de “autocomunicação de massas”, isto é, que a fonte da informação e do entretenimento, que antes estava destinada ao dono e ao trabalhador das mídias, sejam elas tradicionais e hegemônicas ou alternativas, hoje estão nas mãos das pessoas, desde os lugares mais diversos. Santaella (2011) apresenta o leitor atual como “prossumidor”, em uma conjunção dos termos *produtor* e *consumidor*, já que um dos aspectos mais revolucionários do novo ecossistema da Comunicação Social é

⁸ O professor, jornalista e pesquisador Washington Uranga provocou essa reflexão no encerramento do Seminário do Observatório de profissionais da Comunicação, na Universidade da República no Uruguai, no dia 22 de julho de 2016.

justamente o desencaixe que o consumidor de mídia tem sofrido ao lhe serem “oferecidos” canais de expressão.

Santaella apresentou, em 2004, uma categorização que respondia ao perfil cognitivo dos leitores em função das condições ambientais e culturais nas quais estavam inseridos. A pesquisadora destaca que “não há porque manter uma visão purista da leitura restrita à decifração de letras” (Santaella, 2011, p. 19). A coexistência de múltiplos símbolos, em todas as esferas da vida cotidiana, expõe às pessoas a uma leitura dinâmica e vertiginosa que implica decodificações imediatas, defende a pesquisadora.

Santaella (2011), com uma especial sensibilidade para o lado cognitivo que se manifestava predominantemente no leitor no processo de evolução social, distinguia, em um primeiro momento, três tipos de leitores: o *contemplativo*, o *movente* e o *imersivo*.

O leitor *contemplativo* seria aquele leitor exposto à leitura de livros, mais reflexivo, da idade pré-industrial, situada, pela autora, do Renascimento até meados do século XIX. O leitor *movente* surge da exposição aos intensos estímulos visuais das grandes cidades, “das misturas de sinais e linguagens de que as metrópoles são feitas”, o leitor que “nasceu também com a explosão do jornal e com o universo reprodutivo da fotografia, cinema, e manteve suas características básicas quando se deu o advento da revolução eletrônica, era do apogeu da televisão.” (Santaella, 2011, p. 20). O leitor *imersivo* (terceira categoria apresentada pela estudiosa em 2004) refere-se a esse momento de contato com as redes computadorizadas, no qual o leitor não apenas se limita a compreender os signos que lhe são apresentados, sejam eles imagens, textos, vídeos ou fotos. O leitor *imersivo*, na perspectiva de Santaella (2011), é aquele que interfere nos processos de leitura, redesenhando caminhos, alterando ordens, indo e voltando de pontos de partida que ele mesmo escolhe. Assim a pesquisadora resume esse novo momento cognitivo do leitor:

[...] é um leitor imersivo porque navega em telas e programas de leituras, num universo de signos evanescentes, eternamente disponíveis. Cognitivamente em estado de prontidão, esse leitor conecta-se entre nós e nexos, seguindo roteiros multilíneares, multissequenciais e labirínticos que ele próprio ajuda a construir ao interagir com os nós que transitam entre textos, imagens, documentação, músicas, vídeo etc. (Santaella, 2011, p. 20).

A autora apresentou essa categoria há doze anos, deixando claro que nenhuma das categorias substitui outra e que os três tipos de leitores descritos até o momento, coexistem. Nesses últimos anos, as mudanças no âmbito das TICs têm continuado a ser uma constante: novas plataformas, novas ferramentas, novas redes de compartilhamento, novos aplicativos e aparelhos cada vez mais sofisticados. Todas essas inovações tecnológicas permitem ao usuário realizar praticamente um gerenciamento no âmbito da comunicação, tanto do que lê, no sentido amplo da apropriação cognitiva da diversidade “sêmica” atual, quanto do que expressa por meio dos canais disponíveis.

As transformações posteriores à classificação de Santaella (2011) geraram as condições favoráveis para o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas por parte do leitor, em resposta aos estímulos e aos códigos de interação cada vez mais complexos na sociedade hiper-midiatizada. Nessas circunstâncias, a pesquisadora detectou uma nova categoria: o *leitor ubíquo*.

A ubiquidade é um conceito que está sendo apropriado por vários pesquisadores contemporâneos da Comunicação, na tentativa de achar um adjetivo que permita representar o leitor “que navega pelas arquiteturas líquidas informacionais do ciberespaço” (Santaella, 2011, p. 19).

Redes Sociais: A construção discursiva através do *Facebook* e do *Twitter*

As transformações profundas que as TICs têm experimentado não afetam apenas questões de velocidade de transmissão de dados ou de abertura de novos canais de expressão, elas “introduzem mudanças qualitativas nas formas socioprodutivas e da comunicação” (Quintar, 2007, p. 72). Na realidade das tecnologias atuais de informação e comunicação encontram-se como meras protagonistas as mídias sociais, que, nas palavras de Recuero (2011, p.14),

[...] compreende um fenômeno complexo, que abarca o conjunto de novas tecnologias de comunicação mais participativas, mais rápidas e mais populares e as apropriações sociais que foram e que são geradas em torno dessas ferramentas.

A emergência de novas questões – como a inter-relação difusa entre as esferas pública e o privada, o surgimento de novas práticas sociais decorrentes desse “alter ego” virtual, formas alternativas de se estabelecer relações individuais e coletivas,

construções identitárias a partir de redes de relacionamento, e, ao mesmo tempo, inovadoras formas de dominação – redesenham o cenário dos modelos tradicionais das estruturas sociais e geram instabilidade nos modos já conhecidos de interação social. Segundo Recuero (2011), destacada pesquisadora na área das transformações geradas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação, a verdadeira mudança com a chegada das mídias sociais “está na horizontalização do processo de constituição da mídia que, ao contrário da chamada mídia de massa, distribuiu o poder de distribuição da mensagem” (Recuero, 2011, p.15).

As redes sociais iniciaram novas formas de apropriação, circulação e organização da informação, “redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades” (Recuero, 2011, p. 16).

As novas tecnologias têm oferecido, além de novos canais de comunicação, a portabilidade e a mobilidade de acesso à informação e ao entretenimento. Smartphones, que tudo disponibilizam, acompanham-nos 24 horas por dia, dando acesso ilimitado às mídias (às velhas e às novas) e às redes sociais, outorgando a possibilidade de acesso à informação em tempo real e contribuindo para a consolidação do usuário como ele mesmo produtor de conteúdo ao ter em suas mãos um aparelho que lhe permite registrar e divulgar eventos a qualquer hora. Nunca as mídias estiveram tão onipresentes no lugar dos fatos. Se antes era preciso enviar alguém para fazer a cobertura de qualquer acontecimento, hoje todos os que estão por perto se transformam potencialmente em produtores e divulgadores de informação.

Como tem sido apresentado, nesta investigação nos ocuparemos de duas redes sociais: o *Twitter* e o *Facebook*, que foram as apostas fortes do movimento *Vem pra rua* nos trinta dias prévios à votação pelo impeachment na câmara de deputados, com o intuito de mobilizar as pessoas e pressionar os legisladores na votação.

O Twitter

O *Twitter* é um microblog, um espaço de comunicação onde o usuário pode se expressar em até 140 caracteres⁹, entrar em comunicação direta com outros usuários, compartilhar links de várias plataformas diferentes, retuitar postagens de outros,

⁹ Em 2015 a rede social do passarinho permitiu que no caso de mensagens diretas entre usuários possam se usar mais de 140 caracteres com o objetivo de que o *Twitter* possa concorrer com outras plataformas de troca de mensagens como *Whatsapp*.

manter uma rede de seguidores e seguir outros tuiteiros do seu interesse. Por meio do *Twitter* também é possível transmitir vídeos ao vivo.

Essa ferramenta, alternativa aos meios de comunicação tradicionais, tem permitido que pessoas “inacessíveis”, como artistas, políticos e outros atores sociais de influência, estejam de forma quase permanente se posicionando sobre diversos assuntos do acontecer cotidiano. Além de ser um espaço de expressão que permite que os seguidores enviem mensagens para esses “detentores privilegiados dos discursos”, por de alguns recursos próprios da ferramenta.

A rede social *Twitter* não supera em quantidade outras plataformas, como *Facebook* ou *Whatsapp*, mas ela tem se destacado em alguns sentidos. O *Twitter* tem sido uma efetiva ferramenta de articulação de movimentos sociais em várias partes do mundo e continua a ser o caminho “oficial” de comunicação, em comparação a outras mídias sociais, dos detentores do poder na sociedade. As contas pessoais de figuras públicas costumam também ser o canal de comunicação para posicionamentos “oficiais”.

O *Twitter* foi fundado em 2006, nos Estados Unidos, por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, como um projeto paralelo da *Odeo* (primeiro projeto de grupo com uma proposta de *podcasting* que não trouxe os resultados esperados). “A ideia surgiu de Dorsey durante uma reunião de discussão de ideias (*brainstorming*) em que ele falava sobre um serviço de troca de status, como um SMS”¹⁰. O *Twitter* rapidamente se espalhou para fora do solo americano. O Brasil é o terceiro “maior tuitador” do mundo, depois dos Estados Unidos e da Inglaterra, e o português a segunda língua mais falada na rede¹¹.

A “rede do passarinho” investe em mudanças que ajudam a ferramenta a oferecer melhores serviços aos seus usuários. Em 2014, ficou disponível a consulta de estatísticas para todos os tuiteiros interessados, essa possibilidade só estava habilitada para algumas contas verificadas e para alguns anunciantes. As estatísticas contêm dados sobre atividade de um perfil e de seus seguidores, além de informações importantes sobre relevância e alcance das postagens. O uso das *hashtags* facilita a medição dos assuntos mais comentados, além da realização de medições qualitativas e quantitativas sobre os discursos que giram em torno dos temas que ganham interesse coletivo.

¹⁰ Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm>. Acesso em: 3 jul. 2015.

¹¹ Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/rede-social/3667-a-historia-do-twitter.htm>. Acesso em: 3 jul. 2014.

Facebook: rede das redes

O Facebook é atualmente a rede social mais popular do planeta, só no Brasil, como mencionamos, 83% dos usuários de internet usam essa rede social¹², representando 111.000.000 (cento e onze milhões) de brasileiros¹³. A rede surgiu em 2004, nos Estados Unidos, como uma rede interna da universidade de Harvard, com o objetivo de colocar as fotos dos estudantes e socializar entre eles. Criada por Marc Zuckerberg, rapidamente se estendeu a outras universidades e pouco tempo depois foi liberada a criação de contas para o público geral. O crescimento tem sido exponencial e os lucros bilionários. A equipe de Zuckenberg não para de inovar e criar aplicativos e ferramentas que mantenham os usuários cada vez mais tempo navegando. Os usuários de facebook criam seu perfil pessoal e, a partir dele, podem compartilhar informações nos mais diversos formatos, assim como visitar outros perfis e interagir neles. O Facebook tem demonstrado também ser uma excelente ferramenta de marketing, utilizada por empresas e instituições das mais diversas índoles. No caso do grupo *Vem pra rua*, tem sido uma das apostas mais fortes, permanecendo sempre atualizada e com uma comunicação estrategicamente planejada. Sobre as estratégias discursivas nos estenderemos no capítulo de análise (cf. capítulo V).

Referências

BARBERO, J. M. **La educación desde la comunicación**. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación, 1º ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

BARBERO, J. M. Tecnicidades, identidades, alteridades: desubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedad Mediatizada**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2007. p. 69-98.

BARRANQUERO, A. Reclamando Voces. Contribución Latinoamericana a la Comunicación para el Cambio Social. **Redes.com. – Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, Málaga, n. 3, p. 243-262, 2006.

BARROS, D. L. P. de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005.

BELTRÁN, L. Adiós a Aristóteles: la Comunicación “Horizontal”. **Revista Comunicación y Sociedad**, [São Paulo, n. 6, p. 5-35, sep. 1981.

¹² Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹³ Fonte: Owloo, ferramenta de análise e estatística de redes sociais. Disponível em: https://www.owloo.com/facebook-stats/countries/brazil#_=_>. Acesso em: 10 nov. 2016.

- BOLÍVAR, A. **Análisis del discurso**. Porqué y para qué. Caracas: Los Libros de El Nacional, 2007.
- CANDON MENA, J. Ciudadanía en la Red: poder y contrapoder en los medios de comunicación. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Norteamérica, v. 18, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/41039/39286>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial S. A., 2009.
- DOWNING, J. D. H. Parceiros não comunicativos: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores radicais. **Matrizes [en línea]**, [S. l.], v. 3, 2010. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- DUARTE, G. A. L. Teorías e Investigación de la Comunicación en América Latina. Situación Actual. **Ámbitos**, Sonora, México, n. 7-8, p. 19-47, jul. 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 12. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Minas Gerais, v. 16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.
- GUMUCIO-DAGRÓN, A.; TUFTE, T. (Org.). **Antología de Comunicación para el Cambio Social: Lecturas históricas y contemporáneas**. La Paz: Plural, 2008.
- GUMUCIO-DAGRÓN, A. El cuarto mosquetero: Comunicación para el Cambio Social. **Investigación Y Desarrollo**, Barranquilla, Colombia, v. 1, n. 12, p. 2-23, ago. 2004. Disponível em: rinvydes@uninorte.edu.com. Acesso em: 04 nov. 2011.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.
- KAPLÚN, G. Cuatro ideas obvias para democratizar la comunicación. **Decisión**, Montevideo, Uruguay, p. 51-56, ene./abr. 2005.
- LE MOS, A. Nova esfera conversacional. In: MARQUES, A. et al. Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p. 9-30.
- LE MOS, A.; PALACIOS, M. (Orgs.) **Janelas do Ciberespaço Comunicação e Cibercultura**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MENA, J. I. C. Ciudadanía en la Red: poder y contrapoder en los medios de comunicación. **Estudios Sobre El Mensaje Periodístico**, Madrid, v. 18, n. 2, p. 679-687, jul./dez. 2012.
- QUINTAR, A.; CALELLO, T. D.; APREA, G. (Org.) **Los usos de las TICs: Una mirada multidimensional**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- RECUERO, R. A Nova Revolução: As Redes são as Mensagens. In: BAMBRILLA, A. **Para entender as mídias Sociais**. [S. l.]: Creative Commons, 2011.
- RODRIGUES, M. L. Caminhos da transdisciplinariedade: fugindo às injunções lineares. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 64, p. 124-134, nov. 2000.

- RODRÍGUEZ, C. Fissures in the mediascape. An international study of citizens' media". In: GUMUCIO-DAGRON, A.; TUFTE, T. (Eds.). **Communication for Social Change Anthology**: Historical and Contemporary Readings, New Jersey: The Communication for Social Change Consortium, 2006.
- RODRÍGUEZ, C. De medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término. **Folios**, Antioquia, n. 21-22, p. 13-25, dez. 2009.
- SANTAELLA, L. A tecnocultura atual e suas tendências futuras. *Signo y Pensamiento* 60. **Revista Ensino**, [S. l.], p 30-43, v. 30, ene./jun. 2012.
- SALAVERRÍA, R. (Org.) **Cibermedios**: el impacto de Internet en los medios de comunicación en España. Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2005.
- TAVARES, W.; PAULA, A. P. P. Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço. **Rigs – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Bahía, v. 4, n. 1, p. 213-234, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9822/11588>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- TUFTE, T. ¿Dónde están los medios públicos en América Latina? Medios ciudadanos y transformación nacional en un contexto “glocalizado”. **Signo y Pensamiento** [en línea], [S. l.], v. 30, ene./jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86020038005>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- URANGA, W. **Comunicación para la transformación social**. Un itinerario para la acción. Córdoba, 2012. Disponível em: http://www.wuranga.com.ar/images/propios/02_transformacion.pdf. Acesso em: 3 abr. 2016.
- WINKLER, I. Participação Política Mediada pela Internet: Uso das TIC pelos Movimentos Sociais em sua atuação política. In: IV ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANDAP. Florianópolis, 2010. **Anais...** Florianópolis: Andap, 2010. p. 1-15. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2010/2010_ENEO552.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.
- WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.
- WOLTON, D. **Pensar la Comunicación**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

Diálogo entre Análise Crítica do Discurso e Filosofia Social sob a ótica da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

Juliana Barbosa Alves^{*}
Alzenira Aquino de Oliveira^{**}
Cleide Emília Faye Pedrosa^{***}

Início de um diálogo: Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso e Luta por Reconhecimento

Desde o seu início, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) buscou enriquecer os estudos em Análise Crítica do Discurso (ACD) no contexto brasileiro. A razão por trás desse esforço reside na natureza dialogante da ACD, que, conforme observado por Pedrosa (2013), constantemente se renova e traz contribuições significativas à sua área de investigação. A idealizadora desta abordagem, a professora Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa, percebeu que, no contexto brasileiro, a contribuição da ACD estava principalmente associada à pesquisa. Portanto, ela viu a necessidade de fortalecer essa corrente crítica do discurso com um aporte teórico mais local, originado no Sul do Sul, para contribuir com os já estabelecidos fundamentos oferecidos pelos pioneiros (Pedrosa, 2012; 2013; 2023).

A ASCD, devido à sua natureza transdisciplinar, estabeleceu raízes em várias áreas, moldando seu próprio contexto (Pedrosa, 2016; 2018). Recentemente, houve um diálogo significativo (Alves, 2019; Alves; Pedrosa, 2020; Pedrosa; Alves, 2022; Oliveira, 2022) entre a ASCD e a Filosofia Social, particularmente a teoria da Luta por Reconhecimento

* Graduada em Letras Libras. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: julialves01@hotmail.com

** Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Professora de Libras na mesma instituição. E-mail: alzeaquino@yahoo.com.br

*** Doutora em Letras; Universidade Federal de Pernambuco; Professora na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cleideemiliafayepedrosa@gmail.com

de Honneth (2009)¹. Esse diálogo foi motivado pela percepção de que a base teórica da ASCD se alinha com as pesquisas que buscam expor estruturas de poder e, sobretudo, despertar a consciência daqueles que estão em situações de desigualdade, inspirando-os a lutar por reconhecimento² de seus direitos como membros marginalizados da sociedade³.

O livro intitulado “*Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*” é o resultado de uma tese de livre-docência elaborada por Axel Honneth durante seu período na Universidade de Frankfurt, mais especificamente no departamento de filosofia, sob a orientação de Jürgen Habermas. Com este trabalho Honneth se esforça para construir uma Teoria Social Crítica, principalmente fundamentada no modelo conceitual de Hegel, que se concentra na luta por reconhecimento (Honneth, 2009; Albornoz, 2011; Fuhrmann, 2013a; Rosenfield; Saavedra, 2013; Souza, 2016; 2020; 2022; Araújo Neto, 2018). Butler (2018) observa que Honneth desempenhou um papel singular ao direcionar a atenção para a questão do reconhecimento, não apenas no contexto da filosofia de Hegel, mas também dentro da teoria social contemporânea e da antropologia filosófica. No próximo tópico, detalharemos os autores e as teorias que Honneth (2009) incorporou em seu trabalho como base para desenvolver seus estudos.

O desenvolvimento de uma teoria: os aportes teóricos da Luta por Reconhecimento honnethiana

Axel Honneth introduziu uma nova perspectiva na teoria social, que teve origens na Escola de Frankfurt, fundada em 1930 por Horkheimer e Adorno. Isso se tornou evidente em sua tese de doutorado intitulada “*Crítica do Poder*”. Em contraposição aos seus predecessores, incluindo seu mentor Habermas, Honneth (2009) argumentou que eles negligenciaram a importância da ação social do indivíduo como um mediador na sociedade. Ele considerou essa ação social como a base fundamental para compreender

¹ Outros autores também exploraram a teoria da Luta por Reconhecimento (Fuhrmann, 2013a; Souza, 2016; Macedo, 2022), incluindo pensadores como Fraser (2006; 2007) e Taylor (2000; 2009; 2011). No entanto, é importante destacar que o diálogo com a teoria de Honneth (2009) se mostra particularmente relevante e adequado para enriquecer os estudos na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD).

² Usaremos o termo "Luta por Reconhecimento (LR)" em maiúsculas quando nos referirmos à teoria em específico. Utilizaremos em minúsculas "luta por reconhecimento" quando nos referirmos à prática geral de buscar reconhecimento.

³ Sugerimos a leitura do capítulo 8 deste livro, no qual este diálogo é explorado.

os conflitos sociais (Honneth, 2009; Albornoz, 2011; Souza, 2012; Fuhrmann, 2013a; Rosenfield; Saavedra, 2013; Souza, 2016; 2020; 2022; Araújo Neto, 2018).

Na tentativa de resolver essa aporia, que Axel Honneth denominou de “*déficit sociológico*” (Souza, 2012; Fuhrmann, 2013a; Melo, 2014; Araújo Neto, 2018; 2020), o pesquisador inicialmente fundamentou sua teoria por meio de uma reinterpretação das ideias de Mead e Hegel. Seu objetivo era desenvolver uma teoria crítica da sociedade, partindo do princípio de que as relações de reconhecimento incorporam elementos normativos em sua estrutura, elementos esses que, segundo sua concepção, facilitam a compreensão da mudança social (Rosenfield; Saavedra, 2013; Araújo Neto, 2020).

Para alcançar esse objetivo, Honneth (2009) estrutura seu livro em três partes, nas quais ele delinea os passos seguidos para sua empreitada intelectual. Na primeira seção, ele apresenta o modelo teórico de Hegel e discute as formas de reconhecimento desenvolvidas por esse filósofo. Na segunda parte, examina a teoria hegeliana à luz da psicologia social de Mead, resultando em sua concepção de uma teoria crítica na qual os processos de mudança social estão enraizados nas relações de reconhecimento mútuo. A seguir, apresentaremos um quadro (Quadro 1) com as principais características destacadas por Honneth (2009) em relação às contribuições teóricas de Hegel e Mead, seguido por uma descrição um pouco mais detalhada.

Quadro 1 – “Presentificação histórica” da Luta por Reconhecimento: Hegel, Mead e Honneth

| Luta por reconhecimento: a teoria social do jovem Hegel da <i>Realphilosophie</i> de Jena |
|---|
| “A estrutura de uma tal relação de reconhecimento recíproco é para Hegel, em todos os casos, a mesma: na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular” (Honneth, 2009, p. 47). |
| “Reconhecimento e socialização: Mead e a transformação naturalista da ideia hegeliana” |
| “Mead insere na autorrelação prática uma tensão entre a vontade global internalizada e as pretensões da individuação, a qual deve levar a um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social; pois, para poder pôr em prática as exigências que afluem do íntimo, é preciso em princípio o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação até mesmo como norma interiorizada” (Honneth, 2009, p. 141). |

Perspectivas da Filosofia Social: Honneth

“[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. No entanto, uma tese relevante para a explicação disso só resulta dessa premissa geral se nela é incluído um elemento dinâmico: aquele imperativo ancorado no processo da vida social opera como uma coerção normativa, obrigando os indivíduos à deslimitação gradual do conteúdo do reconhecimento recíproco, visto que só por esse meio eles podem conferir uma expressão social às pretensões de sua subjetividade, que sempre se regeneram” (Honneth, 2009, p. 155-156).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Honneth (2009).

De acordo com Honneth (2009), Hegel, ao desenvolver sua teoria, fundamentou-se nos modelos conceituais previamente elaborados por Maquiavel e Hobbes, porém, aplicou essas teorias em um contexto teórico distinto. Simultaneamente, inspirando-se nas ideias de Platão e Aristóteles, Hegel atribuiu à intersubjetividade da vida em sociedade uma importância muito maior do que a que era comumente atribuída em sua época (Honneth, 2009; Albornoz, 2011; Araújo Neto, 2011; Fuhrmann, 2013a).

Como apresentado por Honneth (2009), na perspectiva de Hobbes, a estabilidade social só poderia ser alcançada mediante um contrato social, uma ideia que Hegel discordava. De acordo com a visão de Hegel, a redação de um contrato social exigiria, antes de tudo, o reconhecimento mútuo entre os indivíduos. Já Maquiavel concebia o ser humano como essencialmente egocêntrico, preocupado exclusivamente com seus próprios interesses (Honneth, 2009).

De acordo com a análise de Honneth (2009), Hegel fundamenta o princípio da luta por reconhecimento na valorização da consciência do outro. Essa valorização se baseia na ideia de reciprocidade, o que implica que um indivíduo só pode reconhecer sua própria identidade quando leva em consideração a existência do outro. Em outras palavras, a identidade de um indivíduo é reconhecida somente quando suas características únicas são reconhecidas pelos parceiros de interação.

Para Honneth (2009), através da evolução de sua filosofia da consciência, Hegel conseguiu aprimorar seus escritos da época de Jena. Agora, ele postulou que o reconhecimento mútuo poderia ser alcançado por meio do conflito, que envolve a experiência de desrespeito ou por meio de provocação. Dessa forma, um indivíduo

poderia reivindicar o reconhecimento de seus direitos por parte de seu parceiro de interação.

No entanto, conforme observa Honneth (2009), Hegel pagou um preço teórico por essa mudança em direção à filosofia da consciência, pois renunciou a um entendimento forte de intersubjetividade. Essa renúncia fez com que ele colocasse a experiência da luta social em um plano mais abstrato e idealista, tornando-a distante da realidade social.

Honneth (2009) também fundamenta sua abordagem na psicologia social de George Herbert Mead, focando em uma Teoria da Justiça Social. De acordo com a obra de Honneth (2009), Mead argumenta que um indivíduo só pode desenvolver a consciência de si mesmo quando aprende a interpretar suas próprias ações de forma simbólica, sob a perspectiva de um observador externo. O conceito inicial de reconhecimento está intrinsecamente ligado a um papel de formação, uma vez que a busca pela autorrealização surge como resultado de um processo de autodescoberta intersubjetiva na humanidade.

No cerne desse processo, encontra-se o conflito que serve como um meio de impulsionar o indivíduo a construir sua identidade na prática. Essa busca por reconhecimento, que é essencial para a formação da identidade humana, é inerente à vida social e se manifesta como uma tensão entre indivíduos que são interdependentes na sociedade (Honneth, 2009).

Segundo Honneth, a psicologia social de George Herbert Mead desempenha um papel fundamental na teoria do reconhecimento intersubjetivo, agindo como uma conexão entre a concepção original de Hegel e o pensamento contemporâneo. Os escritos de Mead podem ser interpretados como uma tradução da teoria hegeliana da intersubjetividade para uma linguagem teórica pós-metafísica. Em Mead, a ideia de que os seres humanos constroem sua identidade através da experiência de reconhecimento mútuo é desenvolvida com base em pressupostos naturalistas (Honneth, 2009; Albornoz, 2011; Fuhrmann, 2013a; Araújo Neto, 2020).

A teoria crítica apresentada por Honneth (2009) tem como seu alicerce central a ideia de que a identidade é uma construção social, e sua “gramática moral” é moldada pela luta por reconhecimento. O foco principal de Honneth (2009) reside na maneira como os indivíduos e grupos sociais se posicionam na sociedade. Segundo o pensador, nas relações interpessoais, quando os sujeitos são desrespeitados, isto é, quando ocorre conflito social, essa experiência de desrespeito social os impulsiona a empreender uma luta por reconhecimento de sua identidade pessoal ou coletiva. Em outras palavras, os

sujeitos se envolvem em uma luta por reconhecimento por meio de suas interações interpessoais quando se sentem desrespeitados, visando sua inclusão na sociedade (Honneth, 2009; Ventura, 2011; Fuhrmann, 2013a; 2013b; Souza, 2016; 2020; 2022; Alves; Pedrosa, 2020; Araújo Neto, 2020; Pedrosa; Alves, 2022).

Existem três formas distintas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. A luta por reconhecimento começa quando uma pessoa vivencia a experiência do desrespeito em uma dessas formas de reconhecimento (Honneth, 2009; 2013; Albornoz, 2011; Araújo Neto, 2011; 2013; 2018; 2020; Melo, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2012; Fuhrmann, 2013a; 2013b; Rosenfield; Saavedra, 2013; Sobottka, 2013; Souza, 2016; 2020, 2022; Alves; Pedrosa, 2020; Pedrosa; Alves, 2022). Dessa forma, tanto indivíduos quanto grupos sociais podem construir suas identidades, sejam elas individuais ou coletivas, somente quando recebem reconhecimento de outros sujeitos. Para alcançar esse reconhecimento, eles “trazem para a sociedade expectativas normativas e reivindicações de caráter moral com que buscam garantir meios de expressão da identidade e da autorrealização” (Ventura, 2011, p. 160). No próximo tópico, exploraremos as diferentes formas de reconhecimento.

As esferas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade

Em sua obra, Honneth (2009), argumenta que os indivíduos constituem suas identidades por meio do reconhecimento, que por sua vez constrói-se de forma intersubjetiva, dialógica e histórica. Quando não se efetiva o seu reconhecimento pelos membros da comunidade onde está inserido, torna-se inviável uma “autorrelação prática positiva”. Assim, os indivíduos procuram estabelecer condições de reconhecimento recíproco, desdobrando-se em uma luta por reconhecimento. Em suma, Honneth vê no reconhecimento uma forma de conceder identidades ao indivíduo, atribuindo à identidade o sentido de liberdade individual e autonomia.

Sob esta perspectiva, considera que as reivindicações dos grupos excluídos e/ou discriminados buscam enfrentar a degradação, o desrespeito e todas as demais formas de opressão simbólicas e aponta como categorias mobilizadoras de tais lutas a dignidade e o respeito, sendo o reconhecimento a palavra-chave a ser conquistada e incorporada à gramática moral dos conflitos sociais (Honneth, 2009).

Em busca da autonomia, as realizações individuais acontecem em três domínios essenciais: o afeto, os direitos e a estima social, dos quais advém, respectivamente, a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima (Pedrosa; Oliveira; Alves; Brito, 2021).

Dessa forma, a Luta por Reconhecimento respectivamente nas três esferas, é traduzida em resposta ao desrespeito sofrido pelo sujeito.

No quadro a seguir, apresentamos sucintamente essa proposta:

Quadro 2 – Estrutura das Relações sociais de reconhecimento

| | FORMAS DE RECONHECIMENTO | | |
|-------------------------|---------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| | RELAÇÕES PRIMÁRIAS (Amor) | RELAÇÕES JURÍDICAS (Direito) | COMUNIDADE DE VALORES (Solidariedade) |
| MODOS DE RECONHECIMENTO | Dedicação emotiva | Respeito cognitivo | Estima social |
| AUTORRELAÇÃO PRÁTICA | Autoconfiança | Autorrespeito | Autoestima |
| FORMAS DE DESRESPEITO | Maus-tratos e violação | Privação de direitos e exclusão | Degradação e ofensa |

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base em Honneth (2009) e Alves e Pedrosa (2020).

Podemos então, extrair três princípios integradores da teoria Honnetiana: i) as ligações primárias correspondentes ao amor/afeto; ii) as relações jurídicas referentes à adjudicação de direitos; iii) a comunidade de valores alusiva à solidariedade. Precisamos entender, nas entrelinhas, essa tripartição da esfera das relações sociais, que para Honneth (2009) constituem tipos de reconhecimento.

O primeiro é consolidado com base no afeto, expresso nas relações de amor, sendo fundamentais para a estruturação da personalidade. Para fluir com uma intelecção segura sobre a dinâmica do reconhecimento intersubjetivo no circuito afetivo, Honneth (2009) remete à experiência do afeto vivenciada na primeira infância, segundo ele, raiz potencial do amor de si mesmo e da autoconfiança. Procede assim, o desenvolvimento da autoconfiança em si mesmo, no outro e no mundo.

Honneth (2009) focaliza a efetivação dessa esfera nas analogias das relações experienciadas entre mãe e filho, pontuando que se transformam durante o desenvolvimento da criança, iniciando com uma fase de total dependência, passa pela dependência relativa, culminando com o estabelecimento da autonomia, quando mães e filhos sobrevivem independentes e sozinhos.

As relações jurídicas – de direito, segundo princípio, pautam-se nas concepções morais universalistas estabelecidas na modernidade; sustenta-se no pilar do sistema

jurídico, que por sua vez, deve expressar e garantir direitos universais para todos os membros da sociedade, sem admitir privilégios e gradações, muito menos exclusões. Quando tudo acontece dentro desses parâmetros, por meio do direito, os indivíduos se reconhecem reciprocamente como seres humanos providos de igualdade e partilham a participação em todas as instâncias da sociedade em formações discursivas.

Dessa maneira, constitui-se o autorrespeito. Patamar em que emerge a consciência de respeito a si próprio, por merecimento do respeito de todos os outros indivíduos (Honneth, 2009). O autor esclarece que esse estágio de igualdade, só é atingido por meio de lutas por reconhecimento e enfrentamentos para construção dos direitos civis, políticos e sociais, voltados para configuração de cidadãos de igual valor.

O terceiro princípio acontece no âmbito das relações de solidariedade, possibilitando uma vivência orientada por uma comunidade de valores, espaço social em que se registram as experiências da valorização de suas peculiaridades. “Para chegar a uma autorrelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social” (Honneth, 2009, p. 198). Somente nessa esfera os indivíduos referem-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas.

Dessa maneira, Honneth (2009) associa a cada esfera, três formas de desrespeito, respectivamente: i) aquelas que afetam a integridade corporal, comprometendo sua autoconfiança básica; ii) a denegação de direitos que elimina o autorrespeito pois impõe o sentimento de não possuir o *status* de igualdade; iii) a autoestima é afetada pelas referências negativas de valor, vivenciadas. Quando acontece o desrespeito e a degradação, a integridade é comprometida, impedindo a sua realização de forma ampliada.

Destacamos, portanto, que segundo tal perspectiva, as experiências de não reconhecimento e de desrespeito podem causar lesões psíquicas capazes de desconstruir a identidade de uma pessoa, tendo em vista que pode ferir a autocompreensão positiva de si próprio.

Diante das referências negativas, o rebaixamento e a humilhação são inevitáveis e ameaçam a constituição das identidades. No entanto, Honneth (2009) desperta para o fato de que o desrespeito pode, igualmente, reverter-se em impulso motivacional para lutas sociais. Para ele, luta social é o processo “no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (op. cit. p. 257).

Posto isso, temos que os conflitos assumem diferentes formas nas três esferas (afeto, direito e estima social) e em qualquer uma delas, sua motivação é o não reconhecimento de determinadas pretensões ou de desrespeito. Dessa maneira, as experiências de desrespeito configuram-se como o alicerce da luta por reconhecimento e revelam o papel central que o conflito assume no modelo da teoria crítica Honnetiana. Cada forma de reconhecimento, por sua vez, permite o desenvolvimento da “autorrelação prática positiva” e por conseguinte, “o grau de autorrealização positiva cresce com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito” (op. cit. p. 272).

Sendo assim, a concepção Honnetiana na gramática moral dos conflitos sociais, constitui-se na sequência “desrespeito, luta por reconhecimento e mudança social” resultando no desenvolvimento lógico dos movimentos coletivos – conflitos. Uma síntese pertinente sobre este postulado acerca da lógica dos conflitos, pode ser encontrada em Rúrion Melo (2014, p. 24): “a ideia básica é a de que sentimentos morais, quando articulados numa linguagem comum, podem motivar as lutas sociais”.

Releituras da Luta por Reconhecimento: o diálogo com vozes consonantes

Neste tópico, apresentaremos alguns estudos que se debruçam sobre a teoria da Luta por Reconhecimento de Honneth. Essas pesquisas desempenharam um papel fundamental em nossa investigação, contribuindo, não apenas para a construção deste capítulo, mas também para a consolidação do diálogo entre as teorias da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) e a teoria da Luta por Reconhecimento (LR). Em seguida, no Quadro 3, destacaremos algumas citações-chave de diversos estudiosos, enriquecendo ainda mais nossa compreensão dessa área de estudo.

Quadro 3 – Luta por Reconhecimento: lentes das releituras

| |
|--|
| As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth (Albonoz, 2011). |
| “Ainda a partir das contribuições de Hegel e de Mead, Honneth conclui que um padrão de reconhecimento dessa espécie, cuja substância seja a estima mútua, logo, que vá além dos afetos e também da rede jurídica dos direitos, só se torna compreensível quando houver, por trás dele, um horizonte de valores partilhado entre si pelos sujeitos envolvidos” (Albonoz, 2011, p. 140). |
| A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth (Araújo Neto, 2011). |
| “Mead defende a ideia, semelhante ao que Honneth desenvolve em sua teoria crítica, que o reconhecimento passa por três tipos de relação: as primárias (guiadas pelo amor), as jurídicas (pautadas por leis) e a esfera do trabalho (na qual os indivíduos poderiam mostrar-se valiosos para a coletividade). A partir desse insight, Honneth sistematiza uma teoria do reconhecimento” (Araújo Neto, 2011, p. 142). |
| Luta por Reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais (Fuhrmann, 2013a). |
| “De forma sucinta, a tese central de Honneth aponta que a identidade dos indivíduos se determina por um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. Assim sendo, a busca por este reconhecimento se dá através de três dimensões - do amor, da solidariedade e do direito, e não pela inclusão econômica. A ausência de reconhecimento intersubjetivo e social seria o mote dos conflitos sociais. Em linhas gerais, a tese que acompanha essa obra pode ser entendida a partir da afirmação de que os conflitos sociais são marcados (têm origem) na luta pelo reconhecimento intersubjetivo e social – esta luta é o motor das mudanças sociais e conseqüentemente da evolução das sociedades, de modo que a ausência de reconhecimento é o que deflagra os conflitos sociais” (Fuhrmann, 2013, p. 86-87). |
| Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil (Rosenfield; Saavedra, 2013). |
| “Para tornar a sua teoria plausível, Honneth precisa, por consequência, encontrar na história social traços de uma tipologia tripartite negativa da estrutura das relações de reconhecimento. Esta tipologia negativa deveria cumprir duas tarefas: (1) para cada esfera de relação de reconhecimento deve surgir um equivalente negativo, com o qual a experiência de desrespeito possa ser esclarecida, seguindo a estrutura da forma de reconhecimento correspondente; (2) a experiência de desrespeito deve ser ancorada de tal forma em aspectos afetivos do ser humano, que venha à tona a sua capacidade motivacional de desencadeamento de uma luta por reconhecimento” (Rosenfield; Saavedra, 2013, p. 23). |

| |
|--|
| Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea (Melo, 2014). |
| “Para Honneth interessam aqueles conflitos oriundos de experiências de desrespeito social capazes de suscitar uma ação de luta social que busque restaurar as relações de reconhecimento mútuo ou desenvolvê-las num nível de ordem superior. É possível ver na luta por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais, políticos e institucionais” (Melo, 2014, p. 23). |
| O papel do conflito na teoria crítica contemporânea em Axel Honneth (Araújo Neto, 2020). |
| “Na esfera das relações afetivas, o conflito interno visa a colocar necessidades recém desenvolvidas ou que ainda não foram levadas em conta. Apela-se, nesse caso, ao amor mutuamente testemunhado entre mãe e filho, com a finalidade de obter um tipo de atenção diferente ou mais amplo do que até então tivera. Na esfera do direito, o conflito está baseado na ideia de igualdade e visa a mostrar que os grupos antes excluídos merecem ser legalmente reconhecidos. Na esfera social, o conflito leva os indivíduos ou os grupos a promoverem atividades e capacidades que até então eram descuidadas ou subvalorizadas. A finalidade do conflito, aqui, é exigir tanto uma estima social maior quanto uma justa redistribuição de recursos materiais” (Araújo Neto, 2020, p. 325). |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Apresentamos citações-chave de estudiosos que reforçam a tese central de Axel Honneth sobre a luta por reconhecimento. Essa teoria, influenciada por Hegel e Mead, destaca que o reconhecimento vai além dos afetos e direitos jurídicos, baseando-se na estima mútua e valores compartilhados. Honneth (2009) argumenta que a identidade individual e coletiva é moldada por processos intersubjetivos mediados pelo reconhecimento, manifestando-se nas dimensões do amor, solidariedade e direito. A falta de reconhecimento interpessoal é a origem dos conflitos sociais, impulsionando o desenvolvimento da sociedade.

Honneth (2009) identifica uma tipologia negativa nas relações de reconhecimento na história social, destacando a importância das experiências de desrespeito que motivam a luta por reconhecimento. Essa luta é uma força moral que impulsiona mudanças sociais, políticas e institucionais, abrangendo conflitos afetivos, jurídicos e sociais, todos visando maior estima e justiça social. Em resumo, as lutas por reconhecimento se configuram como um motor essencial das transformações sociais e

do progresso da sociedade (Albornoz, 2011; Araújo Neto, 2011; Fuhrmann, 2013a; Rosenfield; Saavedra, 2013; Melo, 2014; Araújo Neto, 2020).

Considerações finais

Axel Honneth (2009) direciona sua teoria para a análise da forma como indivíduos e grupos sociais se enraízam na sociedade. Ele argumenta que, durante suas interações interpessoais, as pessoas que enfrentam desrespeito ou se envolvem em conflitos sociais iniciam uma luta por reconhecimento de suas identidades individuais ou coletivas. Isso implica que o reconhecimento interpessoal desempenha um papel fundamental na construção e reconstrução das identidades. Essa busca acontece quando ocorrem experiências de desrespeito em três formas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. O aspecto moral dessa busca reside na necessidade mútua de que as identidades sejam reconhecidas pelos outros. Em última análise, sujeitos e grupos só conseguem desenvolver suas identidades quando são reconhecidos de forma interpessoal por seus parceiros de interação. Portanto, essa abordagem fornece uma perspectiva valiosa para a compreensão das dinâmicas de reconhecimento e identidade em diversos contextos (Honneth, 2009; 2013; Albornoz, 2011; Araújo Neto, 2011; 2018; 2020; Ventura, 2011; Souza, 2012; Fuhrmann, 2013a; 2013b; Rosenfield; Saavedra, 2013; Sobottka, 2013; Souza, 2016; 2020; 2022; Alves; Pedrosa, 2020; Pedrosa; Alves, 2022).

Referências

ALBORNOZ, S. G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i1p127-143>.

ALVES, J. B. **Análise crítica das manifestações da comunidade surda e simpatizantes sobre a temática do Enem 2017**. 2019. 50 p. Relatório (Iniciação Científica) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

ALVES, J. B.; PEDROSA, C. E. F. Temática do ENEM 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda. **Revista Espaço**, [S. l.], n. 53, p. 215-235, jan./jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i53.655>. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/655/704>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ARAÚJO NETO, J. A. C. de. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. **Argumentos**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 139-147, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4434>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ARAÚJO NETO, J. A. C. de. **O Reconhecimento em Axel Honneth**: Um diálogo Crítico com Hegel. 189 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Fortaleza, 2018.

ARAÚJO NETO, J. A. C. de. O papel do conflito na teoria crítica contemporânea em Axel Honneth. **Revista Semiárido De Visu**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 323-332, 2020.

BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 133-162.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 20 set. 2023.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, [S. l.], v. 70, p. 101-138, 2007.

FUHRMANN, N. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. **Barbarói**, [S. l.], n. 38, p. 79-96, 2013a.

FUHRMANN, N. O Primado do Reconhecimento sobre a Redistribuição: a origem dos conflitos sociais a partir da teoria de Axel Honneth. **Sociologias**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 170-203, 2013b.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, A. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 56-80, 2013.

MACEDO, A. R. de. Teoria e políticas de reconhecimento: aproximações e afastamentos entre Fraser, Honneth, Taylor e Safatle. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 02, n. 28, p. 13-38, 2022.

MELO, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 15, p. 17-36, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220141502>.

OLIVEIRA, A. A. de. **“Esse descaso vai continuar?” as lutas por reconhecimento de um povo**: uma análise sociológica e comunicacional do discurso do povo surdo durante a pandemia. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2022.

PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional Do Discurso (ASCD)**: uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: <http://ascd.com.br/v1/>. Acesso em: 7 set. 2021.

PEDROSA, C. E. F. As identidades individuais, os sujeitos e seus discursos: um estudo a partir da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. In: VII SIGET- Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais. **Anais** [...]. Fortaleza: Ceará, set. 2013.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. São Paulo: Pontes, 2016. p. 69-100.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso no PPGL: pesquisas e contribuições sociais. In: RAMALHO, C. B.; LIMA, G. de O. S. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Literários**: Edição comemorativa 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. Aracaju: Criação, 2018. p. 153-178.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso do Sul do Sul: das hipóteses da socioanálise às hipóteses de uma análise linguístico-sociodiscursiva de narrativas de vida de grupos minoritarizados. **Revista Philologus**, ano 29, n. 87, p. 21-42, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1487>.

PEDROSA, C. E. F.; ALVES, J. B. “Luta por reconhecimento”: análise crítica dos discursos do Povo Surdo sobre a temática do ENEM 2017. **Revista Sinalizar**, [S. l.], v. 7, p. 1-36, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v7.70195>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/70195>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PEDROSA, C. E. F.; OLIVEIRA, A. A. de; ALVES, J. B.; BRITO, M. V. de. A (in)efetividade de políticas públicas: uma análise linguístico-sociodiscursiva de reivindicações e denúncias dos Surdos quanto à sua educação. In: FERNANDES, L. A.; MARQUES-SANTOS, L. E. **Cenários atuais dos estudos linguísticos da Libras**. Tutóia/MA: Diálogos, 2021. p. 47-64. Disponível em: <https://editoradiálogos.com/ebooks/cenarios-atuais-dos-estudos-linguisticos-da-libras/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

ROSENFELD, C.; SAAVEDRA, G. A. Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios da sua aplicação no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 33, p. 14-54, mai./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000200002>.

SOBOTTKA, E. Liberdade, reconhecimento e emancipação – raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 142-168, 2013.

SOUZA, L. G. C. de. O quê há de especificamente sociológico na teoria do reconhecimento de Axel Honneth? **Sociologia&Antropologia**, [S. l.], v. 2, n. 04, p. 61-80, 2012.

SOUZA, M. C. de. **A “Luta por reconhecimento” no facebook**: a comunicação social nas redes sociais, uma interpretação sociológica. 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SOUZA, M. C. de. A lógica da reprodução da estrutura social por meio da luta por reconhecimento em Axel Honneth. **Revista Sinais**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 137-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28814>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SOUZA, M. C. de. A emergência do Facebook como instrumento de luta por reconhecimento. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 02, n. 28, p. 01-12, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/254662/44426>. Acesso em: 19 set. 2023.

TAYLOR, C. **Argumentos filosóficos**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TAYLOR, C. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

TAYLOR, C. **A ética da autenticidade**. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

VENTURA, T. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/12.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

Decisões metodológicas: sugestões para iniciados e iniciantes em Estudos Críticos do Discurso¹

João Paulo Lima Cunha*

Cleide Emília Faye Pedrosa**

Este capítulo é fruto da reflexão e da necessidade de construirmos um referencial sobre a constituição da pesquisa nos Estudos Críticos do Discurso. Muitos interessados em fazer uma análise crítica sobre o discurso, sejam pesquisadores(as) iniciantes sejam pesquisadores(as) iniciados(as), buscam caminhos e estratégias que nem sempre são precisos, didáticos e simplificados. Ainda que não haja um único caminho, arranjo, ou modo de fazer pesquisas críticas; embora a corrente proponha a transdisciplinaridade, rompendo fronteiras; não obstante se caracterize por ser multimetodológica; e mesmo que não haja um procedimento sistemático, explícito, detalhado e replicável para fazer análise “crítica”, conforme postulam Wodak e Meyer (2015) e também van Dijk (2008), defendemos que é possível construir, pensar e repensar prováveis caminhos, estratégias, arranjos e escolhas que motivem, formem e direcionem uma pesquisa crítica do discurso.

¹ Este capítulo é uma continuidade e ampliação da reflexão iniciada e proposta na tese “KD O PAI DESSA CRIANÇA?!”: uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de down (Cunha, 2021).

* Professor de Língua Portuguesa do Curso de Letras Português e Inglês do Instituto Federal do Ceará, campus Tauá. Doutor em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (PPGL-UFS), Área de Concentração em Linguagem: Identidade e Práticas Sociais; Mestre em Estudos da Linguagem, área de concentração em Linguística Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEL – UFRN); Especialista em Teoria e Prática Textuais (NPGL – UFS); e Graduado em Letras Português. E-mail: jp.cunha@ifce.edu.br

** Professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Libras e PPGL. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: análise crítica do discurso, comunidade surda e outros grupos vulneráveis (idosos e mulheres vítimas de agressão, pessoa em situação de rua). Suas publicações têm alcance nacional e internacional. Possui graduação em Bacharelado em Letras/Inglês, graduação em Letras Licenciatura, mestrado em Letras e doutorado em Letras, todos pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutorado pela UERJ (2008). Investigadora visitante, Universidade de Lisboa (2019 - 2020).

Com base nisso, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), tal qual uma proposta para os Estudos Críticos do Discurso (ECD), decolonialmente, autodefinida Sul do Sul, não se furtou em contribuir com alguns encaminhamentos que cooperam com mais uma reflexão nesse grande campo dos estudos da linguagem. Trata-se de uma proposta metodológica, a ser detalhada neste capítulo, a fim de participar e motivar a discussão.

Antes da apresentação propriamente dita, propomos uma reflexão sobre a importância do debate sobre a constituição da pesquisa em ECD e seus objetos, com o propósito de nos ajudar a compreender a proposta metodológica. Assim, enquanto característica essencial, as pesquisas em ECD são voltadas para investigação de práticas sociais que envolvam alguma problemática social. Neste caso, vale ressaltar aqui que o problema social necessita conter, a linguagem como fator determinante. Ou seja, não basta existir um problema social qualquer, é necessário que a linguagem esteja no centro das discussões; seja o fio condutor, motivando-o, estruturando-o, edificando-o; promovendo-o, sustentando-os... São, assim, problemas em práticas sociais (discurso).

É por isso que afirmamos que os ECD buscam refletir “sobre a existência de desigualdades analisadas por meio do uso da linguagem”, assim como sobre o modo “como o discurso (re)produz dominação social”, e, também, acerca de “como um grupo exerce um abuso de poder sobre outro(s) e como grupos dominados podem discursivamente [e efetivamente] resistir a tal abuso [cidadania de resistência]” (Bessa, 2016, p. 121). Por não nos restar dúvidas de que vivemos em um mundo em que os problemas sociais se tornaram mais graves (Magalhães; Martins; Resende, 2017), é que é preciso um campo teórico que se preocupe com essas questões. E/ou, ainda, é necessário pensar sobre quais os caminhos e quais as escolhas devem ser operacionalizadas para se conseguir respostas a essas questões sociais. E acreditamos piamente que os ECD são capazes de criar inteligibilidade sobre tais problemas sociais em que a linguagem tem um papel central, intrinsecamente ligada a si.

Devemos entender que a busca por estudar/compreender/investigar um problema social se trata de um mecanismo de problematização, de levantar questões capazes de se discutir as práticas. É uma forma de teorização; ou seja, em meio à problematização e à reflexibilidade, uma ação de compressão sistemática sobre determinadas práticas, experiências, acontecimentos ou sobre aquilo que se considera ser a realidade do mundo (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Por isso, a nossa atuação acadêmica torna-se uma ação, assumindo uma postura crítica na investigação científica. Com base nesses pressupostos, construímos um quadro propositivo, instrutivo e reflexivo acerca de que modo proceder na construção e, posteriormente,

na apresentação dos resultados de uma pesquisa crítica. Propomos um quadro de pesquisa analítico com a intenção ajudar no desvelamento dos aspectos constitutivos da linguagem. Ele foi elaborado baseado em propostas metodológicas já existentes e edificados por grandes autores(as). Refletimos detidamente sobre os quadros propostos por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60), por Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 58), por Pedrosa (2016, p. 91) e por Resende (2017, p. 41). As reflexões ainda tiveram na qualidade de fundamento as orientações de Paiva (2019). Este quadro contribui com várias etapas de pesquisa, desde projetos de iniciação científica até a pós-graduação *stricto sensu*. Mas, especialmente, orientará o caráter das decisões que serão tomamos por cada pesquisador(a), em cada conjuntura específica.

Quadro 1 – Etapas de Decisão

| Propostas de trabalho | |
|---|---|
| 1º Passo: produzir reflexões preliminares | Explicações |
| Decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica. | Decisão de fazer uma pesquisa crítica vem antes da formatação de uma pesquisa em si. O desejo de contribuir com a compreensão, e em alguns casos, com a transformação social. Trata-se de uma escolha pela pesquisa solidária. Ela só é possível se entendemos o mundo com realidades em desafio. Em suma, é o anseio de contribuir com uma questão social, a fim de superá-la. |
| Estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão. | Um problema social com preocupação linguística, normalmente com vinculação ou motivação particular. São problemas reais, sérios, que afetam e ameaçam o bem-estar das pessoas, em que a linguagem é central, promovendo, sustentando e criando relações de abuso de poder. |
| Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo. | Entender as facetas do problema. Ao refletir sobre a conjuntura do problema, é preciso pensar em quais são as causas e/ou os causadores, os promotores, os afetados, as estruturas que sustentam, os obstáculos para superá-lo, as pressões para sustentá-lo, os campos culturais e sociais vinculados ao problema, as relações institucionais, entre outras conjunturas. Por fim, há uma decisão de como estudar esse problema, assim escolhendo como melhor descrevê-lo e compreendê-lo. Muitas vezes preferindo o método de pesquisa qualitativa: estudo de caso, pesquisa ação, etnográfico e autoetnografia. |

| | |
|--|---|
| Formular questões de pesquisa, hipóteses e inquietações. | São as questões motivadoras de pesquisa; questões que o pesquisador(a) quer responder com precisão durante a pesquisa a fim de criar inteligibilidade ao problema estudado; questões que respondam às inquietações para compreender a problemática; questões que levantem dúvidas sobre como entender o assunto ou um campo teórico. |
| Projetar objetivos de pesquisa. | Objetivos diretamente relacionados às questões de pesquisa. É o momento de desenvolver os objetivos geral e específicos. Com clareza, é preciso saber o que pretende investigar. É preciso uma reflexão do pesquisador(a) para compreender se a pesquisa pode ou não resultar em uma contribuição. |
| 2º Passo: pré-análise | Explicações |
| Definir estratégias. | Aplicar recursos sobre os dados que seriam capazes de responder as hipóteses e as inquietações de pesquisa, atendendo aos objetivos propostos. A Seleção, organização, coleta e sistematização devem levar em conta como essas etapas possibilitarão que os dados sejam, de forma mais simples e fácil, analisados e compreendidos, já que essa etapa é fundamental para análise. Além disso, saber qual estratégia de trabalho será mais adequada ao <i>corpus</i> estudado. Um trabalho forte do pesquisador e da pesquisadora para construção de um recorte de pesquisa. |
| Reconhecer interfaces transdisciplinares. | Quais conceitos serão trabalhados, ou campos de atuação, com o objetivo de estabelecer o caráter transdisciplinar; dialogar com autores(as) e pesquisadores (as) de outras áreas, bem como colegas de outros cursos, ou do mesmo curso, mas de especialidades diferentes, grupos de pesquisas. Já que se trata uma abordagem transdisciplinar, é fundamental que haja a associação de diferentes campos, conceitos e autores. A contribuição não se efetiva apenas com o uso de uma área diferente, mas sim, quando se apropria de saberes partilhados por outros campos que já estudaram e compreenderam mais detidamente um conhecimento. De certo modo, reconhecer uma possível limitação da própria área, buscando na solidariedade do conhecimento partilhado uma alternativa para compreender o estudo em maior escala. |
| Eleger categorias analíticas. | Categorias de análise contribuem para a direção analítica. Categorias sociais e linguísticas precisam ser elencadas. Não são categorias predefinidas, estáticas, no entanto, encaminharão uma observação crítica, podendo, ao longo |

| | |
|---|---|
| | da pesquisa, serem mudadas, e/ou, ainda, outras categorias serem acrescidas durante a análise. São as categorias gramaticais e discursivas, mais recorrentes e regulares, ressaltadas no conjunto dos discursos observados a fim de compreender as questões discursivas e sociais estudadas. |
| 3º Passo: análise | Explicações |
| Identificar os sentidos às questões sociais. | Aspectos vinculados às práticas discursivas e sociais: ideologias, hegemonias, poderes, abusos de poder, discriminações, preconceitos, relações institucionais, agentes... Aspectos situacionais mais amplos que contribuem para construção de significações. Os dados precisam ser interpretados com base nesses conceitos teóricos da pesquisa. |
| Vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas. | Apresentar os dados das semioses, linguísticas ou não, que justifiquem o posicionamento quanto às análises sociais. Importante entender como as estruturas linguísticas, aspectos semióticos e os gêneros discursivos atuam na formação das práticas discursivas e sociais. Embora tenha na descrição do passo analítico “vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas”, a análise da materialidade pode ser articulada à discursividade. Ou seja, tanto a discursividade deve ser justificada linguisticamente quanto a análise linguística pode justificar a discursividade. Ou ainda análise sonora, visual, gestual etc. Por fim, forme-se um todo. |
| Promover diálogos. | Trata-se de estabelecer o diálogo entre análise dos dados com os conceitos trabalhados no aporte teórico da pesquisa. As teorias apresentadas precisam fazer sentido ao se atrelar com os dados, justificando as suas utilizações. |
| 4º Passo: pós-análise | Explicações |
| Reflexão final sobre o trabalho. | Uma forma de lançar um novo olhar sobre o problema social. Sempre que possível é importante propor soluções, superação ou diminuição – mudanças sociais – para a questão estudada. Neste tópico é importante também apresentar como o trabalho contribuiu para causa estudada ou para outros trabalhos posteriores, formando um processo de mudança iniciado. |

Fonte: Cunha, 2021².

² O quadro possui edição realizada pelos autores.

Decidimos apresentar o quadro com as ações e uma breve explicação por acreditamos que isso ajudará no entendimento e acompanhamento da proposta didaticamente. Conforme visto, o quadro possui quatro macro decisões que se subdividem em um total de 12 ações específicas. Cada uma dessas macro etapas ativam as quatro grandes habilidades que devemos colocar em funcionamento quando estamos realizando um estudo crítico do discurso. De forma semelhante, van Dijk (2012). orienta que uma análise deve iniciar pelas macroestruturas semânticas, pois elas revelam intenções, memórias, informações sobre a subjetividade e concentram-se nos significados globais do discurso.

As reflexões preliminares nos fazem ter acesso ao que fundamenta uma pesquisa crítica social. Por ser uma etapa introdutória, confirmamos ou não se estamos encaminhando a possibilidade de um tema de pesquisa em ECD. Grosso modo, é quando uma pesquisa “toma corpo”. Vai ganhando formato. Enquanto desdobramento desse passo, existem cinco ações específicas, conforme visualizado acima. Elas permitem uma progressão, sucessão, continuidade, desenvolvimento gradual, análoga e metaforicamente entendida semelhante a uma espiral. Quanto mais percorremos, mais progredimos acerca da temática trabalhada. Decisões relevantes estão presentes nessa etapa. Há na ação de *decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica* é uma forte inclinação sobre qual a concepção de mundo (ontologia) do pesquisador(a) – se acredita na luta social. Se defende o fazer científico solidário e engajado. Se, especialmente, acredita que tal realidade vivenciada pode sofrer transformação, entre outras coisas. Já *estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão* se trata de estabelecer a temática e o objeto de estudo com precisão. A linguagem é crucial para defendermos um estudo crítico do discurso. *Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo* é a necessidade de entender os contextos situacionais e discursivo-culturais envolvidos na prática discursiva e social. Isto é, elementos da produção, distribuição e consumo, mas também as estruturas hegemônicas-ideológicas. *Formular questões de pesquisa, hipóteses e inquietações* é o momento de levantar dúvidas e possibilidades, buscar compreender o que se vai estudar, bem como direcionar o pensamento, assim como eliminando entendimentos simples e provisórios, além de encaminhar respostas mais complexas e elaboradas. Tal ação encaminha questionamentos que necessitarão de respostas durante a pesquisa, denominados de questões motivadoras. Logo depois, finalizando o primeiro passo da constituição da pesquisa, temos o ato de *projetar objetivos de pesquisa*. Trata-se de detalhar o que se buscará fazer com a pesquisa. E “para que” fazer a pesquisa. Se levarmos em conta a quantidade de ações envolvidas com essa fase propedêutica, as cinco ações representariam mais de 40% de todas as ações. Isso demonstra o quanto

importante ela é, estabelecendo a pesquisa em ECD, ou denegando sua constituição. Por isso, deve ser encarada de modo fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Reconhecer a importância da primeira etapa não significa relegar às outras fases um papel de desimportância. A *pré-análise* é a etapa em que se visualizam caminhos prévios acerca da pesquisa. É o momento em que operacionalizamos um conjunto de procedimentos adotados para a construção da pesquisa. Poderemos confirmar se o direcionamento da pesquisa está de acordo com os parâmetros epistemológicos e metodológicos dos ECD. Os métodos adotados são as estratégias que assumimos para o trabalho com os dados, com a intenção de chegar ao conhecimento. Por isso é necessário *definir estratégias*, indicando o formato que conduzirá o trabalho com o *corpus* de análise. Logo em seguida, é importante *reconhecer as interfaces transdisciplinares*. Isso implica estabelecer relações dialógicas com autores e com áreas diversas, apropriando-se de postulados teóricos com a finalidade de responder aos questionamentos e objetivos, assim como às demandas da pesquisa que surgirem. Por fim, *eleger categorias analíticas* preparará para a próxima etapa da pesquisa: a análise. Essas categorias promoverão o entendimento do problema estudando, por isso é necessário elencar categorias linguísticas (semióticas), com o objetivo de promover uma análise textualmente orientada, e elencar categorias sociais - ideologia, hegemonia, poder, entre outras - afinal trata-se de um estudo do discurso.

Já a *Análise* é de fato o centro da pesquisa. Todo planejamento, toda organização, contextualização, estratégias, leituras atuam para que esse momento aconteça. Nesse passo é essencial que estabeleçamos a relação entre a materialidade estudada, os contextos situacionais e discursivo-culturais envolvidos. Já que defendemos que a linguagem precisa ser entendida em seu funcionamento social, cremos que um estudo da linguagem deve ser pensando em sistema semiótico e, fundamentalmente, e suas questões complexas tais quais os valores hegemônico-ideológicos, relações de poder, de crenças, de desejos, além das relações sociais e identidades. É nesse momento que trabalhamos a linguagem enquanto um dos momentos de toda prática social. Ela é detentora de todos os elementos necessários para uma análise da linguagem. Assim, estamos escolhendo o discurso na qualidade de materialidade analítica. Trata-se de buscarmos compreender a ação e a interação entre as pessoas, entender as relações sociais que elas estabelecem, inclusive institucionalmente. Além disso, considerar os valores mentais que cada um desses sujeitos assume (crenças, valores, atitudes, histórias). Tudo isso em relação com o mundo físico, envolvidos em alguma prática real, efetiva, de linguagem em funcionamento. Logo, *identificar os sentidos às questões sociais* é de suma importância, uma vez que o sentido aqui é compreender a sociedade em

funcionamento. Desta maneira, também, toda manifestação linguístico-semiótica é representar o social discursivamente. É a materialização de uma realidade vivenciada por um ator social. Por isso, é necessário *vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas*. Finalizando esse passo, temos a ação de *promover diálogos*. Os conceitos, os autores, as categorias analíticas etc., tudo precisa fazer sentido em sua utilização. Interrelacionar-se. E fazer sentido é, de forma objetiva, estabelecer uma ligação de um conceito com outro; de uma explicação teórica com a compreensão da problemática; de uma análise linguística (semiótica) com os conceitos discursivos, *vice-versa*; de uma escolha metodológica com o aporte teórico. Trata-se de um dialogismo interno. Eis pelo qual motivo essa ação também é fundamental para qualquer pesquisa em ECD.

Por fim, o passo da *Pós-Análise* nos permite refletir sobre as consequências e resultados de nossos trabalhos. Ao definir uma postura crítica para pesquisa, assumimos que, não obstante exista uma estrutura definida, institucionalizada, a sociedade pode se transformar. Ela é mutável. Trata-se de um sistema variável. “[...] Significa dizer que a vida social é um sistema aberto, que embora estruturado permanece passível de transformação por meio da ação situada” (Resende, 2017, p. 16). Buscamos, assim, refletir, *no, com e pelo* discurso, sobre quanto a linguagem pode provocar a mudança discursiva e social de uma realidade (como possibilidade emancipatória). A *reflexão final sobre o trabalho* indica as limitações da pesquisa, no entanto deve apontar para soluções, superações ou diminuição da problemática social, inclusive direcionando novas pesquisas a respeito da temática.

Esse quadro tem orientado pesquisas especialmente as que seguem as diretrizes da ASCD. Ele possibilita, e possibilitará aos que dele se utilizar, uma estruturação de uma pesquisa propositiva, instrutiva e reflexiva. Cabe salientar ainda que o quadro foi uma contribuição para Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso enquanto evolução da abordagem, contribuindo com a estruturação de um caminho metodológico para futuras pesquisas do grupo. Entretanto, não o restringimos à abordagem. Convidamos e motivamos os iniciados e os iniciantes em ECD a utilizar e testar suas etapas e suas ações para conduzir outras pesquisas que se solidarizam eticamente pela perspectiva crítica. Evidentemente, cada pesquisa possui uma conjuntura e algumas finalidades específicas. Embora o quadro possa servir para orientação, isso não garante que todas as análises terão os mesmos passos de modo imaleável, fixo e rígido, imobilizando o empreendimento. Ele deve promover debates, estando aberto a concordâncias, adesões, filiações. Todavia, consideramos relevantes

as discordâncias, os acréscimos e as mudanças. Afinal o conhecimento científico é constantemente contínuo e progressivo.

Para uma visualização melhor do quadro, incluímos ao final do capítulo um anexo que pode ser consultado de forma mais objetiva, sem as explicações de cada um dos passos e de suas respectivas ações pontuais. Isso ajudará o leitor posteriormente. Sigamos!

Referências

- BESSA, D. Análise de discurso crítica: história e perspectivas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. Campinas: Pontes, 2016. p. 115-141.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.
- CUNHA, J. P. L. “**Kd o pai dessa criança?!**”: uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de Down. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- PAIVA, V. L. M. de O. e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Org.). **Estudos linguísticos e formação docente**. Campinas: Pontes, 2016. p. 69-100.
- RESENDE, V. de M. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (Orgs.). **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- VAN DIJK, T. Política, ideologia e discurso. In: MELO, I. F. (Org.). **Introdução aos estudos críticos do discurso**: teoria e prática. Campinas: Pontes, 2012. p. 15-49.
- VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse studies: History, agenda, theory and methodology. In: WODAK, R.; Meyer, M. (Eds.). **Methods of Critical Discourse Studies**. Sage: London, 2015. p. 1-22. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284725833_Critical_discourse_studieshistory_agenda_theory_and_methodology. Acesso em: 19 maio 2016.

Anexo

Quadro 2 – Decisões metodológicas em ECD

| |
|---|
| <p>Produzir reflexões preliminares: Decidir sobre a escolha de realizar uma pesquisa crítica; Estabelecer um problema social a ser estudado que tenha algum aspecto semiótico no centro da discussão; Compreender a conjuntura engendrada no problema social em estudo; Formular hipóteses e inquietações; Projetar objetivos de pesquisa.</p> |
| <p>Pré-análise: Definir estratégias; Reconhecer interfaces transdisciplinares; Eleger categorias analíticas.</p> |
| <p>Análise: Identificar os sentidos às questões sociais; Vincular as discursividades às suas diversas semioses materializadas; Promover diálogos.</p> |
| <p>Pós-Análise: Reflexão final sobre o trabalho.</p> |

Fonte: Os autores (2024).

Parte II

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: pesquisas em pauta

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: as representações de si e da classe de professores como atores sociais

Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno*

Introdução

O estudo sobre a Representação Discursiva de Atores sociais (RAS) a que nós propomos neste capítulo para um caminho de Análise Crítica do Discurso (ACD)¹, está pautada nos postulados de van Leeuwen (1997). Nestes, o autor traça um elo com teorias linguísticas e sociológicas. Para tal, desenvolve a ideia de que discursos são recontextualizações de práticas sociais e distingue dois tipos de relações entre o discurso e as práticas sociais: o discurso como instrumento de poder e de controle, e o discurso como instrumento da construção social da realidade.

As reformas estruturais da economia global do final do século XX e início do século XXI, caracterizadas pelo processo de desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações nos setores essenciais e redução do papel do Estado passaram a ser o apontamento central para o que podemos chamar de mudanças e determinações para os países em desenvolvimento.

Assumidas em um contexto convergente de interesses de investidores, a exemplo do Banco Mundial, as orientações de natureza econômica, política e social ganharam o patamar de ordem para se alcançar o desenvolvimento. No Brasil, as Avaliações Nacionais da Educação Básica (ANEAB) são exemplos de ações voltadas para esse cenário no campo educacional, uma vez que, a partir delas, mensura-se a qualidade da educação

* Doutora em Linguística Aplicada (PPgEL/UFRN). Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe – Brasil (DLEV/UFS). Atua na Graduação e em Programas de Pós-Graduação (PROFLETRAS e PPGL/UFS). É membro do GELINS (Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – CNPq/UFS). Orienta pesquisas em Análise Crítica do Discurso, Linguagem e processos do Pós-Globalização; Letramento Crítico. E-mail: taysamercia@academico.ufs.br

¹ Estudo empreendido em nossa pesquisa de doutorado em Linguística Aplicada com ênfase em análise Crítica do Discurso, defendida em 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil.

no país e os seus resultados tornam-se, mundialmente, vistos como índices determinantes do desenvolvimento e espelho para os investidores internacionais.

Em tempos de ANEB, as práticas docentes ganham novas configurações e, por assim dizer, os seus discursos também, pois demandam novos espaços e requerimentos para o que se ensinar e como ensinar na Educação Básica. A escola, nesse sentido, acompanha a obrigação pela gestão de resultados. Forma-se, então, um conjunto de interesses não só de origem econômica, mas, também, política e social, que acabam desembocando em um ambiente fértil e, ao mesmo tempo, movediço como a escola e seus partícipes – alunos, professores, redes de ensino, sociedade – Atores Sociais – que são representados discursivamente pelas práticas sociais de linguagem.

Esses Atores Sociais podem ter suas agências apresentadas explicitamente ou camufladas; são representados por suas atividades e falas ou podem ser referidos a partir de julgamentos e valores ideológicos, ante o contexto da nova ordem mundial e as práticas docentes. A premissa de estudo Sulear, emancipação e Decolonização da construção de saberes e práticas docentes configuram a pauta deste capítulo em Análise Crítica do Discurso (ACD).

Discursos e Representações: Caminhos Teóricos de Análise Crítica Textualmente Orientada

A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso – ASCD (Pedrosa, 2012) é uma vertente dos estudos críticos do discurso e, a partir da Representação dos Atores Sociais – RAS (Van Leeuwen, 1997), pode ser profícua para desvelar ideologias em práticas de discursivas. A importância do estudo de van Leeuwen consiste em relacionar os aspectos sociais na representação dos atores antes de analisar, linguisticamente, o modo como são apresentados. Isso se justifica em primeiro lugar, porque, segundo o autor:

[...] não há uma co-referência exata entre as categorias sociológicas e linguísticas, e se a análise crítica do discurso, ao investigar, por exemplo a representação da agência, se restringir demasiado a operações ou categorias linguísticas específicas, muitos exemplos relevantes de agência poderão ser ignorados (Van Leeuwen, 1997, p. 170).

Não havendo maneira possível de se conciliarem as duas perspectivas na língua, o autor traz a justificativa que nos embasa: o fato de que o significado não está na língua,

mas na cultura. Portanto, a língua pode representar o papel dos atores sociais de modo impessoal, dependendo do seu significado da visão de mundo em uma dada cultura.

Van Leeuwen (1997) apresenta uma contribuição para o campo da ACD, abordando uma teoria que se predispõe a desvendar relações opacas de significados, especificamente, para representação dos atores sociais nos discursos. O autor, concentrando-se nos estudos sobre a metafunção ideacional (Halliday, 1985), traz para o seu constructo teórico o componente experiencial da GSF para expor categorias sociossemânticas, como também distintas possibilidades de materialização linguística dessas representações. Nesse inventário, o autor parte de categorias amplas (Inclusão e Exclusão), que vão desembocar em desdobramentos de pequenas categorias que se afunilam a depender da representação cultural e semiótica que essas representações discursivas são realizadas. Na figura que segue, podemos apresentar tanto as categorias sociossemânticas propostas pela RAS, como também o recorte de análises em ASCD, destacadas em cores:

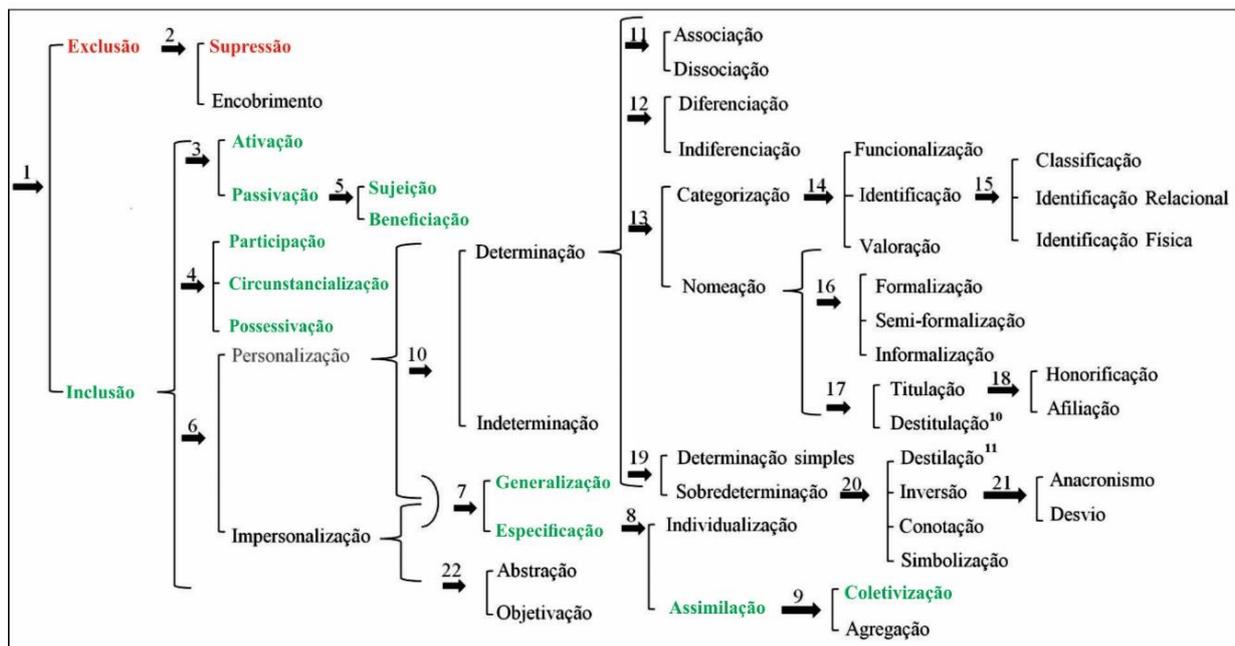


Figura 1 – A representação dos atores sociais no discurso: redes de sistema.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em van Leeuwen (1997).

Trata-se de um sistema em que as categorias sociológicas incidem, primordialmente, em vez de categorias linguísticas, embora estas sejam apresentadas

de forma sistemática nas análises em ACD que são, textualmente, orientadas. Para investigação e representação desses atores sociais, Van Leeuwen (1997) propõe um quadro extenso de categorias sociossemânticas, que podem ser apresentadas na síntese:

Como é que práticas sociais se transformam em discursos sobre essas mesmas práticas – e isto, quer no sentido de que temos meios para o fazer, quer no sentido de como é que nós, na realidade, o fazemos em contextos institucionais específicos que têm relações específicas com as práticas sociais e das quais produzem representações (Van Leeuwen, 1997, p.172).

O contexto de cultura de práticas inovadoras que atendam aos anseios da marca de gestão de resultados na escola para um desenvolvimento do país na atualidade foi o âmbito para as representações discursivas dos professores no ensino fundamental, analisar “a maneira pela qual os atores sociais são representados em seus textos pode indicar posicionamentos em relação a eles e a suas atividades” (Resende, 2012, p. 7) torna-se núcleo para os estudos da linguagem, uma vez que as categorias de representação dos atores sociais pertencem a uma rede de sistemas linguísticos distintos e complexos que contempla tanto aspectos léxicos e gramaticais como figuras retóricas.

Esses sistemas no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência linguística. A partir do conhecimento desses processos de transformação que fundamentam as categorias de representação dos atores sociais, a identificação dos papéis sociais no discurso se torna visível. Daí, a importância de esclarecê-los, seguindo a orientação de van Leeuwen (1997).

Fundamentalmente, o modelo teórico da RAS bifurca-se na identificação dos agentes excluídos e incluídos. Para o autor, as representações incluem ou excluem atores sociais servindo aos interesses e propósitos destes em relação aos leitores ou ouvintes a que se dirigem no momento de interação. As categorizações mais amplas propostas são a inclusão e exclusão, às quais o Ator Social está sujeito.

Na exclusão, a agência dos atores sociais pode ser ofuscada ou enfatizada nas representações, a partir de como eles julgam o que fazem e como fazem. Analisar essas representações é útil para nossa investigação, pois as relações sociais e as identidades são construídas, discursivamente, nos textos e nas interações. O fenômeno pan-

semiótico pode acontecer por supressão (não referência) ou encobrimento (referência discursiva em segundo plano). As representações podem incluir ou excluir atores sociais e “servem aos interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (Van Leeuwen, 1997, p. 180).

Quando a exclusão não deixa marcas no texto, ou seja, se os atores sociais nunca forem mencionados em qualquer parte do texto, tem-se uma supressão. Nos casos em que os atores sociais são pouco visíveis no texto, isto é, mencionados de forma indireta ou ambígua, podemos dizer que são colocados em segundo plano. Casos clássicos de supressão são realizados na materialidade linguística do texto, a saber: apagamento do agente da passiva; orações, cujo verbo no infinitivo funciona como um participante gramatical; nominalizações ou dos adjetivos, todos dentro de um contexto que pode nos levar ao pressuposto, mas nunca à certeza da identidade dos atores sociais suprimidos.

A exclusão tem sido um aspecto importante nas análises discursivas críticas, uma vez que esses afastamentos são resgatados “unicamente pela comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social, mas não na análise de um único texto, pela simples razão de que não deixa marcas” (Van Leeuwen, 1997, p. 180).

Podemos observar no exemplo:

O professor não é consultado, não é visto o ponto de vista dele não faz parte do processo [...] (a).

Nos trechos em destaque, não é consultado e não é visto o ponto de vista dele, não é possível distinguir o agente da ação verbal ao qual o professor se refere. Quem não o consulta? Quem não vê o seu ponto de vista? Ocorre um apagamento de alguns atores sociais, que, por suas vezes, foram suprimidos da oração. As marcas linguísticas que realizam esse fenômeno estão presentes por meio do apagamento da agente da passiva.

A representação dos atores sociais por exclusão foi identificada em menor evidência no *corpus*, por essa razão, o foco da análise do nível discursivo dos papéis sociais representados pelos professores foi, em tese, mais recorrente por algumas subcategorias presentes no eixo de Inclusão.

A inclusão é um processo que abrange grande parte das representações sociais. Dele, decorrem várias categorias, uma vez que “é nesse processo que reside a grande

força política da representação dos atores sociais” (Caldeira, 2011, p. 19). Os atores sociais nessa categorização são ativados, apassivados, personalizados, impersonalizados, generalizados, especificados, assimilados, agregados, coletivizados, associados, dissociados, entre outros.

Para analisar como os professores representam seus papéis como atores sociais da própria prática social, poderemos identificar as escolhas lexicais realizadas pelos professores do Ensino Fundamental em Sergipe, para realizarem suas representações como atores sociais.

*Eu sei que você tá perguntando sobre o professor, mas como eu sou professor, eu me **preocupo** com o aluno / e essa cobrança foge totalmente da realidade dele... (b)*

Outro aspecto apontado por van Leeuwen é para o fato de que atores sociais podem ser representados como classes sociais generalizadas. Escolher entre uma referência específica ou uma referência geral é um fator relevante na representação de atores sociais. Trata-se de uma visão de realidade que em determinados contextos de cultura pode esbarrar no que nós chamamos de uma referência genérica da classe de trabalhadores aqui representada: os professores. Segundo Van Leeuwen (1997, p. 193), “a generalização pode realizar-se através do singular com um artigo definido ou indefinido”, a exemplo:

O professor está deixando de ser um mediador para ser um preparador como num cursinho de pré-vestibular [...] porque no Ensino fundamental já é cobrado pela Prova Brasil [...] (c).

A generalização, aqui, é marcada pelo professor que é representado, discursivamente, na sua materialidade linguística pela lexia anteposta por um artigo definido singular. Apresenta-se, aí, uma classe e não um indivíduo, há conotação para um grupo (os professores em geral).

Uma generalização pode, também, ter outro lado de representação: a Especificação. Ou, ainda, a referência a grupos ou indivíduos. No caso dos grupos, a categoria sociossemântica proposta por van Leeuwen (1997) é a assimilação que se

realiza pela agregação ou coletivização. “A agregação quantifica grupos de participantes, tratando-os como dados, alternativamente a assimilação pode realizar-se, quer através de um substantivo contável, quer de um substantivo denote um grupo de pessoas” (Van Leeuwen, 1997, p. 195).

Vejamos um exemplo de realização da assimilação:

A gente tem que acompanhar o sistema porque nós somos cobrados e somos avaliados e há uma nota uma média que ao final vai... é como é que se diz...(d).

Nesse exemplo, a Assimilação é apresentada pela referência de um grupo *a gente* (sublinhado), substantivo que traz a significação de um grupo de pessoas.

Pelas apresentações expostas e embasadas na proposta de van Leeuwen (1997), podemos inferir de uma certa forma que essas categorias se tornam relevantes para investigar os discursos de professores do Ensino Fundamental, a partir da RAS, os processos de subjetivações e suas identidades fragmentadas, no contexto de avaliações standardizadas, ante os requerimentos de práticas pedagógicas globalistas, pautadas pela gestão de resultados, objetivo desta tese.

Partindo dessa conjuntura,

Apenas a investigação interdisciplinar poderá lograr que relações tão complexas pareçam mais transparentes. Em uma investigação desse tipo, a análise de discurso, e mais concretamente a Análise de Discurso Crítica, não é mais que um dentre os elementos de múltiplos enfoques de que necessitamos. Não apenas devemos concentrar-nos nas práticas discursivas, mas também devemos nos ocupar de uma ampla gama de práticas materiais e semióticas. Desse modo, a investigação em ADC deve ser multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica (Wodak, 2003, p. 103, tradução nossa).

Para buscar o alcance desses objetivos, o estudo traz uma natureza interdisciplinar e requer conexões teóricas para investigação de um contexto complexo que envolve não só as práticas inovadoras exigidas pelas configurações de avaliações standardizadas e alcance das metas do Ideb², mas as formas de representação desse

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e

contexto de mudanças nos discursos dos professores. Isto é, como a linguagem é reveladora de mudanças, mantenedora de práticas e que ainda traz consigo significados representacionais e processos de subjetivações emergentes nesse contexto de identidade fragmentada do docente, observadas no campo analítico crítico do discurso.

Abordagem Sociológica do Discurso: análises críticas textualmente orientadas

As articulações teóricas aqui empreendidas demonstram o campo inovador também nos estudos de Linguística Aplicada (LA), que se configuram a partir de uma perspectiva da contemporaneidade, marcado por teorias globais e práticas locais. Cabe à LA não mais atuar como instância mediadora entre uma Linguística feita à margem de anseios populares e outra que clama por soluções práticas, mas intervir nos problemas mundanos (Rajagopalan, 2006). As representações discursivas dos atores sociais, professores nos discursos dos docentes, podem ser analisadas a partir das categorias da Inclusão e as subcategorias da ativação e generalização. A ativação pode realizar-se pelas estruturas do sistema de transitividade proposto por Halliday (1985).

(1) O professor não é consultado, / não é visto o ponto de vista dele / não faz parte do processo enfim ainda é... não é...

(2) Os professores não estão preparados para participar do processo, // muita coisa vem de cima pra baixo e os professores não são envolvidos no processo de avaliação...

(3) O professor virou um profissional de baixa categoria para o povo...

(4) Me parece que o professor não é respeitado, ainda por cima toda essa cobrança tecnocrata...

(5) É como se quisessem provar / que a educação vai bem ou vai mal sem levar em conta se o professor está preparado para essas mudanças

as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Fonte: INEP, 2023.

A representação por ativação desses atores (sublinhados) se dá em um processo relacional (negrito) em que atributos (realce cinza) são, extremamente, fortes para os que se apresentam como atores (portadores de atributos) para esses centros de ação social. Professores (Classe), nessa linha de representação, são apresentados como não consultados, pouco preparados, profissionais de baixa categoria, não respeitados.

Esses atributos podem agregar um conjunto de valores menores aos docentes dentro desse contexto de identidades que se apresentam subalternas e, muitas vezes, desvalorizadas, são os discursos dos próprios professores que trazem à tona uma ativação de atores sociais que recebem atributos de menor expressão e de incapacidades perante o contexto de cultura que estão inseridos.

Quando nos discursos dos docentes, os professores (classe) são ativados, o papel atribuído a estes está relacionado à pormenorização da profissão (3), à falta do diálogo (1) e (2), não apenas às ações efetivas, mas à carga sociossemântica do atributo em processos relacionais (4) e (5). O professor é representado, discursivamente, por um ator social à margem do processo de mudanças na educação (3) e (4), especificamente, quando tratam de políticas de avaliações nacionais e gestão de resultados. Há uma conotação negativa para preparação do professor, o que recai, também, nas questões de formação inicial e continuada no âmbito da pesquisa, isto é, no estado de Sergipe, em específico na DRE 2, e estruturas para esse fim (2) e (5).

Outras representações discursivas também de ativação dos professores (classe) aparecem a partir da configuração destes como atores em processos materiais do mundo físico, “agindo para” (Halliday; Mathiessen, 2004):

(6) (...) então a gente também tá se sentindo assim // os nossos professores não **ensinaram** como é que deveria ser feito...

(7) (...) o professor cá se **rebole**, dê conta daquilo que eles pensam que é bom para o aluno, // mas nem tudo é bom para o aluno não...

(8) (...) quem tem que participar das discussões é o professor, porque é o professor que **dá** o resultado, é o professor que **trabalha**, quem **dá** a aula, // não quem tá de lá de cima...

O ator social, representado nesse contexto de ativação pelo processo material (não) “ensinaram”, traz a representação do outro, o profissional da educação. Na voz do docente do ensino fundamental, esse ator social é o professor de sua formação para a docência, o que pode representar uma conotação de distanciamento das práticas nas formações iniciais dos docentes e as exigências de um contexto de cultura atual.

Essa ativação pode, também, trazer alguns quesitos como o tempo de formação desse professor, uma vez que o entrevistado já tem vinte anos de serviço na educação pública e sua formação, dentro dessa variável, foi pautada nos moldes e contextos em que as demandas ainda não eram marcadas pelas avaliações em larga escala. Quando o professor é representado no discurso de forma ativa e não a partir de atributos pormenorizados, há um deslocamento da função social e, aqui, embora a referência seja para professores, esses atores sociais se situam em outro contexto de cultura, destarte, há uma projeção de papéis, pois falam dos professores em um contexto mais geral e não deles mesmos, o que recai em outra representação social.

A conotação para representação em (7) e (8) pelos processos materiais “rebole”, “dá” e “trabalha” também caminha na direção do “agindo para” (Halliday; Mathiessen, 2004). No entanto, percebemos que o ator social é apresentado como uma força dinâmica que atua sozinha, no distanciamento das forças oficiais e no contexto de responsabilidade imediata. A construção de significados do processo material “rebole” traz a inerência do ator social junto à ação de flexibilização, adaptações, efeitos de sentido de um quadro de trabalho isolado, separadamente, mais autônomo e distanciado, expresso pela circunstância “cá”. Não muito diferente da realização em (8), já que o professor (classe) pode ser visto como o conhecedor da realidade e protagonista isolado das ações que, diretamente, interferem nos resultados dos *rankings* comuns ao contexto globalista em que estão inseridos. O chamado para essa inclusão é motivado, na voz desse docente, para discussão sobre os processos de mudanças e a participação desses nos debates, podendo evidenciar que, no âmbito da pesquisa, há uma provável necessidade de debate com a classe docente sobre as propostas de gestão pautada nos resultados e nas avaliações estandardizadas.

Quando os professores (classe) são incluídos por ativação nas representações discursivas dos docentes entrevistados para esta pesquisa, o papel que lhes é atribuído pode sinalizar uma oscilação entre a baixa autoestima da classe, a falta de preparação, as ações isoladas e a necessidade de participação destes nos debates e nas preparações e consultas para mudanças na prática pedagógica.

As inclusões desses atores sociais nas representações discursivas dos docentes também se deram pela categoria da Generalização. Segundo van Leeuwen (1997), atores sociais podem ser representados por classes sociais generalizadas. Vejamos os exemplos:

(9) *Quando acontece a vitória é de todo mundo, mas quando acontece a derrota, tem alguma coisa errada aí //quem era que tava com a turma? o professor!*

(10) *Estou achando que o professor está deixando de ser um mediador para ser um preparador como num cursinho de pré-vestibular//porque no Ensino fundamental já é cobrado pela Prova Brasil...*

(11) *(...) hoje a gente vê uma situação degradante triste que deixa o professor angustiado porque a pior coisa na vida de um profissional da educação é no momento que você vai fazer a avaliação e vê o resultado desse Ideb baixo*

(12) *será que o professor não podia ser mais ativo nesse processo se sentir um sujeito e não apenas um objeto?*

Para van Leeuwen (1997), a generalização pode ser realizada, linguisticamente, através do singular com um artigo definido. O ator social o professor (classe), representado nos discursos dos docentes e realizado pela categoria sociossemântica da generalização, pode sinalizar classe social (trabalhadores, docentes) que se responsabiliza ou é responsabilizada pelo fracasso ou sucesso na avaliação externa (9), (10), (11).

A escolha entre o geral e o específico pode trazer a denúncia de um conjunto de pessoas em geral, que são avaliadas, cobradas (9), punidas e responsabilizadas (8) pelo conjunto mais complexo (10) que envolve não só outros atores sociais, como, também, as histórias de sucessos, fracassos e ação social direta. Em (12), o caminho pelo questionamento pode sinalizar, mais uma vez, a atitude da classe como agente do processo de mudança e não apenas paciente, como representado no discurso do professor de Sergipe.

A partir do momento que se generaliza, há uma representação coletiva de classe. A crítica se apresenta na responsabilização geral, o que culminaria nas representações

sociais generalizadas dos atores, fato que pode recair em uma realidade massificadora do processo de autonomia, bônus e punições em momentos de avaliações estandardizadas. Ou, ainda, as mudanças pelas quais passam o grupo aqui generalizado (10), (11) e (12).

(13) O que a gente quer que nessas inovações venha valorização para o professor (1PSIAb).

(14) (...) seria interessante que a gente tivesse mais capacitação, será que o professor não podia ser mais ativo nesse processo se sentir um sujeito e não apenas um objeto? (8PSFM).

(15) a gente tem que acompanhar o sistema porque nós somos cobrados e somos avaliados e há uma nota uma média que ao final vai//é como é que se diz//vai não só avaliar e o aluno (12PSFAC).

A realização material da Assimilação se dá pelo uso do “a gente”. A assimilação coletiviza não apenas pela nominalização do grupo, mas, também, porque pode haver uma união da classe, um acordo comum. Um movimento conjunto de docentes para o acompanhamento das mudanças nas práticas sociais (13), reforçado pelo quadro hegemônico das mudanças ocorridas no sistema como um todo, as cobranças e os resultados, comuns no cotidiano. Além disso, pode sinalizar, também, de maneira coletiva, a necessidade de capacitação para o acompanhamento das mudanças, quando o ator social é representado pelo grupo, aproxima-se da evidência de um movimento geral representado pela busca da valorização. Outra observação é a natureza de consciência do docente que trata do acompanhamento das mudanças (14) “se a gente tivesse mais capacitação” e “a gente tem que acompanhar o sistema porque nós somos cobrados” (15), colocando em evidência para a necessidade de acompanhar as mudanças por parte do docente.

Pelas análises gerais expostas, podemos perceber o lugar dos professores no contexto de novas abordagens para o ensino. Os docentes³ entrevistados para nossa

³ As análises dos discursos de 13 professores (5º ao 9º ano) do ensino fundamental, atuantes na Rede Estadual em Sergipe, nordeste do Brasil, em específico na Diretoria Regional de Educação – DRE 2, no ano de 2010 a 2013.

pesquisa representaram discursivamente o contexto de fracassos e angústias em tempos de Ideb. Essa conjuntura pode revelar que, muito embora tenhamos um recorte, há uma voz em uníssono que trata da condição do docente, de sua valorização e de seu silêncio. Outro aspecto também sinalizado é a questão da formação, percebe-se, pelos discursos até aqui analisados, que esses docentes solicitam as informações e atualizações para lidar com o modelo de gestão educacional. Podemos, também, pontuar a vontade de participação ativa desses docentes, sem a resistência ante as mudanças, pelo contrário, eles apontam para o reconhecimento da legitimidade do processo (13) “nessas inovações”, (14) “mais ativo nesse processo”, (15) “acompanhar o sistema”. Outro aspecto relevante para análise com a RAS é a projeção dos alunos como atores sociais nos discursos dos professores, vejamos na próxima subseção.

Considerações finais

Adotamos os postulados teóricos da ACD, por ser uma perspectiva que recusa a neutralidade da investigação e do investigador, que define os seus objetivos em “termos políticos, sociais e culturais e que olha para a linguagem como prática social e ideológica e para a relação entre interlocutores como contextualizada por relações de poder, dominação e resistência institucionalmente constituídas” (Pedro, 1997, p. 15).

Os resultados encontrados pelas materializações dos discursos dos docentes, diante dos processos de subjetivações inerentes a estes discursos e das representações que os docentes fizeram de atores sociais. Percebemos que as possibilidades de análises não são estanques e nem se esgotam com essa proposta, aqui, temos uma visão de um contexto a partir de uma aplicação teórica, sabemos de falhas e/ou lacunas desse processo.

Feitas as análises críticas pelas representações dos atores sociais nos discursos dos docentes, vimos que as inclusões dos alunos como atores sociais revelaram o primeiro impacto que os exames standardizados e o Ideb trouxeram para o trabalho docente: a necessidade urgente de trabalho nas bases de leitura e de escrita dos alunos no ensino fundamental, pois, muitos, segundo os docentes, chegam às séries iniciais sem essas competências e habilidades. O impacto foi o caminho de replanejamento de alguns e de afastamento da maioria, que, incluindo o ator social “aluno”, referendou muito do fracasso de resultados ao educando, retirando-se do contexto, os docentes enquanto mediadores. As inclusões desses atores sociais foram, muitas vezes, carregadas de negatização, materializada pela falta de interesse, despreparo e distante do projeto de educação de qualidade previsto para as metas.

Outro impacto, e mais forte, visto pela exclusão do ator social “gestão educacional local” nas representações discursivas dos docentes entrevistados para pesquisa, foi a necessidade da presença desses atores no contexto escolar e mais informações acerca da dinâmica do novo modelo educacional pautado na gestão de resultados. Esse impacto está relacionado à Prova Brasil e ao Ideb, uma vez que os resultados de algumas escolas estavam abaixo da meta pela falta de informação do docente, que responsabiliza, indiretamente, os seus discursos à gestão educacional local, excluindo-as como atores sociais em suas representações discursivas.

Quando representaram a si mesmos, os docentes anunciaram o impacto dessas avaliações: alguns sinalizaram a busca por informações, as reestruturações e estratégias locais, a exemplo de simulados e aplicações de questões advindas de outros anos nos exames, configurando, em parte, um modelo de formação para a gestão de resultados, retirando do contexto outras situações de grande importância como a formação geral, e as disciplinas não contempladas na Prova Brasil.

Referências

- BAJOIT, G. **El cambio social, análisis sociológico del cambio social y cultural en las sociedades contemporáneas**. Madrid: Siglo, 2008[2003].
- BAJOIT, G. La tiranía del “gran ISA”. **Revista Cultural y representaciones Sociales**, [S. l.], ano 3, n. 6, p. 9-24, mar. 2009a. Disponível em: www.culturayres.org.mx/revista. Acesso em: 02 dez. 2011.
- BAJOIT, G. **Sócio-analyse des raisons d’agir**: études sur liberte du sujet et l’acteur. Québec: lês Press de l’Université laval, 2009b.
- BAJOIT, G. **Tudo Muda**: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Latiud e Yara Frateschi Vieira. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BANCO MUNDIAL. Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Brasil: Documento de País. **The World Bank**, julho de 2000. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BLOAMMAERT, J. **Discourse**: a critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BONAMINO, A. **Tempos de avaliação educacional**: o Saeb, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do Saeb. **Cadernos de pesquisa**, [S. l.], n. 108, p. 101-132, nov. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. de. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

DAMACENO, T. M. S. S. Glocalização e Ensino de Língua Materna: Análise Crítica do Discurso das Mudanças. In: V ENCONTRO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO – ECLAE. **Anais...** Natal: Gelne, 2011.

EGGINS, S. **Introducción a La Lingüística Sistémica**. Tradução de Felipe Alcántara. Logroño: Universidade de La Rioja, Serviço de Publicaciones, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001[1992].

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London; New York: Routledge, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. MATTHIESSEN, C. M. I. M., **Introducion To Functional Grammar**. London: Arnold, third edition, 2004.

INEP. **Prova Brasil e Saeb**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>. Acesso em: 14 ago. 2012.

JESSOP, B. **The Future of the Capitalist State**. Cambridge: Polity, 2002.

JESSOP, B.; FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. **Education and the Knowledge-Based Economy in Europe**. Rotterdam: Sense Publish, 2008.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MAGALHÃES, I. Introdução à Análise de Discurso Crítica. **DELTA21**, [S. l.], n. especial, 2005.

MAGALHÃES, I. Teoria Crítica do Discurso e Texto. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 113-131, 2004. Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/293/307. Acesso em: 22 maio 2011.

- MOITA LOPES, L. P. de. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. de. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso do Sul do Sul: das hipóteses da socioanálise às hipóteses de uma análise linguístico-sociodiscursiva de narrativas de vida de grupos minoritarizados. **Revista Philologus**, ano 29, n. 87, p. 21-42, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1487>.
- RAJAGOPALAN, K. Repensar o Papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. de. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.
- SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, B. de S. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. E. da. **Reestruturação curricular**: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- VAN LEEUVEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997. p.169-222.
- VAN LEEUVEN, T. **Discourse and Practice**: New Tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

Polarizações na comunidade surda brasileira: um estudo de casos sob o viés da Análise Crítica do Discurso

Leoni Ramos Souza Nascimento*

Neemias Gomes Santana**

Maiane Vasconcelos de Brito***

Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Norman Fairclough que busca investigar as relações de poder, ideologia e linguagem presentes nos discursos sociais. Um aspecto importante da ACD é a análise crítica, que busca revelar as formas de opressão, exclusão e dominação presentes nos discursos e suas implicações nas relações sociais. Através dessa análise, a ACD visa a promoção de transformação social.

O objetivo central da Análise Crítica do Discurso, de acordo com Pedro (1997), é revelar o papel do discurso na produção e reprodução da dominação e investigar quais estruturas e estratégias são utilizadas nesses modos de produção.

Para van Dijk (2003, p. 144):

A ACD é sim uma perspectiva, crítica, sobre a realização do saber: é por assim dizer, uma análise do discurso efetuado - com uma atitude. Se concentra nos problemas sociais, e em especial no papel do discurso na produção do abuso de poder ou da dominação. Sempre que for possível, se ocupará destas questões desde uma perspectiva que seja coerente com os melhores interesses dos grupos dominados. Leva seriamente em consideração as experiências e as

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia e Doutorando em Letras - PPGL/UFS. E-mail: leoniramos@academico.ufs.br

** Professor Assistente da Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em Letras - PPGL/UFS. E-mail: miasunb@gmail.com

*** Professora da rede Maple Bear e Doutoranda em Letras - PPGL/UFS. E-mail: myanebrito@hotmail.com

opiniões dos membros do mencionado grupo, e apoia sua luta contra a desigualdade. Quer dizer, a investigação realizada mediante a ACD combina o que talvez, pomposamente, costuma chamar-se - solidariedade com o oprimido - com uma atitude de oposição e dissidência contra quem abusa dos textos e declarações com o fim de estabelecer, confirmar ou legitimar seu abuso de poder (Tradução nossa).

A partir desta compreensão e de que os surdos pertencem a um grupo de minorias, sendo essa uma minoria linguística, o uso da ACD é crucial para o posicionamento crítico no tocante aos problemas sociais e no amparo aos surdos diante das suas lutas contra a desproporção de tratamentos e direitos na sociedade.

A relação entre poder e ideologia na abordagem de Fairclough (2016) está enraizada na análise crítica do discurso (ACD), na qual se argumenta que o poder é exercido por meio do uso da linguagem no discurso, e que a ideologia desempenha um papel fundamental nesse processo.

De acordo com Fairclough (2016), a ideologia é uma parte intrínseca do discurso, pois os discursos são permeados por valores, crenças e visões de mundo que refletem e sustentam relações de poder existentes na sociedade. Através do discurso, as ideologias são construídas, transmitidas e naturalizadas, contribuindo para a manutenção de estruturas sociais desiguais.

Na perspectiva Faircloughiana, ideologia são significações da realidade construída nas várias dimensões das práticas discursivas que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação; que se tornam mais eficientes quanto mais naturalizadas, mas que também podem ser modificadas nas lutas ideológicas das práticas discursivas (Vieira; Macedo, 2018, p. 60).

Assim, as ideologias dominantes são frequentemente apresentadas como "neutras" e "naturais" nos discursos, o que oculta as relações de poder subjacentes. Essas ideologias podem ser disseminadas por instituições de poder, como governos, mídia, corporações e outras estruturas sociais.

Ideologia relaciona-se mais com quem está falando o que, para quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas de um pronunciamento, pois a representação do discurso não é mera questão gramatical, mas um processo

ideológico. [...]. Para a ADC, a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação (Vieira; Macedo, 2018, p. 60).

A análise crítica do discurso busca revelar essas ideologias e desmascarar as relações de poder assimétricas que elas perpetuam, e como certas ideologias são promovidas e contribuem para a manutenção da dominação de determinados grupos sobre outros.

Dessa forma, a análise do poder e da ideologia em Fairclough (2016) está intrinsecamente ligada à compreensão de como o discurso é usado para moldar e sustentar relações de poder desiguais, e como a ideologia é transmitida e internalizada através da linguagem.

As abordagens, na ACD, se apresentam diferentes, pois cada estudioso tem seu enfoque em determinadas áreas, sejam elas do discurso ou da sociedade, como as tríades discurso, sociedade e cognição; atores sociais, semiose e aspecto sócio-histórico. Ou seja, a ACD é definida como heterogênea necessariamente pela presença dessas múltiplas versões, porém, conforme Resende (2009), apesar dessa diversidade de enfoques, as propostas teóricas e metodológicas da ACD possuem características em comum que lhes permitem enquadrar a todos como Análise Crítica do Discurso e, ao mesmo tempo, sendo coerente, haja vista que, “Apesar de sua instabilidade e de sua heterogeneidade, é de se esperar que haja elementos norteadores comuns, capazes de manter agregadas as diferentes abordagens de ADC” (Vieira; Resende, 2016, p. 22).

A característica comum mais evidente entre as correntes é a transdisciplinaridade, pois se utiliza de conceitos e categorias das ciências sociais e de outras áreas do conhecimento para dar conta das análises discursivamente manifestas:

Além da abordagem interdisciplinar, as principais continuidades observadas entre as diferentes vertentes dos estudos críticos do discurso são seu posicionamento explícito, isto é, seu engajamento social, e a utilização de análises sistemáticas de textos com método de pesquisa (Vieira; Resende, 2016, p. 22).

A característica comum mais evidente entre as correntes é a transdisciplinaridade, pois se utiliza de conceitos e categorias das ciências sociais e de outras áreas do conhecimento para dar conta das análises discursivamente manifestas:

A abordagem decolonial é um campo de estudo e uma perspectiva crítica que surgiu a partir da crítica ao colonialismo e ao legado do colonialismo nas sociedades contemporâneas. Ela busca desafiar as estruturas de poder e a dominação cultural e política que foram estabelecidas durante os períodos coloniais e persistem até hoje.

Essa abordagem reconhece que o colonialismo não se limitou apenas à conquista de territórios físicos, mas também teve um impacto profundo nas formas de pensar, nas estruturas sociais, nas relações de poder e nas representações culturais. Ela destaca que o conhecimento, a cultura e a história têm sido moldadas por perspectivas eurocêntricas dominantes, enquanto marginalizam ou silenciam outras vozes e experiências.

A abordagem decolonial busca descolonizar o pensamento e a prática, contestando as narrativas hegemônicas e dando espaço a diferentes formas de conhecimento e experiência. Ela propõe uma revalorização e resgate das perspectivas, conhecimentos e práticas das culturas indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades historicamente oprimidas. “Assim, decolonizar os estudos críticos do discurso por perspectivas lato-americanas implicam reconhecer que nossa história colonial e a violência que nos constituiu não podem ser ignoradas” (Resende, 2019, p. 35).

Dentro desse contexto, os pesquisadores e ativistas decoloniais exploram uma série de temas, incluindo a descolonização do conhecimento acadêmico, a crítica ao eurocentrismo, a rejeição de hierarquias culturais, a valorização da diversidade cultural e a luta por justiça social e igualdade.

É importante ressaltar que a abordagem decolonial é um campo de estudo complexo e diverso, com diferentes perspectivas e abordagens teóricas.

Além dessa abordagem, a ASCD (Análise Sociológica e Comunicacional do Discurso), segundo Pedrosa (2012a), segue o princípio transdisciplinar da Análise Crítica do Discurso (ACD) e está fundamentada em áreas da Linguística, como a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Textual, e da Gramática Visual, dialogando fortemente com a Sociologia Aplicada à Mudança Social, com a Comunicação para a Mudança Social, com os Estudos Culturais e o estudo do sujeito e das identidades. Dessa forma, atende a uma investigação mais ampla e plural no que diz respeito à força do discurso como fonte de mudanças.

Conforme Pedrosa (2016), a ASCD preocupa-se em intensificar pesquisas relacionadas ao poder ou ao abuso de poder, além de “aprofundar os estudos quanto:

às mudanças sociais e culturais; aos tipos de poder; aos sujeitos e à constituição de suas identidades; à contribuição das orientações da socioanálise para o estudo das ‘narrativas do eu’” (Pedrosa, 2016, p. 73-74).

Contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) tem como um dos precursores, Michael Halliday e foi desenvolvida mais fortemente na década de 1980. Para a LSF, a língua tem um caráter dinâmico e aberto, portanto é dialética, ou seja, sempre se relaciona ou se vincula ao uso e ao contexto, logo tem caráter social, é esse caráter social que justifica o seu uso nas análises linguísticas desenvolvidas nas correntes dialético-relacional de Fairclough.

Como para a LSF, a função da língua é mais importante que sua forma, Halliday propõe três metafunções que atendem às necessidades dos falantes ao utilizar a sua língua. As metafunções são classificadas como ideacional, interpessoal e textual, e atuam de maneira simultânea nos textos.

A metafunção ideacional se relaciona à ação social, à visão de mundo e tem a transitividade (processos verbais) como sistema de representação; a metafunção interpessoal relaciona-se aos participantes e suas interrelações, e seu sistema de representação consiste na avaliatividade; por fim, a metafunção textual tem relação com a estrutura do texto e compõe o sistema de representação tema e rema.

Para este trabalho nos concentraremos apenas na metafunção interpessoal, esta representa a característica que a linguagem tem de estabelecer a função que os interlocutores exercem durante uma interação social.

Acerca da avaliatividade, por sua vez, trazemos que

O sistema de avaliatividade, proposto por Martin e White (2005), caracteriza-se como um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas (Meira; Cunha, 2014, p. 9).

O sistema de avaliatividade está dividido em três subsistemas, quais sejam: Atitude, Gradação e Engajamento apresentados a seguir:

Quadro 1 – Subsistema Atitude

| ATITUDE | | |
|--|--|--|
| AFETO | JULGAMENTO | APRECIACÃO |
| Recurso semântico com função de expressar emoções no discurso. | Recurso que representa a avaliação do comportamento humano na sociedade pelos falantes, avaliação esta que é emitida pelas instituições sociais. | Recurso utilizado para avaliar esteticamente objetos, coisas, mas nunca comportamento. |

Fonte: Quadro baseado em Almeida (2010).

Quadro 2 – Subsistema Gradação

| GRADAÇÃO | |
|--|--|
| INTENSIDADE OU QUANTIDADE (Força) | PRECISÃO E PROTOTIPICIDADE (Foco) |
| Recurso para graduar qualidades e processos por meio da intensificação e graduar entidades concretas ou abstratas por meio da quantificação. Na intensificação, a gradação ocorre através da fusão, do isolamento e da repetição, na quantificação a gradação ocorre através da quantidade, do volume e da extensão. | Recurso para graduar categorias semânticas prototípicas. Os diferentes graus de prototipicidade experiencial apresentam-se por meio da acentuação e atenuação. |

Fonte: Quadro baseado em Souza (2010, p. 191- 203)

Quadro 3 – Subsistema Engajamento

| ENGAJAMENTO | |
|---|--|
| MONOGLOSSIA | HETEROGLOSSIA |
| São “asserções categóricas que não permitem o questionamento ou que não dão margem à dialogia” Vian Jr (2010, p. 35). Em outras palavras, não permite a presença de outras vozes, se pensarmos a oração no estrato léxico-gramatical. | Na heteroglossia o produtor do texto indica a referência a outras vozes e, portanto, sugere diálogos. Baseia-se nos conceitos de expansão e contração. |
| | CONTRAÇÃO * Discordância * Proclamação “(...)o produtor textual assume uma posição em desacordo ou em rejeição a uma posição contrária. Isso equivale a dizer que tais |

| | |
|--|---|
| | formulações desafiam, evitam ou até mesmo restringem o escopo das posições e de vozes alternativas”. Vian Jr (2010, p.37) |
| | EXPANSÃO * Entretenimento * Atribuição “(…)o produtor textual faz com que a proposição contida na sua voz seja apenas uma das diferentes possibilidades de posições que pode assumir, propiciando desse modo, a abertura de posicionamentos alternativos, de aceitação ou rejeição”. Vian Jr (2010, p. 36) |

Fonte: Quadro baseado em Vian Jr (2010).

Comunidade Surda e nuances relacionais com não-Surdos

De acordo com Bakhtin (2010), o signo linguístico tem uma carga ideológica, representa uma relação social, e o viés ideológico escancara os discursos (Bakhtin, 2010, p. 10). Nesses termos, entendemos que a relação de poder de manobras sociais é relevante para se compreender a tensão discursiva existente em qualquer grupo, espaço social ou sociedade que pode ser explicada dependendo de onde nos posicionemos.

Por entendermos que a linguagem é parte irredutível da vida social, observamos que muitas indagações pairam no contexto discursivo e nas zonas de contato entre pessoas Surdas e não-Surdas; por isso deve-se pensar como esses indivíduos são expostos e cobrados a uma forma de expressão desconexa com seu modo de ler o mundo.

Existe uma tensão discursiva entre membros da Comunidade Surda¹ brasileira (Surdos x não-Surdos); podemos citar, por exemplo, a crença de que pessoas Surdas devem ter exclusividade e não apenas prioridade para ocupar os cargos públicos e privados destinados a professores de Libras.

¹ Entendemos que a Comunidade Surda, diferente do Povo Surdo, de fato não é só de sujeitos Surdos, há também sujeitos não-Surdos – membros de famílias, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização. [...] Em que lugares? Geralmente em associações de Surdos, federações de Surdos, igrejas e outros (Strobel, 2008, p. 29).

Uma das principais argumentações que presenciamos ao longo dos anos, utilizadas por pessoas que defendem que o ensino de línguas deve ser feito exclusivamente por um nativo é a ideia de que “somente um falante nativo pode proporcionar um aprendizado autêntico e natural da língua, já que ele tem um conhecimento profundo da cultura e dos usos linguísticos da língua em questão”.

No entanto, é importante ressaltar que essa perspectiva tem sido amplamente criticada e questionada por linguistas aplicados ao ensino de línguas orais, mas que podem ser aplicada as línguas de sinais também (Akikawa, 2010; Aslan, 2015), já que há diversos outros fatores que influenciam no aprendizado de línguas, além da mera questão da natividade do professor, como sua formação acadêmica, a experiência de ensino, competência linguística, as metodologias utilizadas, entre outros. “Além disso, há muitos exemplos de professores não nativos altamente qualificados e capazes de ensinar a língua de maneira eficiente e autêntica, assim como nativos que não possuem habilidades pedagógicas ou formação adequada para o ensino da língua” (Aslan, 2015, p. 257).

Das diversas questões que preocupam a comunidade Surda brasileira, nenhuma ilustra melhor o processo de opressão e nenhuma é mais vital para os próprios Surdos que o uso e ensino de Libras. As pessoas ouvintes foram, durante muitos anos, instrumentos de controle estatal no que se refere à proibição da Libras em salas de aula. Hoje, a Comunidade Surda enxerga com desconfiança professores não-Surdos também atuando no que para eles é o maior símbolo de valor cultural e marca de resistência contra a hegemonia linguística da maioria sobre uma minoria, a transmissão de sua língua natural, a Libras.

Os Surdos, muitas vezes, crescem em ambientes onde a língua de sinais é a única forma de comunicação possível, o que pode levar a uma sensação de pertencimento a uma comunidade única e distinta da cultura ouvinte. Por outro lado, os não-Surdos podem se sentir estranhos ou deslocados nessas comunidades, pois não compartilham a mesma língua e experiência cultural.

Além disso, podem surgir conflitos em torno do uso da língua de sinais. Algumas Comunidades Surdas consideram que o uso da língua de sinais é um símbolo de identidade cultural e, portanto, sua utilização deve ser valorizada e promovida (Strobel, 2008, p. 37). Por outro lado, alguns não-Surdos, podem acreditar que o uso da língua de sinais é limitante e que os Surdos deveriam ser incentivados a aprender a língua falada para se integrarem melhor à sociedade ouvinte.

Esses conflitos podem ser exacerbados por barreiras de comunicação, como falta de interpretação em eventos ou dificuldades para acessar informações em língua de sinais. Isso pode gerar sentimentos de exclusão ou marginalização por parte dos Surdos e reforçar as diferenças entre as duas comunidades.

No contexto dos Surdos, os ouvintes exercem um poder hegemônico sobre a minoria surda ao impor a língua falada como a única forma “legítima” de comunicação. Isso pode levar a uma marginalização dos Surdos e da língua de sinais, que muitas vezes são percebidos como inferiores ou menos desenvolvidos do que aqueles que falam português. Como resultado, os Surdos podem ser privados de oportunidades educacionais, empregos e outros recursos sociais.

Apesar de compartilharem de artefatos culturais comuns aos ouvintes (forma de governo, nacionalidade, religião, etnia, raça), não definimos a Comunidade Surda como autônoma, apesar da aceitação, ao menos entre os membros dessa comunidade, corrente dessa definição terminológica. A identificação desses grupos é mais marcada nas produções culturais evidenciadas a partir da língua de sinais, história e arte Surda.

Pensamos, como analistas críticos do discurso, em publicizar vozes de grupos minoritarizados e historicamente subalternizados, às vezes hierarquizando esses grupos, ou citando os tradicionalmente mais expressivos (negros, LGBTQIA+, mulheres, indígenas), mas esquecemos que, dentro de todos esses grupos subalternizados, existem membros duplamente estigmatizados² (negr@s-Surd@s, LGBTQIA+-Surd@s, mulheres-Surd@s, indígenas-Surd@s).

Como analistas críticos do discurso, nos interessa analisar, especificamente, quais recursos gramaticais e sociais são utilizados em cada projeto para nomear e definir a língua e, conseqüentemente, os seus usuários, como também explicar os objetivos, devido a que as escolhas gramaticais efetivamente realizadas constituem indícios que nos permitem compreender a que ideologia(s) responde(m) cada projeto e que conflitos de poder envolvem esses discursos (Van Dijk, 2008).

O sujeito é o que os contextos discursivos oportunizam, de modo que são os discursos que traduzem os sujeitos, a partir do uso social da língua. O gerenciamento dessas relações sociais e os processos de subjetivação nos discursos atuam diretamente para a produção de sentidos e das relações de poder que podem incluir ou excluir os sujeitos sociais protagonistas desses discursos.

² Estigma é um traço que afasta o sujeito estigmatizado das relações sociais, apagando todos os outros traços e atributos que o levariam a desempenhar papéis sociais.

Não queremos, portanto, legitimar ou reforçar a opressão ou as desigualdades, a discriminação ou alguns outros problemas reais, por exemplo, como os professores de Libras que não são Surdos são representados nos discursos dos Surdos, ou como esses discursos são reverberados dentro da Comunidade Surda brasileira; mas não podemos ignorar o fato de que tudo o que é dito dentro da Comunidade Surda, a partir de vozes de líderes Surdos, acaba sendo imposto por uma formação discursiva que tensiona as relações entre membros Surdos e não-surdos na esfera acadêmica, por exemplo.

Análises e resultados da Polarização Docente

Conforme o exposto, este fragmento corresponde aos *corpora* coletados para a pesquisa de dissertação de mestrado (em andamento), e nesse contexto, ressaltamos que os fragmentos para a pesquisa são compostos com partes geradas em perfis do *Instagram* por pessoas surdas e outras partes por pessoas não-surdas. A seguir, analisamos um fragmento gerado a partir da postagem de um comentário de uma pessoa Surda (FS).

FS 1 – A maioria dos ouvintes não tem noção mesmo, não tem empatia! A Libras não é de mercadoria para vender e ficar roubando o espaço de surdos. Apesar de tudo: repito: recomendo para quem quer aprender Libras: com professores surdos e nunca com professores ouvintes de Libras. Pronto sinalizei!!! #ForaProfessoresOUVINTESdeLibras

Inicialmente, através do sistema Avaliatividade, na Linguística Sistêmico-Funcional, observamos que em contração dialógica, por meio da categoria contraposição, o recurso **negação** pode ser visto neste primeiro fragmento produzido por um ator social surdo. Explicitamente, o sujeito se compromete com a causa através de lexias que validam sua indignação a respeito de pessoas não-surdas lecionarem Libras. As lexias “não” e “nunca” asseveram o engajamento entre seus pares (surdo-surdo) para combater a desvantagem que, segundo eles, impedem o movimento empregatício de quem de fato merece estar à frente do ensino de Libras. Outro recurso dessa categoria é a **contra-expectativa**, na qual observa-se a função adverbial da lexia “portanto” impulsionando com veemência o seu discurso de que estão sendo prejudicados.

Outra categoria da contração dialógica é a proposição. Composta por três recursos, essa categoria presume o engajamento direto do ator social em relação ao seu comportamento diante daquilo que o afeta e/ou afeta os seus pares. O primeiro

recurso é a **expectativa confirmada**. Apesar da escolha da lexia “pronto” para afirmar a sua posição, esse pronome implicitamente pode ser reinterpretado pelos advérbios (claramente, notoriamente, obviamente) que compõem a classificação desse recurso. O segundo recurso é o **endosso**, composto pelas lexias salientar, apontar, asseverar, atestar, mostrar, esse recurso flutua por vez de modo explícito ou implícito nos discursos. No case desse FS1, observa-se no trecho “*nunca com professores ouvintes de Libras [...]*” que os verbos que compõem o recurso aplicam-se implicitamente nessa oração. Ao direcionar-se para seus pares o sujeito emite o discurso apontando o porquê da sua justificativa se basear num fato que ele defende. Por fim, o último recurso dessa categoria é o **pronunciamento** que também pode ser compreendido implicitamente por meio do mesmo fragmento anterior.

Em expansão dialógica, compreendemos que os atores sociais estão envolvidos numa arena discursiva atravessada por outras vozes. Por se tratar de uma análise textualmente orientada, os *corpora* que compõem essa investigação advêm de postagens e comentários do *Instagram*, sendo assim, por meio da categoria ponderação, o recurso **probabilidade** apresenta-se implicitamente no fragmento “*a maioria dos ouvintes não tem noção mesmo*”. Pois essa afirmativa baseia-se numa hipótese que o ator social surdo levanta, argumenta, defende, e com essa probabilidade prejudicial, ele abre espaço para reflexões e posicionamentos a partir do que ele crê. O recurso **evidência** expõe mais ainda o comprometimento na emissão do discurso, quando o sujeito opta por lexias que levam a crer que a sua justificativa se baseia em fatos verídicos para ele. No trecho “*Apesar de tudo: repito: [...] recomendo para quem quer aprender Libras: com professores surdos e nunca com professores ouvintes de Libras [...]*”, implicitamente, reinterpretamos esse trecho com base nas lexias (acho, pode, creio, parece) que classificam o recurso evidência.

Para a categoria atribuição, em FS1, o recurso **reconhecimento** se apropria do fato abordado e defendido pelo sujeito. Com isso, no trecho “*A maioria dos ouvintes não tem noção mesmo, não tem empatia [...]*” entende-se que as lexias “conforme”, “segundo”, são adjetivos que objetivam entender que a afirmativa apontada se baseia num fato. Como observamos, eles atuam implicitamente nesse trecho do FS1. Por fim, o recurso distanciamento também está imbricado na mesma justificativa do recurso anterior. Suas lexias (alegar, de acordo, como afirma) apontam a mesma interpretação de modo implícito.

Com base nos resultados das análises, almejamos apresentar conclusões favoráveis em relação ao ensino de Libras no Brasil e à compreensão do processo histórico-discursivo da educação intercultural e bilíngue para pessoas Surdas no país.

Dessa forma, buscamos destacar a importância de uma abordagem que contribua para a construção de uma práxis que promova diálogos reflexivos entre Surdos e ouvintes, reconhecendo a necessidade desse pensamento para a promoção da inclusão e da comunicação efetiva entre esses grupos.

Estudos Surdos na perspectiva decolonial

Concentrar pesquisas de Análise Crítica do Discurso (ACD) em situações que atravessam a vida de pessoas surdas leva-nos ao cerne das questões excludentes que afetam esse grupo social. Por causa do nosso papel, enquanto pesquisador engajado nas assimetrias que assolam essa minoria, testificamos o protagonismo/posicionamentos do sujeito Surdo como agente de transformação social. Seja por meio de associações de surdos, por meio do contexto familiar, educacional, religioso, encontramos sempre o mesmo comportamento mobilizador em prol do orgulho em ser surdo. O cenário excludente que o surdo está inserido na sociedade é aquele tipo de “exclusão que deixa rastros” prejudiciais na representação dos atores sociais (Surdos) e suas atividades (Van Leuween, 2008).

Para quem desconhece as especificidades que caracterizam o surdo (língua, cultura, identidade) a exclusão não deixa rastros. Muitas vezes é difícil saber se os atores sociais são reprimidos ou não. Por toda trajetória histórica das pessoas surdas no mundo, envolvendo lutas por reconhecimento, por respeito aos direitos linguísticos, atribuímos essa concepção teórica dos rastros que a exclusão social afeta nos atores sociais surdos, àqueles se reconhecem como diferente e que buscam igualdade e fortalecimento das suas redes de apoio contra toda forma de poder hegemônico.

A ACD relaciona-se com a subalternidade das pessoas Surdas no Brasil em todas as esferas sociais e se perpetua como uma proposta crítica na qual se interessa em investigar assimetrias, poder hegemônico, desigualdade, fatores excludentes numa sociedade. O desejo de concentrar esta pesquisa em ACD com o contexto político do Brasil, envolvendo pessoas Surdas, surge diante de uma inquietude em mergulhar na cisão política, ideológica da Comunidade Surda nacional, cujo fato nunca havia sido registrado anteriormente.

Nenhuma cultura é completa, única e independente. Todas as culturas se entrecruzam de alguma forma, permitindo uma relação social no perímetro em que as fronteiras são atravessadas pelas práticas sociais da linguagem. Por isso acreditamos que complementariedade está relacionada com questões de todos os sentidos

(culturais, morais, linguísticas), sobretudo, ao pensarmos na situação linguística-cultural de pessoas surdas.

Santos (2010, p. 237) argumenta que não há uma complementariedade, que a ambivalência está precisamente nas “[...] zonas de sombra que criam espaços de manobra para contestar as relações hegemônicas em nome de outras mais justas”. Por isso torna-se oportuno trazer à tona esse ponto reflexivo neste trabalho, em consonância com a ASCD, para que sejam escancaradas as manobras, a opressão, a estigmatização que o sujeito surdo carrega numa sociedade excludente.

Um desses entraves envolvem o limítrofe entre a produção sinalizatória da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e a produção escrita e a leitura da Língua Portuguesa (LP). Nesse sentido que entendemos que as pessoas surdas são também classificadas como grupo em situação de vulnerabilidade social devido a violência linguística persistir em vivências que não levam em consideração a manifestação linguística-cultural de um grupo social, ocasionando barreiras linguísticas e reverberando em situações excludentes ao longo da vida.

Muitos porquês ficam subentendidos nas entrelinhas das relações entre Surdos e não-Surdos no Brasil. Por isso deve-se pensar como esses indivíduos são expostos e cobrados a uma forma de expressão desconexa com seu modo de ler o mundo. Barthes (2004) entende que a leitura se assemelha a um gesto do corpo que com o mesmo movimento internaliza e interioriza a ordem textual. Comparar Surdos com não-Surdos são atitudes injustas, essas práticas insolúveis são reverberadas por falta de conhecimento e de empatia com o universo linguístico-cultural dos Surdos. Ter acesso ao conhecimento é um direito de todos e um dever da escola.

Transgredindo essas práticas colonizadoras envolvendo a “cura do ouvido defeituoso”, concordamos com Silva Júnior e Matos (2019) que “sulear” o conhecimento produzido no continente latinoamericano, no sentido de problematizar e questionar a forma de ler o mundo numa perspectiva eurocêntrica hegemônica, contribui para o surgimento de novas epistemes. Dentre as diversas comunidades linguística-cultural no território brasileiro, a comunidade surda representa um importante meio para a visibilidade identitária. É por meio dessa comunidade linguística que o indivíduo se reconhece e entende o seu valor linguístico-cultural num mundo que a cada vez mais insistem silenciá-los. Por meio das relações sociais, e, sobretudo comunicacionais, entre seus pares que surgem a capacidade de reinventar-se e a oportunidade de aprender uma língua que representa uma inenarrável forma de resignificação social.

As categorias de análises

A gama de possibilidades de pesquisas que a ACD permite são delineadas discursivamente, socialmente e linguisticamente, para as esferas social e discursiva da análise a ACD maximiza o problema enfrentado pela comunidade surda no atual contexto político nacional, e a esfera linguística permite-nos conhecer as estratégias discursivas que a ACD coaduna por meio de uma análise textualmente orientada.

Na perspectiva da Teoria da Avaliatividade, com base na metafunção interpessoal, os três tipos de recursos (atitude, engajamento e gradação) permitem ao falante/sinalizador/escritor expressar afeto, julgamento, apreciação, em maior ou em menor grau de avaliatividade, além de poder também expressar posicionamentos e opiniões (Martin; White, 2005; Almeida; Vian Jr., 2010; Ninin; Barbosa, 2013).

Segundo Martin e White (2005, p. 93-95), ao subsistema Engajamento é conferido as seguintes organizações: i) reconhecimento de vozes anteriores e o modo como o falante/sinalizador/escritor engajam com o atravessamento dessas vozes no texto; ii) proposições que envolvem antecipação do texto sobre como o ouvinte/surdo/leitor responderão ao valor posicional presentes nos textos³.

O subsistema citado, conforme Neigrames (2019, p. 54), possibilita analisar os discursos do falante/sinalizador, leitor (surdo ou ouvinte), por meio de duas categorizações, monoglossia e heteroglossia. No tocante ao perfil dos *córpóra* coletado, o caráter heteroglóssico corresponde ao que buscamos analisar devido as trocas de opiniões, posicionamentos, pensamentos, que se materializam em convicções, em avaliações positivas e negativas entre os grupos da direita e da esquerda política, nas quais tais convicções podem gerar concordância ou discordância. A autora (2019) reafirma que o ponto alto desse sistema é a “distinção entre o enunciado monoglóssico ou a afirmação direta e não dialógica e a enunciação heteroglóssica ou dialógica que envolve uma posição ou uma fonte alternativa”.

Análises e resultados da Polarização Política na Comunidade Surda

Em 17 de janeiro de 2022, num vídeo de pouco mais de 4 minutos repercutido nas redes sociais, uma professora Surda de bastante relevância no cenário acadêmico brasileiro, sintetiza contrária a visão médica da época, a razão pela qual é arriscado se

³ Devido a pesquisa tratar de discursos provenientes de uma comunidade linguística reconhecida como usuários de Língua Brasileira de Sinais, achamos pertinente incluí-los nessa perspectiva categórica do subsistema.

vacinar. No vídeo sinalizado em Libras, sem fonte científica, sem dados comprobatórios, ela enfatiza que “se trata de um singelo experimento e que não há eficácia comprovada nas vacinas.” Tal postura influenciou uma discussão acalorada na Comunidade Surda gerando vários comentários a favor e contra a professora, que é referência para os Estudos Surdos, e por engajar a luta em favor dos direitos linguísticos deste grupo. Tal postura foi mal recebida pelos membros da Comunidade Surda que se identificam com o espectro político de Esquerda, e imediatamente, vários posicionamentos contrários e a favor do discurso da professora puderam ser observados.

A seguir, observamos a postagem de um professor Surdo da Esquerda política, postado em sua rede social, concomitantemente com os comentários dos membros da Comunidade Surda da Esquerda em desfavor da postura da Surda da Direita política.

Postagem (P1)

11 “Se uma bolsonarista nega a vacina contra a Covid-19 ela estaria negando
12 também seus trabalhos científicos e acadêmicos? A vacina e a ciência está aí
13 para comprovar inclusive em 1796, de que ela é eficiente quando é aplicada
14 nas fases de testes em certas quantidades numerosas de pessoas e, com êxito,
15 elas procedem. É um método específico e aplicados na população por cientistas,
16 biotecnólogos, infectologistas e farmacêuticos. E não por meros tios e
17 tias do zap negacionistas da ciência. Se a mesma bolsonarista nega a vacina
18 e a ciência dela podemos repensar os trabalhos “científicos” como por exemplo
19 Cultura Surda e o Método (sic) Letrônico aplicado na Educação de Surdos Pois
110 a mesma afirmou que as vacinas que existem são “experimentais”... e penso
111 eu penso: e a tese de doutorado dessa bolsonarista também é... está na hora
112 de retirar os trabalhos acadêmicos desta Bolsonarista nas referências bibliográficas
113 e acadêmicas da comunidade Surda Brasileira. E sem esquecer que
114 os apontamentos desta bolsonarista são ilegais e passíveis de punição pelos
115 seus crimes, inclusive uma afronta ao ECA. E não venha dizer que é opinião
116 Dela pois propagar fakenews e incitar a negação à vacina para seus pares
117 Surdos não é opinião, É CRIME. Obs: Podem printar e mostrar para essa desalmada
118 bolsonarista

Fonte: @café.compolitica

Segue abaixo os comentários gerados a partir dessa publicação na página do Instagram @cafe.compolitica.

| | |
|------------|--|
| P1C1E-2022 | “Há um ano e os negacionistas surdos insistem na ineficácia da vacina...” |
| P1C2E-2022 | “Façam a denúncia na comissão de ética da UFSC ou FALABR(UFSC) nome da professora fakenews Karin Lilian Strobel que é Professora do Departamento de Libras da UFSC”. |
| P1C3E-2022 | “Vacinas salvam vidas! Não acredite em notícia falsa”. |
| P1C4E-2022 | “@@@ muito triste porque ela é doutora e professora da UFSC. Foi ela que presidiu a cerimônia de formatura da minha turma LETRAS/LIBRAS no CEFET-MG em 2012. Foi a professora da minha turma, da turma anterior e posteriores a minha, tem livros publicados que auxiliaram nossos estudos. Tem muita influência sobre os surdos. Se a expectativa de vida da população aumentou devido ao surgimento das vacinas, como ela ode dizer que a vacina contra Covid tira imunidade? Muitos vão deixar de vacinar as crianças por causa dessa fake news (MENTIRA). Nenhuma vacina no Brasil é de fase experimental. Todas já passaram pelas 3 fases obrigatórias. E ela sabe disso... Mas o fanatismo político deixa muitas pessoas sem noção.” |

Fonte: Instagram (@maodireita).

Analisando esse contexto de situação, na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, observa-se o recurso da **negação** em P1C4E-2022: “[...] Nenhuma vacina no Brasil é de fase experimental”. Composto por lexias que endossam o sentido de negar algo (nem, não, nada, nenhuma), o ator social se compromete ao afirmar algo que contrapõe o teor da publicação do vídeo. Nesses termos, o comportamento do sujeito ativo não é passivo, ele engaja, ele ultrapassa barreiras comunicacionais em prol da sua verdade. Assim como o recurso da **contra-expectativa**, ao utilizar advérbios, nesse caso a lexia “**mas**”, eleva o discurso a um ponto reflexivo, modulando o seu posicionamento em favor do seu ponto de vista, como visto em P1C4E-2022: “[...] Mas o fanatismo político deixa muitas pessoas sem noção”. Com base nos estudos de muitos linguistas críticos (Fairclough, 1985; Fowler, 2004; Van Dijk, 1991), Van Leeuwen (2008) o ator social é representado como “agente” (ator), que como “paciente” (objetivo), ativação ou passivação, sendo que não precisa haver congruência entre os papéis que os atores sociais realmente desempenham nas práticas sociais e nos papéis gramaticais que exercem no texto (Van Leeuwen, 2008, p. 32).

Devido a isso, a categoria proposição, por meio do recurso **expectativa confirmada**, é visto em P1C4E-2022: “[...] Tem muita influência sobre os surdos”, o ator social se compromete ao expor seu ponto de vista. Implicitamente, podem ser observadas lexias que endossam a afirmativa (notoriamente, logicamente, claramente...)

do poder de persuasão que a emissora tem sobre comunidade surda. Assim como o recurso **endosso** também é observado nessa oração. Haja vista que não apareça uma lexia exclusiva da classificação desse recurso (salientar, aportar, mostrar...), porém, de modo oculto, o efeito desse recorte permite-nos compreender a força da indignação do ator social diante do contexto social que ele se insere. Em P1C3E-2022: “*Vacinas salvam vidas!*”, vemos o recurso **pronunciamento** no posicionamento do ator social em defesa da sua verdade. Todos esses recursos observados aqui compõem a contração dialógica.

Em expansão dialógica, nesta postagem, adentramos em categorias que permite atravessamentos de vozes no discurso, e, segundo Thompson (2011, p. 26), situação dialógica de uma conversação é entendida pela forma que aquele sujeito que ouve é também um possível respondente. Conforme na linha 7 (17) ao escolher o verbo “poder”, flexionado na terceira pessoal do plural, “podemos”, a **probabilidade** faz-nos refletir a respeito da aplicabilidade dos trabalhos científicos produzidos pela emissora, uma vez que ela põe à mesa críticas ao avanço da ciência na produção das vacinas para Covid-19. E na linha 9 (19), o recurso **evidência** é observado por meio da lexia “penso”, quando nesse contexto o ator social se insere no discurso por meio de sua opinião.

Os dois recursos que caracterizam a categoria atribuição podem ser observados na l9: *Pois a mesma afirmou [...]*” e em P1C4E-2022: “[...] *E ela sabe disso...*”. Ao reconhecer a postura de quem emitiu, o ator social se baseia no próprio discurso emitido para compor seu posicionamento crítico (19), assim sendo, o recurso **reconhecimento** é definido dessa maneira. E o recurso **distanciamento** (P1C4E-2022) permite entender que o ator social alega seu ponto de vista de acordo com o contexto criado pela situação na negação à vacina. Esses foram comentários de membros da comunidade surda da esquerda, que abominam com veemência a ideologia conservadora da direita política a ponto de rejeitar o benefício da vacina que combate o vírus da Covid-19.

Numa análise social, entendemos, conforme Thompson (2011, p. 20), que essa situação representam formas simbólicas dentro do contexto de mediação da cultura moderna, uma vez que, segundo ele, “essas formas possuem traços de condições sociais por uma fala, pelo dialeto, pelo tom” ou expressividade do que é dito/sinalizado. Com isso, conforme a P5, no trecho em que o ator social se compromete em defesa do seu posicionamento em favor do valor benéfico das vacinas, “*É um método específico e aplicados na população por cientistas, biotecnólogos, infectologistas e farmacêuticos. E não por meros tios e tias do ZAP negacionistas da ciência. Se a mesma bolsonarista nega a vacina e a ciência dela podemos repensar os trabalhos “científicos”...*” o autor (2011) resume

que a “contextualização social das formas simbólicas tornam-se objetos de processos complexos de valorização, avaliação e conflito”.

Ainda a respeito dessa mobilização da professora surda contrária à aplicabilidade das vacinas, conforme a categoria dos Atores Sociais Surdos, os **mobilizadores** situam-se nos dois grandes campos (inclusão e exclusão). Devido, por um lado, a professora engajar uma parte da Comunidade Surda por meio das redes sociais e que formava o grupo que tinha como intuito reeleger o então presidente Bolsonaro, indo contra às acusações da Esquerda política amenizando os discursos negacionistas a respeito das vacinas contra COVID-19, “Pois a mesma afirmou que as vacinas que existiam eram “experimentais”..., assim como, por outro lado, também observamos na P5 explicitamente o emissor incluindo os Atores Sociais da Direita, *E não venha dizer que é opinião dela pois propagar fake news e incitar negação à vacina para seus pares Surdos não é opinião, É CRIME. OBS: Podem printar e mostrar para essa desalmada bolsonarista*”.

Algumas postagens inclusivas envolvem o próprio Ator Social na ação, conforme observamos em P1C3E-2022, quando o Ator Social da Esquerda alerta a Comunidade Surda contra o perigo em acreditar nas falas da professora, assim como esse mesmo Ator Social pode ser entendido como incentivador. Os Atores Sociais Surdos representam uma mesma ideologia política e integram o movimento contrário ao bolsonarismo, sendo ativado numa convocação em prol da vitória contra a Covid-19, conforme P1C2E-2022.

Nesses termos, nas representações dos Atores Sociais, há uma espécie de **personalização** que, de acordo com Van Leeuwen (2008), os Atores Sociais são alinhados ideologicamente em defesa e na disseminação do benefício das vacinas contra o vírus da Covid-19, P1C2E-2022: *negacionistas surdos insistem na ineficácia da vacina...*”. Entretanto há uma espécie oposta, a **impersonalização**, na qual expõe os Atores Sociais de modo abstrato, impulsionando a qualidade do grupo, P1C1E-2022: “*Há um ano e os negacionistas surdos insistem na ineficácia da vacina...*”. A exposição de um discurso ultrapassado em desfavor da vacina emergencial contra a COVID-19, por uma parcela da sociedade que insistia em defender uma figura pública com comportamentos completamente desconexos com o papel atribuído ao mais alto cargo do Poder Executivo nacional.

A Abordagem Sociológica Comunicacional do Discurso (ASCD) conduz-nos ao entendimento da intenção clara do discurso da professora Surda citada, em convencer os interlocutores de que o então Presidente Bolsonaro não comprou as vacinas em tempo hábil por elas estarem em fases experimentais e que os efeitos alarmantes que

elas poderiam causar na população deveriam ser observados pelo menos pela Direita política.

O discurso dirigido à Comunidade Surda, utilizando o substantivo “Pois a mesma afirmou que as vacinas que existem são **“experimentais”** ...”, com a tentativa de convencer os pares Surdos, deixa marcas da **coletivação**, do agrupamento por **assimilação** (Van Leeuwen, 1997, 2008). Essa postagem (P1) e os comentários têm como objetivo maior motivar à atenção da Comunidade Surda brasileira. As escolhas lexicais para embasar os objetivos previstos representam as emoções dos membros da Comunidade Surda brasileira. Essa forma engajada de mobilização pode ser entendida aqui por meio do subsistema atitude, na **categoria afeto**, quando observamos em P1C3E-2022, esse tipo de categoria observa as marcas de emoções nos textos (Martin; White, 2005), asseverando o comprometimento do Ator Social diante das circunstâncias que ele se insere, e assim justifica-se a seleção de lexias apelativas.

Considerações finais

O valor desta pesquisa tem demonstrado, em função do tema abordado, o que consideramos de grande importância no marco das circunstâncias que pessoas Surdas e não-Surdas, da Comunidade Surda brasileira, são pessoas em situação de vulnerabilidades e que os discursos produzidos em suas relações podem ser instrumentos de pesquisas em ACD. Na contemporaneidade repercute no mundo inteiro situações divisionistas, suscitando diversas mudanças sociais. Para nós, importa-nos destacar que o fenômeno da mudança social na Comunidade Surda, enquanto grupo minoritarizado⁴, comprovou ser capaz de fazer parte de uma pesquisa em ACD.

No Brasil, mais precisamente, essa comunidade compartilhava, e compartilha, de movimentos políticos que visavam reconhecimento da língua, da cultura e da identidade Surda. Todos esses aspectos linguístico-culturais advêm do histórico

⁴ De acordo com Wirth (1945), comunidades minoritárias são aquelas que estão sendo tratadas de forma desigual e discriminatória devido às suas diferenças culturais ou físicas, o que leva à discriminação coletiva contra elas. Utilizamos o termo ‘grupos minoritarizados’ para destacar o processo de marginalização e discriminação sofrido por esses grupos, e não apenas sua posição numérica ou social. Esse termo também reconhece a diversidade e a resiliência dessas comunidades, que não são homogêneas ou passivas. Alguns exemplos de comunidades marginalizadas no Brasil incluem: povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, pessoas de baixa renda, entre outros.

educacional que reprimiu a liberdade de expressão e comunicação das pessoas Surdas em todo mundo.

A instabilidade interacional na Comunidade Surda (Surdos, não-Surdos – pais, professores, intérpretes) permitiu-nos observar os movimentos discursivos entre os grupos da Direita e da Esquerda política, e entre docentes Surdos e não-Surdos. A polarização nessa comunidade configura um aporte para as ciências humanas e sociais, enquanto contribuição por meio de um olhar crítico que evidencia a força de que o discurso tem como reprodutor e legitimador de ideologias.

O direcionamento da pesquisa para a categoria heteroglossia, do subsistema Engajamento, justifica-se pela possibilidade de articulação de vozes dentro do discurso. Afinal, tratam-se de postagens no *Instagram* e no *Facebook* carregadas de opções semânticas que o ator social extrai da língua e instancia no discurso para desempenhar avaliações negativas e positivas, implícitas ou explícitas, passivadas e ativadas (Van Leeuwen, 1998, 2008), para desempenhar avaliações sobre eventos discursivos em postagens, comentários, argumentando, persuadindo ideologicamente seus pares.

O aporte teórico auxiliou o estudo constituindo-se como um critério de análise para identificação das marcas linguísticas e sociais, colaborando para sedimentar os caminhos percorridos, as linhas teóricas adotadas, os métodos norteadores para a investigação, o *corpus* da pesquisa, sobretudo as discussões desenvolvidas e os resultados alcançados.

Referências

AKIKAWA, K. Teaching pragmatics as a native speaker and as a non-native speaker. In: BRADY, B. (Ed.). **WATESOL NNEST Caucus Annual Review**, [S. l.], v. 1, p. 43-69, 2010.

ALMEIDA, F. A. S. D. P. **A avaliação na linguagem**. Os elementos de atitude no discurso do professor: um exercício em Análise do Discurso Sistêmico-Funcional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

ASLAN, E. When the native is also a non-native “retrodicting” the complexity of language teacher cognition. **The Canadian Modern Language Review**, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 244-269, 2015.

BAKHTIN, M. [1959-1961]. O problema do texto. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 03-20.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 263-306.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- CUNHA, J. P. L. “**KD o pai dessa criança?!**”: Uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de Down. Tese (Doutorado em Letras) – UFS, São Cristovão, 2021.
- EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Printer, 1994.
- EGGINS, S. *Introducción a la lingüística sistêmica*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2. Ed. Brasília: Editora UNB, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Londres; Routledge, 2003.
- FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 1. ed. London: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. 1. ed. London: Edward Arnold, 1985.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2006 [1996].
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítico: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora UNB, 2017.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.
- MEIRA, G. M. G. S.; CUNHA, D. B. Violência de gênero contra a mulher: estudo crítico das identidades. **Cadernos da CNLF (CiFEFiL)**, [S. l.], v. XVIII, p. 130, 2014.
- NEIGRAMES, P. W. **Setembro azul: análise do discurso de 9 professores surdos a partir da Linguística Sistêmico-Funcional**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás, UFG, 2019.
- NININ, M. O. G.; BARBARA, L. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, jan./jul. 2013.
- NUNES, L. F. S. **Violência doméstica contra mulheres: uma análise qualitativo-interpretativa dos discursos em um grupo de WhatsApp formado por policiais militares**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: **Estudos linguísticos e formação docente**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 69-100.
- PETIT, M. **Os jovens e a leitura**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- RESENDE, V. de M. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEVERO, C. G. Política(s) Linguística(s) e questões de poder. **Alfa – Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.
- SILVA JUNIOR, A. C.; MATOS, D. C. V. da S. Linguística Aplicada e o SULEar: práticas decoloniais na educação linguística em espanhol. **Revista Interdisciplinar**, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, set. 2019. Edição Especial Dossiê SULEar.
- STROBEL, K. A imagem do outro sobre a cultura surda. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 91-104.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Tradução de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2010.
- VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.
- VIAN JR, O. *et al.* **A linguagem na avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmicos-funcionais com base no sistema de avaliabilidade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.
- VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.
- VIERA, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Linguagem e Sociedade. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- WIRTH, L. The Problem of Minority Groups. In: LINTON, R. (Ed.). **The Science of Man in the World Crisis**. New York: Columbia University Press, 1945. p. 347-372.
- WODAK, R. Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem e (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 233- 243, 2004.

Povo Surdo em pauta: suas lutas por reconhecimento sob o olhar da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

Alzenira Aquino de Oliveira*

Juliana Barbosa Alves*

Introdução

É fundamental destacar que a Análise Crítica do Discurso tem como objetivo analisar a dinâmica da vida social, com foco nos aspectos discursivos. Essa abordagem parte de um fundamento intrinsecamente comprometido com um conjunto de valores que enfatizam a igualdade, justiça social e democracia, como observado por Lira e Alves (2018). Portanto, essa teoria foi escolhida devido à sua pertinência para examinar a situação do Povo Surdo, um grupo historicamente vulnerável que continua a enfrentar desigualdades e denegações, através do objetivo, qual seja, identificar nos discursos dos Atores Sociais Surdos quais formas de reconhecimento foram discursivamente constituídas para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional durante a pandemia da covid-19.

Um dos principais objetivos da Análise Crítica do Discurso é divulgar as relações desiguais de poder que contribuem para a criação de desigualdades sociais (Fairclough, 2001; Pedrosa, 2018). Dentro das várias correntes da ACD, optamos por utilizar uma perspectiva desenvolvida no Brasil, mais especificamente na região Nordeste (Sul do Sul), a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD) (Pedrosa, 2012; 2016; 2018). A ASCD, caracterizada como uma abordagem transdisciplinar, busca esclarecer como as mudanças sociais e culturais afetam as sociedades e, por conseguinte, os sujeitos que atuam como atores sociais (Bessa, 2016; Pedrosa, 2016; 2018).

* Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Docente na mesma instituição. E-mail: alzeaquino@yahoo.com.br

* Graduada em Letras Libras. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: julialves01@hotmail.com

No contexto de seu compromisso político, a ACD tem como principal propósito investigar as práticas sociais sob a perspectiva dos grupos marginalizados, com o objetivo de promover a igualdade social (Lira; Alves, 2018). Nesse sentido, estabelecemos um diálogo transdisciplinar que engloba a teoria da Luta por Reconhecimento (Honneth, 2009), que enfatiza como os sujeitos e grupos sociais se inserem na sociedade por meio de uma luta intersubjetiva por reconhecimento quando enfrentam desrespeito. Além disso, consideramos os Estudos Surdos, que abrangem a dimensão educacional, bem como as narrativas de luta por preservar sua cultura e identidade (Quadros, 2019; Gesser, 2012; Perlin, 2016).

O corpus é constituído a partir de vídeos sinalizados em Língua Brasileira de Sinais - Libras na plataforma *YouTube*, com suporte em termos chave para busca e seleção de vídeos que foram produzidos e postados durante o período inicial da pandemia até o mês de realização da busca, ou seja, entre março/2020 e janeiro/2022. O termo utilizado foi: “desafios+surdos+pandemia+covid-19”. Com base em uma pesquisa de natureza social, nossa abordagem se enquadra na categoria de pesquisa qualitativo-interpretativa (Magalhães; Martins; Resende, 2017). Seguindo as diretrizes estabelecidas por esses autores, a pesquisa qualitativa tem como objetivo desvendar o significado das experiências e das percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa, enquanto o enfoque interpretativista concentra-se nas dinâmicas das ações sociais. Para orientar nossa metodologia, optamos por seguir os procedimentos recomendados por Pedrosa (2016; 2018) e Cunha (2021) dentro do contexto da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD).

A Análise Crítica do Discurso é textualmente orientada e conduz suas análises considerando as dimensões sociais, discursivas e linguísticas. Para abordar adequadamente o aspecto linguístico, optamos por empregar a Gramática Sistêmico-Funcional, que considera a linguagem no contexto social de seu uso (Fuzer; Cabral, 2014). Nesse trabalho, concentramo-nos especificamente no Sistema de Avaliatividade, que nos permitirá categorizar os recursos léxico-gramaticais utilizados nas avaliações (Vian Jr., 2010).

Portanto, neste capítulo, começaremos com esta introdução. Em seguida, forneceremos uma explicação detalhada dos fundamentos teóricos, incluindo a Análise Crítica do Discurso, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, a teoria da Luta por Reconhecimento e os Estudos Surdos. Após essa discussão teórica, abordaremos a metodologia que utilizamos para atingir os objetivos deste trabalho. Por fim, apresentaremos os resultados obtidos e realizaremos uma análise reflexiva sobre esses resultados.

Análise Crítica do discurso: uma teoria interessada pelas minorias

A Análise Crítica do Discurso teve sua origem no início da década de 1990, quando um grupo de linguistas se reuniram em Amsterdam. Este grupo inclui nomes como Norman Fairclough, Teun van Dijk, Gunther Kress, Teun van Leeuwen e Ruth Wodak, que desempenharam um papel fundamental na consolidação dos estudos críticos do discurso (Wodak, 2004; Pedrosa, 2005; 2012; 2016; Van Dijk, 2015; Wodak; Meyer, 2015; Melo, 2018). O termo “Análise Crítica do Discurso” está diretamente associado a Norman Fairclough, já que ele foi o primeiro a utilizá-lo em um artigo publicado em 1985, intitulado “*Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*” (Magalhães; Martins; Resende, 2017; Melo, 2018).

Ao adotarmos uma abordagem crítica do discurso, estamos, na verdade, explorando as dinâmicas da vida social. É essencial considerar as influências estruturais que moldam uma variedade de práticas sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. A aspiração por uma sociedade justa, igualdade de direitos e democracia é uma inevitabilidade para a pesquisa crítica. No entanto, para entender plenamente essas concepções, é crucial refletir sobre os contextos sócio-históricos de onde elas surgem, as conexões que as envolvem e como elas se mantêm ou evoluem ao longo do tempo. Isso nos capacita a realizar análises críticas de discursos (Pedrosa, 2005; 2008; Lira; Alves, 2018; Vieira; Macedo, 2018). Portanto, aplicar essa teoria aos estudos surdos nos proporciona uma valiosa perspectiva de leitura social.

Desde a sua consolidação, a ACD tem demonstrado um crescimento contínuo, servindo como uma abordagem transdisciplinar que abrange várias correntes de análise (Pedrosa, 2013). Dado que a ACD visa fornecer uma base teórica e metodológica para as análises sociais, apresentamos algumas vertentes europeias dessa abordagem. Primeiramente, há a abordagem dialético-relacional, que foi desenvolvida por Fairclough e propõe uma fusão entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Sociologia, adotando uma visão dialética do discurso. Outra vertente é a abordagem sociocognitiva, que envolve um diálogo entre a Linguística Textual e a Psicologia Social e ganhou destaque com o linguista holandês Teun van Dijk. Nessa perspectiva, a ênfase está na interconexão entre discurso, sociedade e cognição (Pedrosa, 2012; 2013; Melo, 2018).

Na América Latina, os estudos em Análise Crítica do Discurso foram disseminados por Teun van Dijk e desempenharam um papel importante na formação da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED) em 1995 (Vieira; Macedo, 2018). Dentre as várias correntes da ACD, destacamos o método sincrônico-diacrônico desenvolvido por Pardo (2017) na Argentina. De acordo com a autora, esse método

permite reconstruir representações sociais e discursivas presentes no próprio texto, por meio do mapeamento de categorias gramaticalizadas e semântico-discursivas (Pardo, 2017).

No Brasil, Izabel Magalhães propôs uma abordagem etnográfico-discursiva que conecta a análise textual às práticas sociais, combinando a ACD com a etnografia (Magalhães; Martins; Resende, 2017). Além disso, no Brasil, merece destaque a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD), cuja precursora é a Profa. Dra. Cleide Emília Faye Pedrosa (Pedrosa, 2012, 2013). Nos próximos tópicos, detalharemos os aspectos da ASCD, que será a abordagem utilizada em nossas análises.

Uma abordagem do Sul do Sul: uma contribuição decolonizadora nascida no nordeste brasileiro

Resende (2017; 2019) destaca que, ao adotarmos uma abordagem crítica do discurso e ao nos aproximarmos dos estudos decoloniais, é importante considerar três dimensões fundamentais. Primeiramente, devemos buscar a decolonização do saber, questionando a noção de um conhecimento universal e promovendo uma visão mais diversificada. Em segundo lugar, devemos decolonizar o poder da ação criativa, reconhecendo a importância das produções teóricas e metodológicas locais e evitando a imposição de conhecimento universalizante. Por fim, é essencial buscar a decolonização do ser, promovendo a integração de diferentes formas de saberes e perspectivas.

Portanto, em concordância com Resende (2017; 2019), no esforço de decolonizar o conhecimento e valorizar as contribuições locais, vamos nos concentrar em uma corrente específica da Análise Crítica do Discurso, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, desenvolvida no contexto brasileiro e nordestino (Sul do Sul) (Pedrosa, 2012; 2013; 2016; 2018).

Utilizando o conceito “Sul do Sul” conforme proposto por Pedrosa (2023), fazemos referência aos estudos de Santos (2018), que contemplam a reflexão sobre conhecimentos que foram negligenciados pela tradição eurocêntrica. Esse enfoque busca a revalorização das possibilidades epistêmicas originadas a partir de grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, esses grupos que foram previamente ignorados têm a oportunidade de participar ativamente na produção, validação e valorização de seus próprios conhecimentos, estabelecendo um diálogo igualitário de saberes (Santos, 2002; 2010; 2018).

O cerne da ASCD reside nas mudanças sociais e culturais, que são abordadas de maneira transdisciplinar. Essa abordagem não restringe a discussão sobre tais mudanças a uma área específica, mas a considera como parte integrante das várias áreas de estudo e de seus diálogos interdisciplinares na contemporaneidade (Pedrosa, 2012). Além disso, questões relacionadas aos tipos de poder, sujeitos e identidades desempenharam um papel central na ASCD, e a abordagem aprofundou-se nesses temas, fornecendo sua própria contextualização (Pedrosa, 2016; 2018).

Nesse sentido, a ASCD se baseia em diversas disciplinas, como Linguística, Gramática, Sociologia, Filosofia Social, Comunicação e Estudos Culturais (Pedrosa, 2012; 2013; 2016; 2018; Bessa, 2016). Para a elaboração deste trabalho, incorporamos uma teoria da Filosofia Social, a Luta por Reconhecimento, que tem sido objeto de um diálogo recente com a ASCD (Alves; Pedrosa, 2020; Oliveira, 2022; Pedrosa; Alves, 2022). No próximo segmento, detalharemos mais profundamente essa teoria.

As contribuições da Luta por Reconhecimento

Honneth (2009) aborda em sua teoria a questão de como os sujeitos e os grupos sociais se inserem na sociedade. Para esse estudioso, nas interações sociais, quando os sujeitos são desrespeitados, i.e., quando ocorre o conflito social, essa experiência de desrespeito social os leva a buscar o reconhecimento de sua identidade pessoal ou coletiva. Em outras palavras, os sujeitos lutam por reconhecimento nas suas relações intersubjetivas quando se sentem desrespeitados, com o objetivo de se integrarem na sociedade. O desrespeito a esse reconhecimento se dá por maus-tratos e violação (Honneth, 2009; 2013; Araújo Neto, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2020).

Há três maneiras de alcançar o reconhecimento: através do amor, do direito e da solidariedade. A busca pelo reconhecimento começa quando alguém experimenta o desrespeito em uma dessas formas. Portanto, indivíduos e grupos sociais só podem construir suas identidades, tanto individuais quanto coletivas, por meio do reconhecimento mútuo nas interações interpessoais (Honneth, 2009; Ventura, 2011). Abaixo, apresentaremos uma figura (Figura 1) que ilustra essas formas de reconhecimento e, em seguida, explicaremos cada uma delas em detalhes.



Figura 1 – Forma de Reconhecimento em Honneth (2009)

Fonte: Alves e Pedrosa (2020, p. 223).

Como previamente mencionado, de acordo com a teoria de Honneth (2009), quando os sujeitos enfrentam desrespeito em contextos relacionados ao amor, ao direito e à solidariedade, isso desencadeia uma luta por reconhecimento. Na representação apresentada acima (FIGURA 1), esclarecemos as três modalidades de reconhecimento e explicamos como cada uma delas se manifesta em suas respectivas esferas. Além disso, destacamos as diversas formas de desrespeito que ocorrem nas interações interpessoais e como essas experiências podem impactar a autopercepção dos sujeitos (Honneth, 2009; 2013; Araújo Neto, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2020).

Na primeira forma de reconhecimento, o amor, Honneth (2009) destaca que ela se desenvolve nas relações primárias, como as entre pais e filhos. Durante os estágios iniciais de carência e dependência, o sujeito busca cuidado e atenção do outro. Quando essa necessidade é atendida, ocorre o reconhecimento mútuo, contribuindo para a autoconfiança e servindo como base para todas as outras formas de autorrespeito. No entanto, a falta desse reconhecimento desencadeia a luta por reconhecimento, e experiências de desrespeito podem prejudicar a autoestima e o autorrespeito do sujeito (Honneth, 2009; 2013; Araújo Neto, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2020).

Na forma de reconhecimento do direito, o sujeito se vê como parte de uma comunidade ao ter seus direitos reconhecidos. Isso acontece quando todos obedecem à mesma lei e reconhecem a capacidade mútua de tomar decisões autônomas sobre

normas morais. Esse reconhecimento permite que eles tenham um relacionamento mais positivo consigo mesmos, o que é chamado de "autorrespeito". No contexto do direito, o desrespeito ocorre através da privação de direitos, ameaçando a integridade social do sujeito. Nas relações jurídicas, o sujeito busca o respeito cognitivo para lidar com a exclusão que enfrenta nas interações sociais (Honneth, 2009; 2013; Araújo Neto, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2020).

Na terceira dimensão do reconhecimento, que é a solidariedade, trata-se da aceitação mútua das características individuais, avaliadas com base nos valores da comunidade. Nas relações solidárias, vai além da tolerância, envolvendo um interesse afetivo pela singularidade do outro, o que contribui para a autoestima. Nesse contexto, o desrespeito ocorre sob a forma de degradação moral e ofensa, prejudicando a imagem positiva do sujeito. Assim, na comunidade de valores, o sujeito busca a estima social, na qual é respeitado por suas características particulares (Honneth, 2009; 2013; Araújo Neto, 2011; Ventura, 2011; Souza, 2020).

Em resumo, essas dinâmicas de reconhecimento se manifestam em três esferas: a emocional, que se desenvolve no contexto do amor e fortalece a autoconfiança; a social, que ocorre por meio de relações solidárias e promove a autoestima; e a jurídica, onde o sujeito compartilha igualdade de direitos com a sociedade, gerando o autorrespeito. Portanto, acreditamos que essa teoria será valiosa para compreendermos as lutas históricas da comunidade surda em busca de reconhecimento nas esferas do afeto, dos direitos e da solidariedade. Isso nos ajudará a contextualizar e analisar essas lutas ao longo do tempo.

Estudos Surdos: um olhar para o contexto cultural identitário

A educação dos surdos no Brasil, assim como em todo o mundo, apresenta paralelos notáveis com as experiências de diversas outras minorias que também foram vítimas de discriminação sistemática, privação de direitos e exclusão social. O ponto central dessas experiências compartilhadas é a discriminação decorrente da diferença, que frequentemente gera desconforto e estranheza entre aqueles que enfrentam desafios em abraçar a diversidade. Este cenário de discriminação transcende fronteiras, afetando múltiplas esferas da vida dessas minorias, abrangendo áreas políticas, sociais, culturais, econômicas e educacionais.

No entanto, um elemento marcante dessa discriminação, especialmente evidente no contexto da educação, é a privação sistemática do acesso a direitos fundamentais. Isso é particularmente notável no caso das pessoas surdas, que são frequentemente

privadas do acesso à sua língua materna, a língua de sinais. A privação da língua de sinais torna-se um exemplo vívido das barreiras enfrentadas pelas minorias, como os surdos, no acesso à educação e à plena participação na sociedade (Quadros, 2019; Perlin; Strobel, 2014; Fernandes; Reis, 2020).

Na educação dos surdos, inicialmente, três abordagens filosófico-educacionais foram adotadas: o gestualismo, que fazia uso de sinais e gestos; o oralismo, que enfatizava o uso da língua oral e desconsiderava a cultura e a sociedade surda; e o método combinado, que incorporava sinais, fala oral e leitura labial no processo educacional. Atualmente, a abordagem bilíngue, que reconhece a língua de sinais como a língua de instrução (L1) e a língua vernácula escrita como segunda língua (L2), é considerada eficaz para o ensino de surdos. Isso respeita a identidade linguística da comunidade surda e promove o seu desenvolvimento social e cultural (Lacerda, 1998; Gesser, 2012; Oliveira; Figueiredo, 2017).

Apesar dos avanços legais que reconhecem a importância da língua de sinais, as realidades enfrentadas pelos surdos ainda estão longe do ideal, podemos citar, no Brasil a Lei 10.436 (Brasil, 2002), na qual a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda; e o Decreto 5.626 (Brasil, 2005) que regulamenta esta lei e, insere a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia. Garantido, ainda, aos alunos surdos, escola bilíngue, a presença de intérpretes de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e atendimento educacional especializado (Brasil, 2005). Essa situação reflete desafios mais amplos enfrentados por minorias em sociedades dominadas por uma cultura majoritária. É fundamental compreender que as identidades de minorias, incluindo a identidade surda, são construídas por meio de experiências culturais únicas e práticas linguísticas distintas.

A cultura surda não é uma simples inversão da cultura ouvinte; ela é independente e merece ser respeitada e reconhecida como tal. A história cultural surda é uma resposta à necessidade de contar a história dos surdos sob sua própria perspectiva, rompendo com narrativas historicamente dominadas por vozes ouvintes. Através do movimento surdo, escolas, associações e outros meios, a cultura surda se afirma e se difunde, tendo a língua de sinais como uma característica central e valorizada na construção das identidades surdas (Castro Júnior, 2015; Perlin, 2016).

Portanto, estudar o Povo Surdo e outras minorias requer um profundo entendimento de suas culturas e comunidades. É essencial reconhecer a heterogeneidade das identidades dentro dessas minorias e rejeitar estereótipos que

perpetuam a marginalização. A luta pela inclusão e pelo reconhecimento pleno das identidades de minorias é uma questão crucial que ressoa com os princípios de equidade, diversidade e justiça social. É um desafio que exige o engajamento ativo de analistas críticos do discurso e defensores dos direitos das minorias, que buscam denunciar práticas de opressão e trabalhar em prol da igualdade e inclusão.

Procedimentos metodológicos

Dado que a presente pesquisa se baseia na Análise Crítica do Discurso, e, especificamente, na Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, que se situa na interseção entre os aspectos linguísticos e sociais (Pedrosa, 2018), e considerando os Estudos Surdos e a teoria da Luta por Reconhecimento como nossos referenciais teóricos, nosso enfoque de análise se pautará em uma abordagem qualitativo-interpretativista.

Essa metodologia, amplamente utilizada em pesquisas de ACD, tem como objetivo primordial desvelar aspectos do mundo social. A componente qualitativa busca revelar os eventos no contexto social, enquanto a perspectiva interpretativista atribui significado às ações sociais vivenciadas pelos participantes da pesquisa (Magalhães; Martins; Resende, 2017; Nunes, 2021).

Assim delineado nosso arcabouço metodológico, adotaremos os procedimentos orientados por Pedrosa (2016) na ASCD, através de uma atualização apresentada por Cunha (2021). A propositura apresenta quatro passos, aqui adaptados, que serão nosso guia no percurso de pesquisa: 1º Passo: Produzir reflexões preliminares estabelecendo um problema social com base na projeção dos objetivos da pesquisa; 2º Passo: Definir estratégias reconhecendo interfaces interdisciplinares para eleição das categorias analíticas; 3º Passo: Promover diálogos para identificarmos sentidos às questões sociais, vinculando as discursividades às suas diversas semioses materializadas; 4º Passo: Realizar uma espécie de pós-análise ou reflexão final sobre o trabalho onde o desafio do pesquisador é lançar um novo olhar sobre o problema social estudado, propondo o início de um processo de mudança para superação ou diminuição da questão em pauta.

Como nossa proposta é analisar criticamente os discursos do Povo Surdo, em relação aos desafios enfrentados durante a pandemia covid-19, o *corpus* foi constituído a partir do de vídeos sinalizados em Libras na plataforma *YouTube*. Justificamos a escolha por consideramos que a plataforma virtual *YouTube* tem sido utilizada em larga escala pelo Povo Surdo no Brasil, como meio de comunicação e inclusive de luta por reconhecimento. Assim, elegemos essa plataforma digital como o ambiente virtual

fonte para construirmos e constituirmos o *corpus* desta pesquisa. Diante do grande número de vídeos encontrados, utilizamos dois critérios para seleção: vídeos que tivessem registro acima de 100 (cem) visualizações e vídeos que contemplassem o protagonismo do discurso dos Surdos utilizando como forma de comunicação a Libras.

Percorridas as etapas de seleção dos vídeos, por questões metodológicas, foram feitos recortes correspondentes a fragmentos dos discursos dos Surdos que participaram com protagonismo em *lives* promovidas por instituições educacionais, sob o único critério de atender aos objetivos da pesquisa. Em seguida, o procedimento foi a tradução dos fragmentos pronunciados em Libras para a língua portuguesa na modalidade escrita e dessa forma constituir o *corpus*. A tradução feita foi validada por um profissional tradutor-intérprete de Libras/Língua Portuguesa.

Dessa forma, no processo de tradução interlinguístico e intersemiótico empregado, com base nos pressupostos de Jakobson (1995); Rodrigues (2018) e Segala (2010), consideramos a gramática da língua fonte (Libras) e da língua alvo (Português Brasileiro escrito), utilizando estratégias mentais com o objetivo de transpor as especificidades culturais, levando em conta os significados, ou seja, a tradução do sentido. Por fim, dez vídeos foram selecionados para constituir o *corpus* da pesquisa, neste capítulo apresentados em forma de fragmentos, assim codificados: N° do Fragmento / Sigla da Instituição/ Data da publicação no formato MÊS-ANO.

A metodologia da ACD adota uma abordagem que visa dar visibilidade aos discursos de grupos minoritários, conduzindo uma análise social que se fundamenta na análise textual, entre categorias que vão do linguístico ao social. O grande desafio então é estabelecer ligação entre práticas discursivas e práticas sociais. Para realizar essa análise, a ACD utiliza a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (Halliday, 2004; Gouveia, 2009; 2022; Fuzer; Cabral, 2014) como base teórica e recorre à Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) (Martin; White, 2005; Souza; Silveira, 2020) em suas investigações. A seguir, aprofundaremos nossa compreensão dessas duas abordagens, a LSF e a GSF, a fim de elucidar essa metodologia.

Percurso linguístico: a Gramática Sistêmico-Funcional

A Análise Crítica do Discurso, que utiliza em sua abordagem uma análise de discurso textualmente orientada, se debruça sobre a relação intrincada entre discurso e sociedade. A ACD se destaca por sua atenção às relações estruturais que permeiam o discurso, incluindo aquelas que frequentemente estão encobertas e que envolvem questões de discriminação, poder e opressão (Fairclough, 2001; Vieira; Macedo, 2018).

A base teórica da ACD incorpora elementos da Linguística Sistêmico-Funcional, que se preocupa em compreender como a linguagem atende às necessidades humanas e se concentra na linguagem em uso (Halliday, 2004; Gouveia, 2009; 2022; Fuzer; Cabral, 2014). Fairclough (2001) utiliza diversas categorias analíticas provenientes da LSF, contribuindo para a construção da teoria do funcionamento social da linguagem na ACD (Resende, 2017).

As três metafunções da linguagem presentes na Linguística Sistêmico-Funcional - ideacional, interpessoal e textual - são reinterpretadas na Análise Crítica do Discurso, como proposto por Fairclough (2001). A metafunção ideacional lida com o uso da linguagem para narrar experiências e expressar pensamentos, a metafunção interpessoal aborda as interações entre pessoas, enquanto a metafunção textual diz respeito à organização das ideias utilizando as estruturas linguísticas disponíveis. Importante notar que, embora essas metafunções estejam sempre presentes no discurso, a análise destaca aquela que prevalece em um determinado contexto (Gonçalves-Segundo, 2014; Bessa, 2016).

Para a análise neste estudo, adotaremos a Gramática Sistêmico-Funcional, que examina a linguagem em uso no contexto social (Fuzer; Cabral, 2014). No âmbito da GSF, focaremos no Sistema de Avaliatividade, inserido na metafunção interpessoal, uma vez que esse sistema regula as relações do sujeito do discurso com os outros e sua própria interação. Dentro do Sistema de Avaliatividade, utilizaremos o subsistema de Atitude, que engloba recursos léxico-gramaticais relacionados à expressão de emoção (Afeto), o julgamento sobre o caráter e a conduta das pessoas (Julgamento) e a atribuição de valores a objetos e ideias (Apreciação) (Almeida, 2010; 2018; Vian Jr., 2010; Florek; Cabral, 2021).

Neste tópico, exploramos a metodologia da Análise Crítica do Discurso, que se baseia na relação dinâmica entre discurso e sociedade. Além disso, destacamos a influência da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) na ACD e como as metafunções da linguagem são recontextualizadas. Introduzimos também o uso da Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) e do Sistema de Avaliatividade, que será aplicado em nossas análises posteriores. Agora, avançaremos para as análises e reflexões com base nessa estrutura metodológica.

Pauta de luta por reconhecimento do Povo Surdo em contexto pandêmico

Fragmento 01: FRAG01/UFBA/MAI-2020: “Nesse momento de isolamento, como eu, surdo que moro sozinho, vou fazer se começar a sentir os sintomas do coronavírus? Como serei atendido, será que posso mandar whatsapp? Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele”.

No mês de maio/2020 os índices registrados de casos de covid no Brasil chegavam ao patamar de 100mil e o número de óbitos por dia¹ ultrapassava 400, muitas pessoas perdiam a vida antes mesmo de serem atendidas em unidades de saúde, a superlotação aumentava e as dificuldades para o acesso aos serviços de saúde ficavam ainda mais complicadas em todo país, principalmente para os grupos vulneráveis.

Dentro desse contexto, o FRAG01/UFBA/MAI-2020 da *live* intitulada “Dificuldades enfrentadas pela pessoa surda em situação de Pandemia”, revela a materialização da prática discursiva na forma da linguagem (Fairclough, 2001), nesse caso, registrada em língua de sinais, em um contexto que aborda um problema social - “Esse é um grande problema que precisamos pensar sobre ele” - do ser Surdo vivenciando o contexto pandêmico de forma diferente. “Diferente porque se comunica e se relaciona com o mundo de forma diferente do ouvinte. É outra cultura, outra forma de ver e compreender o contexto ao seu redor” (Franco, 2014, p. 62).

Ao mesmo tempo que demarca a identidade e o problema social do Povo Surdo em um momento de crise mundial na saúde, o FRAG01/UFBA/MAI-2020 demonstra sua preocupação “*como vou fazer? [...] como serei atendido?*”, traz ao debate público a situação de privação do Povo Surdo aos seus direitos fundamentais, revela a consciência do reconhecimento denegado, por meio de experiências vivenciadas de forma negativa, ou seja, temos o registro de “quando os atores sociais sofrem de maneira visível com a falta da autorrelação prática” que se configura no acesso aos direitos e garantias fundamentais de todos os seres humanos (Honneth, 2009, p. 197). O discurso em pauta revela a consciência de que a língua de sinais não é utilizada nos

¹ O número de casos diários e mortes por COVID-19 pode ser acessado em: <https://covid.saude.gov.br/> e em: <https://www.tudocelular.com/tech/noticias/n154352/coronavirus-brasil-mundo-relatorio-covid-19.html>. Acesso em: 03 nov. 2022.

serviços de saúde, por ser língua minoritária, embora não tenha sido explicitamente dito, está implicitamente pressuposto em seus questionamentos.

Nessa formulação, podemos também estabelecer, com base no Sistema da Avaliatividade (Vian Jr., 2010), especificamente no subsistema atitude, que no FRAG01/UFBA/MAI-2020, as emoções são registradas no que se refere ao campo semântico do afeto, de forma negativa. Revela preocupação, insatisfação e insegurança em relação à situação de isolamento social (por morar sozinho e por comunicar-se em uma língua minoritária) no contexto pandêmico. No campo da apreciação, a categorização é também negativa “*Como eu vou fazer?*”, “*Como serei atendido...*” revela que a língua de sinais não tem prestígio, não tem valor social, a maioria das pessoas não se comunica em Libras, logo, o ator social sabe que terá problemas para estabelecer a comunicação no caso de precisar de atendimento nos serviços de saúde.

Fragmento 2: FRAG02/UFSCAR-DEZ/2020: “Não há garantia de acesso completo às informações, seja na internet, por meio dos textos lidos, pela ausência da janela de interpretação. E ainda acham que a legenda na TV garante o acesso. Sabemos que existem lacunas e essas intempéries causam nos surdos irritabilidade e estresse”.

Acionamos o Sistema de Avaliatividade na categoria da atitude, destacando o afeto que corresponde à construção das emoções (bons ou maus sentimentos) dos atores sociais (Vian Jr., 2010). O trecho “*essas intempéries causam nos surdos irritabilidade e estresse*” denota situação de aflição, infelicidade, insatisfação e insegurança. Recorremos também à subcategoria julgamento que descrevem os sentimentos vivenciados pelos atores sociais, para analisarmos o trecho: “*E ainda acham que a legenda na TV garante o acesso*”, caracterizando o comportamento de sanção social, reprovando a atitude das pessoas ouvintes que não respeitam o direito à acessibilidade do Povo Surdo por meio da língua de sinais e disponibilizam a legenda automática nos programas de televisão como forma de acessibilidade.

Em “*Sabemos que existem lacunas*”, podemos estabelecer um diálogo entre o discurso da prática social dos atores sociais Surdos, que aqui destacam a questão linguística, com a teoria de Honneth (2009): “a forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade enraizada nas estruturas da língua”; sendo assim, para que se efetive “a reprodução da vida social, a busca da compreensão mútua graças a língua, representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo”

(Honneth, 2009, p. 538). Logo, se existem lacunas e “*não há garantia de acesso completo às informações*”, verificamos a denegação dos direitos linguísticos do Povo Surdo.

Fragmento 3: FRAG03/UFAL/MAR-2021: “*Imagine a importância que há nas informações, e o surdo precisar pedir a um parente para explicar os fatos que passam na TV, isso é ruim, é chato. Não foi respeitado na pandemia*”.

O mês de março/2021 foi assinalado como um dos meses mais fatais da pandemia no Brasil. O processo de vacinação para covid-19 acontecia de forma lenta nas aplicações, recebendo a primeira dose os profissionais de saúde, idosos e pessoas com comorbidades. Nesse cenário que mudou significativamente a rotina das pessoas em todo o mundo, as informações transmitidas pelas diversas mídias desempenharam papel crucial para a compreensão do contexto vivenciado.

Diante desse panorama, por meio do seu discurso o Ator Social Surdo, utiliza em seu discurso, um argumento reflexivo: a LSF por meio do Sistema de Avaliatividade, do subsistema atitude (campo semântico do afeto), nos permite realizar as análises além do significado tradicional do termo “afeto”, pois a proposta aborda não apenas os meios pelos quais os falantes codificam abertamente o que eles apresentam como suas próprias atitudes, além disso, permite acessar aqueles meios pelos quais eles ativam indiretamente posturas avaliativas e posicionam os leitores para operacionalizar suas próprias avaliações (Gomes, 2020).

O trecho “*Imagine a importância que há nas informações*” propõe que formemos uma imagem mental sobre a relevância das informações naquele momento pandêmico. Além disso, sugere que avaliemos a situação vivenciada pelo Povo Surdo: “*e o surdo precisar pedir a um parente para explicar os fatos*”. Dessa forma, somos direcionados a sair da zona de conforto enquanto ouvintes, para projetarmos mentalmente a realidade do Povo Surdo, sem acesso às informações, na dependência “*de um parente para explicar os fatos*”. Comumente, a maioria das pessoas ouvintes não elabora essa reflexão espontaneamente, em movimento de alteridade.

Em seguida, a *expressão direta do seu sentimento*: “*isso é ruim, é chato*”. Revela incômodo, insatisfação, infelicidade, sentimentos negativos. E ainda na continuidade do mesmo fragmento: “*Não foi respeitado na pandemia*”, uma denúncia é feita, o Povo Surdo e a língua de sinais não foram considerados. Coerente com nossa inserção em pesquisa crítica, não procedemos as análises com uma proposta exclusivamente

científica da linguagem, assumimos uma postura de engajamento visando contribuir com a exposição e combate de situações opressoras do Povo Surdo.

Em consonância com os compromissos da ACD/ASCD, registramos a denúncia do descumprimento da Lei 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida que em seu Artigo 19, determina: “os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinas ou outra subtítuloção” (Brasil/2002, Lei 10.098). Esta infração ao estatuto legal, impactou negativamente e causou prejuízos ao Povo Surdo, conforme confirmado nos fragmentos constantes desta pesquisa.

Considerações finais

Em consonância com as pesquisas em ACD/ASCD concebemos a linguagem como prática social que emerge da relação dialética entre um evento discursivo particular e as situações, instituições e estruturas sociais em que estão inseridas, ou seja, considera essencial o contexto de uso da linguagem em que está inserido o discurso, tanto na fala, quanto na escrita (Wodak, 2004). Desse modo, por compreender o texto como uma construção discursiva foi essencial para as análises, tendo como ferramenta as marcas nos discursos observados, a ASCD, à semelhança da corrente dialético-relacional, tem preferência em trabalhar com as categorias analíticas baseadas na Análise Discursiva Textualmente Orientada – ADTO (Pedrosa, 2012; 2013; Cunha, 2021).

Logo, para alcançar as respostas à problemática da pesquisa, firmamos o empreendimento das análises com a concepção de linguagem como prática social, o que permitiu o entrelaçamento entre os aspectos discursivos, sociais e as respectivas teorias basilares, evidenciando afinamento analítico com a ASCD que preza pelo empenho dos pesquisadores em estabelecer conexões entre a linguagem e a estrutura social (Pedrosa, 2018).

Evidenciamos, por meio dos discursos dos Atores Sociais Surdos, a denegação dos direitos à acessibilidade comunicacional, resultando no desrespeito à diversidade linguística e cultural do Povo Surdo. Observamos uma patologia social (Honneth, 2009), visto que as experiências de desrespeito e sofrimento dos Atores Sociais Surdos revelam uma deformação na práxis humana, ou seja, quando as relações sociais estão marcadas pelas desigualdades e mantidas pelo poder hegemônico, no caso, o poder da maioria ouvinte e da língua majoritária do país.

A falta de acessibilidade às informações e orientações sobre a situação pandêmica, acirraram as dificuldades de comunicação dos Atores Sociais Surdos pelo descumprimento das leis de acessibilidade, potencializando os desafios comunicacionais do Povo Surdo em tempos de crise sanitária mundial. Segundo esses estatutos jurídicos vigentes no Brasil, a veiculação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e de imagens deve contemplar o uso da língua de sinais e assegurar a acessibilidade comunicacional do Povo Surdo.

Diante da privação de direitos, os Atores Sociais Surdos foram excluídos à medida em que sua língua natural de modalidade visual motora foi esquecida. Ficou nitidamente constatado pela discursividade que para o enfrentamento dos desafios de acessibilidade comunicacional dos Atores Sociais Surdos durante a pandemia da covid-19, as formas de reconhecimento ativadas estão vinculadas ao desrespeito, privação de direitos e exclusão na esfera das relações jurídicas.

Referências

- ALMEIDA, F. A. S. D. P. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 99-112.
- ALMEIDA, F. A. S. D. P. Comentários em blogs de professores de inglês: uma análise do sistema de Avaliatividade. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/38992>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- ALVES, J. B.; PEDROSA, C. E. F. Temática do ENEM 2017 e seu marco histórico: análise crítica dos discursos dos simpatizantes pela causa surda. **Revista Espaço**, [S. l.], n. 53, p. 215-235, jan./jun. 2020a. ISSN: 2525-6203. DOI: <http://dx.doi.org/10.20395/re.v0i53.655> Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/655/704>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ARAÚJO NETO, J. A. C. de. A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth. **Argumentos**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 139-147, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/4434>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- BESSA, D. Análise de Discurso crítica: história e perspectiva. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. São Paulo: Pontes, 2016. p. 115-142.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 06 jan. 2019.

CASTRO JÚNIOR, G. de. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. In: ALMEIDA, W. G. (Org). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 11-26.

CUNHA, J. P. L. **“KD O PAI DESSA CRIANÇA?!”**: Uma abordagem sociológica e comunicacional do discurso de atores sociais pais de crianças com síndrome de down. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, J. M.; REIS, I. F. A história da educação de surdos: uma relação com os aspectos da semiótica de Peirce. **Revista Educação Especial em Debate**, Vitória, v. 5, n. 9, p. 21-37, 2020.

FLOREK, C. S.; CABRAL, S. R. S. Avaliatividade verbal e visual em textos que divulgam pesquisas de opinião pública. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-31, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/yp6tnK3mFBxLStRLm6RNRsK/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FRANCO, T. **Bullying contra Surdos**. A manifestação silenciosa da resiliência. Curitiba: Editora Appris, 2014.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GOMES, I. C. **O subsistema de atitude no discurso de cinco professoras de letras que atuam fora da área específica de formação em Catalão-GO**. 2020. 147p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, GO, 2020.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. O papel da Avaliatividade na construção da polêmica: uma abordagem semântico-discursiva das cartas do leitor acerca do falecimento de Hugo Chávez. **Revista Metalinguagens**, São Paulo, n. 1, p. 9-28, 2014.

GOUVEIA, C. A. M. Entrevista. Entrevista realizada por Vania Lúcia Rodrigues Dutra e Sara Regina Scotta Cabral. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 56, p. 412-418, maio/ago. 2022. DOI:

<https://doi.org/10.12957/matraga.2022.67119>.

- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, 2009.
- HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Revisão de Christian Matthias Ingemar Martin Matthiessen. 3 ed. London: Edward Arnold, 2004.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HONNETH, A. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 56-80, 2013.
- JAKOBSON, R. Os aspectos linguísticos da tradução. 20. ed. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- LACERDA, C. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 46, n. 19, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfr68rsh4FkNNKyr/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- LIRA, L. C. E.; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Org). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 104-122.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UnB, 2017.
- MARTIN, J.; WHITE, P. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York: Palgrave, 2005.
- MELO, I. F. de. História da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.
- NUNES, M. S. C. **Metodologia universitária em 3 tempos**. São Cristóvão: Editora UFS, 2021.
- OLIVEIRA, A. A. de. **“Esse descaso vai continuar?” as lutas por reconhecimento de um povo**: uma análise sociológica e comunicacional do discurso do povo surdo durante a pandemia. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2022.
- OLIVEIRA, Q. M. de; FIGUEIREDO, F. J. Q. de. Educação dos surdos no Brasil: Um percurso histórico e novas perspectivas. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 173-196, 2017.
- PARDO, M. L. O método sincrônico-diacrônico para análise de textos e a teoria dos deslocamentos. In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 173-197.
- PEDROSA, C. E. F. **Abordagem Sociológica e Comunicacional Do Discurso (ASCD)**: uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: <http://ascd.com.br/v1/>. Acesso em: 7 set. 2021.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso do Sul do Sul: das hipóteses da socioanálise às hipóteses de uma análise linguístico-sociodiscursiva de narrativas de vida de grupos minoritarizados. **Revista Philologus**, ano 29, n. 87, p. 21-42, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1487>.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, C.; BESSA, D.; PEREIRA, A. S. (Orgs.). **Estudos linguísticos e formação docente**. São Paulo: Pontes, 2016. p. 69-100.

PEDROSA, C. E. F. Análise Crítica do Discurso no PPGL: pesquisas e contribuições sociais. In: RAMALHO, C. B.; LIMA, G. de O. S. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Literários**: Edição comemorativa 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. Aracaju: Criação, 2018. p. 153-178.

PEDROSA, C. E. F. **Análise crítica do discurso**: do linguístico ao social no gênero midiático (interface: letras e comunicação social). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PEDROSA, C. E. F. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. In: IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 03, 2005, p. 43-68. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Acesso em: 7 set. 2021.

PEDROSA, C. E. F. As identidades individuais, os sujeitos e seus discursos: um estudo a partir da abordagem sociológica e comunicacional do discurso. In: VII SIGET- Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais. **Anais [...]**, Fortaleza: Ceará, setembro, 2013.

PEDROSA, C. E. F.; ALVES, J. B. “Luta por reconhecimento”: análise crítica dos discursos do Povo Surdo sobre a temática do ENEM 2017. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 7, p. 1-36, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v7.70195>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/70195>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73.

PERLIN, G.; STROBEL, K. L. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 17-31, 2014.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

RESENDE, V. de M. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**: por perspectivas latino-americanas. Conferência apresentada no XII Congresso Internacional da ALED. Universidad Católica, Santiago do Chile, 18 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322835373_decolonizar_os_estudos_criticos_do_discurso_por_perspectivas_latino-americanas. Acesso em: 29 set. 2021.

RESENDE, V. de M. Perspectiva latino-americana para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. de M. (Org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. São Paulo: Pontes, 2019. p. 19-46.

RODRIGUES, C. H. Translation and signed language: highlighting the visual-gestural modality. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, SC, v. 38, n. 2, p. 294-319, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294>. Acesso em: 26 abr. 2022.

- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. de S. Introducción a las epistemologías del Sur. In: SANTOS, B. de S. et al. **Epistemologías del Sur**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, 2018. p. 25-61.
- SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 273-280, 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Trindade, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94582/283099.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- SOUZA, M. C. de. A lógica da reprodução da estrutura social por meio da luta por reconhecimento em Axel Honneth. **Revista Sinais**, Vitória, v. 1, n. 24, p. 137-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28814>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- SOUZA, V. F. de; SILVEIRA, F. B. R. Linguística sistêmico-funcional: aspectos teóricos e práticos. In: LIMA, A. H. V.; PITA, J. R.; SOARES, M. E. (Orgs.). **Linguística aplicada**: os conceitos que todos precisam conhecer. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 319-351.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2015.
- VENTURA, T. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/12.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- VIAN JR., O. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., O.; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. A. S. D. P. (Orgs.). **A linguagem da avaliação em língua portuguesa**. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 19-29.
- VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Orgs.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., 2004, p. 223-243.
- WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.) **Methods of critical discourse analysis**. 3. ed. Londres: Sage, 2015. p. 1-22.

#EuNãoDeixoPassar: denúncia de violência contra a mulher no *Twitter* à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira*

Danielle Brito da Cunha**

Considerações Iniciais

A violência contra a mulher, popularmente conhecida durante muitas décadas como “violência doméstica”, compõe um dos indicadores mais assustadores no Brasil, tendo em vista o vertiginoso número de denúncias provenientes de vítimas que sofreram agressões diversas. Nesse sentido, ainda que se comprove a existência de políticas públicas e leis voltadas para os direitos femininos, temos ciência das lacunas e da pouca efetividade destas, merecendo, assim, uma atenção especial, principalmente após os índices herdados do contexto pandêmico da COVID-19.

Partindo dessa premissa, este trabalho tem como objetivo analisar os discursos veiculados no *Twitter*, mais especificamente na campanha #EuNaoDeixoPassar. Para isso, nos ancoramos teoricamente nos pressupostos da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, com ênfase no arcabouço teórico de Pedrosa (2012; 2014) e de Meira (2016). Além disso, as teorias feministas são de extrema relevância para a discussão. No que tange aos aspectos metodológicos, convém pontuar que o *corpus* é composto de dois *twetts*, veiculados no período da pandemia COVID-19. Estes, foram

* Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN). É docente Classe III, Nível IV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Assu. É membro do Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas, Linguagens e Ensino (PRADILE). Centra foco nos estudos da Linguística Aplicada, com ênfase em feminismo, questões identitárias, mudanças socioculturais e mídia, sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional. E-mail: guianezzasaraiva@uern.br

** Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN). Tem como principais interesses os estudos da Linguística Aplicada, com ênfase em feminismo, questões identitárias, mudanças socioculturais e mídia, sob a perspectiva do Círculo de Bakhtin, da Análise Crítica do Discurso e da Gramática Sistêmico-Funcional. Colabora como parecerista ad hoc para a Revista *ContraCorrente*. Atualmente, atua como secretária da Câmara Superior no Conselho Estadual da Educação do Rio grande do Norte e professora na rede municipal de Natal/RN. E-mail: professoradanibrito@gmail.com

selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos, dentre os quais se destaca a notoriedade dos posts, depreendida a partir dos comentários e do número de *retweets* na referida rede social.

Quanto aos resultados, convém pontuar, brevemente, que as mídias digitais exercem um importante papel no processo de combate à violência contra a mulher. Os sites, bem como as contas em redes sociais, foram cruciais para a expansão desse anseio, haja vista funcionarem como veículo de denúncias e de informação sobre as políticas públicas que visam à proteção das mulheres vítimas de agressões. Pesquisas na área, autoridades no assunto, ampla repercussão de casos são fatores que ratificam a importância de insistir nesta pauta, justificando, pois, mais um trabalho na vertente do Feminismo Plural.

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: gênese, desdobramentos e perspectivas teóricas

A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso – ASCD – tem seu nascedouro na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade Federal de Sergipe, mais especificamente no Grupo de Pesquisa GETED – Grupo de Estudos do Texto e do Discurso –, sob a premissa de contribuir com as discussões da Análise Crítica do Discurso, uma teoria-método que vem se destacando no Brasil desde 2001, a partir da tradução da obra *Discourse and social change* – Discurso e Mudança Social –, de Norman Fairclough, pela professora Dra. Isabel Magalhães (UnB).

Desde então, inúmeros pesquisadores passaram a contemplar a Análise Crítica do Discurso como vertente teórica para analisar discursos que circulam nas mais diversas práticas sociais, com foco nas minorias, nos discursos institucionais – Escola, Família, Igreja, Estado, Forças Armadas –, nos discursos que versem sobre a fragmentação de indivíduos marginalizados, segregados e vítimas de preconceito. Em linhas gerais, aspectos sociais e discursos amplamente disseminados nas mídias, se configuram, certamente, como um objeto de estudo da Análise Crítica do Discurso.

Retornando à discussão da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, Meira (2016) explica que

[...] o desenvolvimento de uma nova abordagem não tem como finalidade indicar a insuficiência de teorias já existentes; pelo contrário, sabemos que a Análise Crítica do Discurso abarca uma gama de estudiosos, com objetos de estudos distintos e relevantes acadêmica e socialmente. Contudo, para os estudiosos da

Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso fazer pesquisa é buscar novas possibilidades de análises; é combinar teorias já existentes; é expandir e contribuir com os estudos discursivos e, acima de tudo, comprovar que, ao analisar o discurso, podemos verificar tanto a materialidade linguística quanto o respaldo social e comunicacional deste (Meira, 2016, p. 35).

Como se pode ver, a ASCD também assume o viés transdisciplinar, ou seja, inúmeras Áreas do Conhecimento poderão dar o sustentáculo teórico no momento em que se analisa um dado discurso. Este trabalho, por exemplo, contempla a Sociologia, a História e a Teoria da Comunicação, compilando conceitos, autores e contribuições para os Estudos da Linguagem. Ademais, as relações de poder continuam protagonizando as discussões no âmbito do discurso e, neste capítulo, também recorreremos a esta categoria analítica.

A fim de constatar que as teorias em pauta são convergentes, é pertinente destacar que um dos conceitos fundamentais para a Análise Crítica do Discurso é o de mudança social, assim como também é para a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Essencial para a compreensão das gerações, a mudança social analisa fatores como costumes, comportamentos e heranças históricas e culturais. Para Sztompka (2005),

[...] tudo que acontece em uma sociedade do presente deve ser visto como um produto complexo e acumulado de tudo que vem ocorrendo desde a origem da humanidade, resultado da totalidade da história humana. Em outro nível, o que uma determinada comunidade local apresenta agora é uma cristalização de todos os eventos ocorridos desde a sua origem. Quem eu sou agora é o resultado de todas as minhas experiências passadas, de minha biografia completa (Sztompka, 2005, p. 116).

Em outras palavras, o legado da nossa origem, da nossa herança cultural, é imprescindível para o processo de construção do nosso povo e para a fragmentação das identidades individuais e coletivas. Assim, o que somos, como nos projetamos, com quem nos relacionamos são reflexos, direta e indiretamente, das influências recebidas dos nossos antepassados e que, conseqüentemente, exerceremos nas futuras gerações.

Nessa conjuntura, as mudanças sociais são imprescindíveis para a construção de uma sociedade, embora seja consensual que neste processo existam conotações positivas e negativas. De um lado, temos a fragmentação do eu, a possibilidade de vivenciar o novo; do outro, vê-se a busca desenfreada para se encaixar nos moldes

comportamentais disseminados pela mídia, que implicam, costumeiramente, em crises existenciais e reflexões sobre o nosso papel no mundo.

Ainda sobre a concepção de mudança social, Del Priore (2013) defende a dicotomia **Permanências e Rupturas**. Meira (2019, p. 6), em consonância com os pressupostos da autora supracitada, afirma que “há avanços na concessão de direitos femininos, embora eles não sejam, efetivamente, aplicados na sociedade”. Em outras palavras, no universo feminino percebe-se, nitidamente, as permanências, quando as mulheres tentam, a todo custo, se enquadrar nos moldes impostos socialmente para os papéis de mãe, de esposa e de dona de casa; e, as rupturas, quando, por exemplo, a mulher decide ser mãe solo ou investir na carreira profissional.

Ao correlacionarmos a dicotomia - permanências e rupturas -, defendida por Del Priore (2013), enxergamos que esta se assemelha aos conceitos idealizados por Sztompka (2005): tradição e mudança social, respectivamente. Isso nos faz crer que, mesmo as bases epistemológicas sendo distintas, há um ponto de confluência, que, por sua vez, norteia as análises dos *tweets* neste trabalho, conforme veremos adiante.

Acerca da noção de poder, nos voltamos para os preceitos de Dijk (2008). Para ele, o poder social é definido em termos de controle, tendo em vista que determinados grupos exercerem controle sobre as ações, atitudes e a forma de pensar dos membros de outros grupos. Na visão de Dijk (2008), para que esse controle ocorra, “alguns fatores se sobressaem, dentre eles: força, dinheiro, *status*, fama, conhecimento, informação, ‘cultura’ ou, na verdade, várias formas públicas de comunicação e discurso” (Meira, 2016, p. 62). Frisamos ainda, que o poder não é absoluto. Logo, os grupos podem exercer maior ou menor controle sobre outros grupos ou simplesmente controlá-los em situações específicas.

Violência contra a mulher: a sanção de leis nos basta?

Xingamentos, safanões, humilhação, medo, vergonha e silenciamentos são expressões de grande representatividade semântica quando a pauta é a violência contra a mulher. Tal problemática nos incita ao questionamento: Por que os índices de violência doméstica continuam avançando, embora existam leis e políticas públicas que garantam os direitos femininos?

A priori, é basilar pontuar que, embora inúmeras pesquisas tenham sido desenvolvidas contemplando os direitos femininos, dentre as quais ressaltamos a de Cunha (2015) e a de Meira (2016), tal reflexão nos parece indicar que há, aí, uma pergunta retórica, isto é, sem uma resposta exata, precisa, correta. Nesse sentido, as discussões

sobre o patriarcado, o conservadorismo social, a violência contra a mulher, o feminicídio e a prática da perseguição – *Stalking* – parecem estar longe de findar.

Em virtude disso, esmiuçar as leis brasileiras supracitadas torna-se crucial, haja vista a compreensão das semelhanças e das diferenças delas nos levem a enxergar as lacunas persistentes, conduzindo-nos à busca por alternativas que minimizem a violação desses direitos. Vejamos, então, o quadro-resumo:

Quadro 1 - Leis de proteção às mulheres e suas implicações

| Lei/Direito Feminino | Definição | Implicações sociais |
|-----------------------------|---|--|
| Lei Maria da Penha | Sancionada em 2006, tem como premissa coibir agressões verbais, físicas, patrimoniais e psicológicas. | Estímulo à denúncia, a fim de garantir as liberdades individuais das mulheres, em todos os contextos sociais. É pertinente frisar os avanços paulatinos da lei, como o cumprimento de pena em regime fechado, a tipificação do crime como inafiançável, na maioria dos casos, e a criação de projetos de lei que inviabilizem a assunção em cargos públicos. |
| Lei do Feminicídio | Sancionada em 2015, a lei foi implementada na tentativa de cessar os homicídios. | Julgamento diferenciado caso se constate o crime de Feminicídio e, conseqüentemente, aplicação de penas mais rígidas. Com o desígnio de intimidar ações agressoras, as medidas protetivas têm sido uma forte aliada. Convém pontuar que as mídias impressas, televisivas e digitais têm exercido um papel importante no processo de informação e divulgação de casos de Feminicídio. |
| Lei do <i>Stalking</i> | Sancionada em 2021, tem como objetivo inibir a prática de perseguição persistente. | Garantir as liberdades individuais, o direito à escolha do estilo de vida, o direito de ir e vir, como também o direito à privacidade. A nova lei viabiliza, ainda, o direito ao NÃO, o direito sobre o próprio corpo, além do poder de definir sobre o fim do relacionamento. |

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Meira (2016).

Como se pode ver, as leis de proteção às mulheres simbolizam um avanço significativo em nossa sociedade. Embora ainda constatemos fortes resquícios de patriarcalismo e de conservadorismo social, algumas ações foram essenciais para a (sobre)vivência da mulher, dentre as quais podemos ressaltar o Disk Denúncia, o Exame de Corpo de Delito, a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e a concessão do auxílio-aluguel a vítimas de violência.

É fato que tais iniciativas simbolizam um histórico de lutas no combate à violência contra a mulher. Sobre isso, Del Priore (2020, p.140, grifos nossos), explica que

[...] entre um século e outro, o Brasil viveu uma ascensão da classe média e assistiu a um crescimento urbano e uma industrialização sem precedentes [...] Distinções entre papéis femininos e masculinos continuavam nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte; e o trabalho feito por mulheres, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do “chefe da casa”. Fora dessa norma, as chances de o “pau comer” eram grandes. **A violência masculina não tinha fim nem limites, sobretudo na intimidade, no seio da vida privada, em que os maus-tratos podiam ser silenciados. E, porque invisíveis, fechados entre quatro paredes, tornavam-se lícitos.**

Essa licitude implicou em inúmeros problemas sociais para as mulheres, a saber: a perpetuação do machismo, a dependência financeira e emocional, a nulidade de uma vida própria e, principalmente, os julgamentos sociais quando as mulheres optavam pelo divórcio. A seguir, iremos elencar como o contexto da pandemia contribuiu para o agravamento das agressões e como esta crise sanitária passou a ser também uma crise social.

#EuNãoDeixoPassar: Manifesto na rede social *Twitter*

A rede social *Twitter* tem conseguido manter a popularidade no ano em vigência. Afirmamos isso porque as redes sociais tendem a ser cíclicas e seus usuários tendem a usar, cotidianamente, mais uma do que outra. Mediante nossa observação, é possível inferir que o *Facebook*, por exemplo, tem perdido adeptos e a interação instantânea já não é a mesma da década passada. Supostamente, esse fenômeno pode ser explicado pelas ferramentas que a rede social contempla, uma vez que elementos mais avançados vão surgindo. Já vivemos a “Era do *Orkut*” e suas comunidades nostálgicas, do *Facebook* e seus grupos fechados; agora, o *Twitter* está em voga.

Com características próprias, o *tweet* se constitui como um gênero discursivo digital, que explora elementos verbais e visuais, faz uso de textos curtos e conta com uma ferramenta muito importante para a rede social em pauta: o *retweet*, ou simplesmente, “*rt*”. Sua dinâmica e extensão proporciona ao usuário a rapidez de informação e a proteção de sua face, no caso daqueles que desejam permanecer no anonimato, utilizando pseudônimos. A rapidez com que as postagens são lançadas e direcionadas se dá, principalmente, por sua estrutura, como Recuero e Zago (2011, p. 1) definem: “o Twitter é uma ferramenta que proporciona a postagem de mensagem para uma rede de seguidores, bem como a troca de mensagens entre usuários de forma pública (*Replies*) e privadas (*messages*)”.

Para Silva (2012), dentro das redes sociais, como o *Twitter*, além da rapidez, há também o engajamento como um fator de importância. Nesse viés, os símbolos como a “#” estão no centro dos movimentos sociais digitais, e é “[...] uma condição tecnológica da plataforma de relacionamentos *Twitter*” (Silva, 2012, p. 10). Com relação a formação de uma “#”, o símbolo em questão pode ser seguido de uma única palavra, de uma expressão ou mesmo de uma frase, que, nesse caso, devem ser escritas sem espaçamento entre si. Sua principal função seria destacar determinados tópicos tidos como relevantes e manter os usuários informados sobre as principais notícias em seu país e no mundo. Mas, para além dessa função, é possível mobilizar grupos e promover uma reflexão, conforme veremos nas análises.

Acerca dos gêneros digitais, Marcuschi (2010) explica que em relação ao discurso online, é interessante observar os seguintes aspectos:

- a) propósito comunicativo do discurso;
- b) natureza da comunidade discursiva;
- c) regularidades de forma e conteúdo da comunicação, expectativas subjacentes e convenções;
- d) propriedades das situações recorrentes em que o gênero é empregado, incluindo as forças institucionais, tecnológicas e sociais que dão origem às regularidades do discurso (Marcuschi, 2010, p. 29).

Nesse prisma, é notório que há elementos de extrema importância no processo de análise discursiva no ambiente digital. Além dos quesitos enfatizados por Marcuschi (2010), destacamos, também, a intencionalidade do produtor textual, a linguagem utilizada, os atores sociais envolvidos, os dados explícitos e implícitos, o modo de

produção, circulação e recepção dos discursos, além da aceitabilidade – ou não – daquilo que está sendo veiculado.

Ademais, ainda sobre a questão do gênero discursivo, entendemos que há, nos textos que compõe o *corpus* deste trabalho, a materialização de um manifesto. Isso porque, nas palavras de Araújo (2021, p. 105, adaptado), “o agrupamento de determinadas situações sociocomunicativas denomina-se constelação de gêneros”, isto é, estas classificações não são estanques ou homogêneas, visto que tais gêneros contemplam “características comuns ao ambiente, à esfera de comunicação, à constituição genética, além do pertencimento a uma teia de propósitos comunicativos” (p. 106, adaptado).

Em resumo, os fatores listados por Araújo (2021) são decisivos para a compreensão da mescla entre os gêneros que circulam nas esferas sociais, aqui, em específico, traços de *tweet* e traços de manifesto. Assim, há, notadamente, nos textos escolhidos para este trabalho, as intenções comunicativas de um *tweet* e de um manifesto. Este, em síntese, tem como propósito comunicativo erguer bandeiras de luta, a fim de mobilizar um determinado grupo social; aquele, contempla objetivos variados, como criticar, informar, exemplificar e, até mesmo, popularizar uma dada campanha.

#EuNãoDeixoPassar e não estou sozinha: um grito de socorro no contexto pandêmico

A campanha em questão nasce da necessidade de criar estratégias para coibir o assombroso crescimento da violência doméstica, em 50%, no ano de 2020¹. Pode-se dizer que esse aumento se deu, principalmente, pelo contexto de crise sanitária que assolou todo o planeta. Em nota técnica, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de 16 de abril de 2020², chegou a comparar a violência contra a mulher com os demais casos de violência no Brasil e as constatações foram alarmantes.

¹ O Brasil registrou 648 feminicídios no primeiro semestre de 2020, 1,9% a mais que no mesmo período de 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

² Nota técnica do FBSP: “A fim de verificar a variação nos níveis de violência doméstica nos primeiros dias das medidas de isolamento social decretadas no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) produziu este documento a pedido do Banco Mundial. Na primeira seção, apresentamos um estudo com dados oficiais coletados junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e Tribunais de Justiça relativos à violência doméstica em seis Estados que se dispuseram a fornecer os dados de forma mais ágil e desburocratizada; na segunda seção, apresentamos estudo produzido em parceria com a empresa *Decode Pulse*, com grande experiência em tratamento de dados em redes sociais,

Um dos canais utilizados para verificação desse aumento foram os relatos publicados em redes sociais, com ênfase no *Twitter*. Apenas nos quatro primeiros meses do ano, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública chegou a registrar um aumento de 53%.

É nesse contexto de crise social, política e sanitária que as redes sociais se tornam ainda mais necessárias. Impossibilitados de se manifestarem presencialmente, as campanhas públicas passaram a acontecer nas arenas digitais com mais intensidade, a fim de mobilizar um determinado grupo social. Entendemos que a *#EuNãoDeixoPassar*, ganhou notoriedade por trazer em seu corpo textual, não somente a “#” como um propulsor de engajamento, mas também os textos e as imagens vinculados à campanha, uma vez que se tratam de fotos de pessoas reais, incluindo artistas, militantes e personalidades reconhecidas, recorrendo sempre a uma foto em preto e branco e com uma legenda de identificação.

Diante disso, no universo de *tweets* sob a mesma hashtag, escolhemos uma amostragem de duas. A primeira delas, é a advogada Julianne Gallo, como mostra a figura 1.



Figura 1: #EuNaoDeixoPassar Julianne Gallo

Fonte: Twitter.

que analisou relatos de brigas de casais e violência doméstica nas redes sociais entre fevereiro e abril” de 2020.

A foto e quanto a mão que simula o silenciamento passam uma mensagem de extrema relevância para a campanha, tanto quanto o texto escrito. Em sua legenda, a internauta se identifica como graduada em direito, mãe do Pedro e membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Vasconcelos- SP. É possível, dessa forma, ver como se manifesta a relação de poder, conforme propõe Dijk (2008). Isso porque ao anunciar os papéis que assume, as internautas tendem a se identificar, haja vista ela não ser apenas “mulher”; pois, é, também, “alguém com formação superior”, “mãe”, e “membro de um Conselho importante em sua cidade”.

Fazer parte desses grupos, não garante o pertencimento ao grupo daqueles que lutam pelo fim da violência doméstica, mas ao aderir a #EuNãoDeixoPassar, ela não somente se identifica com esse grupo, como nega totalmente o grupo contrário. Acerca disso, Cunha (2020, p. 50, adaptado) indica que “correntes virtuais se mostraram convenientes no exercício de dizer sua verdade, uma vez que você pode inserir-se em determinados grupos de apoio ou de repressão a assuntos específicos”.

Outro fator que precisa ser destacado aqui é a tentativa da quebra da hegemonia masculina, é a evidência da ruptura (Del Priore, 2013), da mudança social. Isso é passível de comprovação ao nos voltarmos para o seguinte discurso: “**Não podemos mais aceitar** que uma mulher seja morta a cada duas horas”. O desejo de lutar pela reversão dos índices, a manifestação de repúdio do aumento dos índices e o encabeçamento da campanha são estratégias da Comunicação (Meira, 2016), que corroboram para a legitimidade da rede social Twitter.

O segundo *twett* foi feito pela Presidente do Grupo de Mulheres do Brasil, Luiza Helena Trajano. Ela é uma empresária brasileira que comanda a rede de lojas de varejo **Magazine Luiza**, atingindo, de acordo com a *Revista Forbes*, o status de uma das três mulheres mais ricas – e poderosas – do Brasil.



Figura 2: #EuNaoDeixoPassar Luiza Helena Trajano

Fonte: Twitter.

Diante da popularidade que ela alcança, entendemos que o discurso de Luiza Trajano, veiculado na Rede Social *Twitter*, exerce uma forte relação de poder sobre as internautas. Embora o tom utilizado seja de coletividade, de empatia pela causa – “precisamos estar unidas” – o discurso é dominante, uma vez que ela assume o cargo de presidente de um grupo e é empresária.

Além do texto no *Twitter*, a internauta também coloca um link para acesso a outra rede social, o *Instagram*, onde transcreve o texto chave da campanha. Devido à restrição de número de caracteres, Luiza Trajano lança mão desse recurso para que, assim, seus seguidores possam acessar e ler o texto na íntegra, com explicações sobre a campanha, gerem engajamento e, finalmente, possam comentar e interagir em mais de uma rede social, atingindo, portanto, um maior número de possíveis adeptos (Recuero; Zago, 2011).

No que tange às noções defendidas por Sztompka (2005) e Del Priore (2013), vemos que a figura 2 retrata um convite à mudança social, à ruptura, principalmente ao utilizar o discurso “se você suspeitar de algum tipo de agressão perto de você, denuncie!”. Deduzimos isso ao levarmos em consideração que o ato de denunciar é considerado uma transgressão ao sistema opressor, ditador e patriarcal, uma quebra das algemas da submissão feminina e da condição de vítima, que, infelizmente, muitas mulheres ainda estão submetidas.

Algumas considerações finais

A violência contra a mulher tem sido uma pauta recorrente, seja nas redes sociais, seja em pesquisas de cunho científico. Com o fito de minimizar os altos índices, algumas leis foram criadas – e sancionadas –, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e a Lei do *Stalking*, conforme apresentação no quadro 1, intitulado “Leis de proteção às mulheres e suas implicações”. Todavia, as mídias impressas, televisivas, radiofônicas e digitais, além de instâncias específicas de combate à violência doméstica, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, comprovam o aumento de agressões no contexto da pandemia COVID-19, conforme discutido neste texto.

Mediante isso, traçamos como objetivo deste trabalho analisar dois discursos/manifestos veiculados no *Twitter*, circunscritos na campanha *#EuNãoDeixoPassar*, à luz da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Nesse sentido, as noções de mudanças sociais/rupturas, tradições/permanências, bem como de relações de poder, sustentadas pelas bases sociológicas e comunicacionais, foram de extrema importância para a discussão, a fim de avaliar como os discursos de mulheres mobilizam a adesão de práticas essenciais para o combate à violência doméstica, dentre as quais destacamos a denúncia, por meio do número 180 - Disk Denúncia – e/ou em uma Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres, além do direito ao exame de corpo de delito e à medida protetiva.

Em síntese, inferimos que os textos verbais e visuais que compõem os *tweets* exercem uma forte influência nas internautas, promovem reflexões a partir dos questionamentos: “Sou simpatizante desta causa?”, “Devo denunciar uma pequena agressão?” e, ainda, “Como posso estimular que outras mulheres façam adesão desta campanha?”

Por fim, julgamos relevante pontuar que outros vieses analíticos seriam perfeitamente aplicáveis, como a Psicologia, o Direito e a Assistência Social, principalmente se levarmos em consideração o caráter transdisciplinar da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Outrossim, convém destacar que intencionamos desenvolver outros trabalhos sobre a violência contra a mulher, visto que há desdobramentos nas leis em vigência, como, por exemplo, a tramitação de projetos que venham a proibir a assunção de condenados por violência contra a mulher em cargo ou função pública de qualquer natureza. Logo, reiteramos que as pesquisas feministas estão longe de findar e, pelos motivos aqui apresentados, lutamos para que o ativismo, sob a ótica do feminismo, não seja rotulado como vão ou simplório. Lutamos,

também, para que haja efetividade das leis e, assim, o fim da violência contra mulher não seja apenas uma utopia social.

Referências

- ARAÚJO, J. **Constelação de gêneros: a construção de um conceito**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021.
- CUNHA, D. B. da. **Análise crítica da (des)(re)construção identitária em produções de narrativas de mulheres vítimas de violência de gênero**. 2015. 151 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2015.
- CUNHA, D. B. da. **Penso E (Re)Posto, Logo Existo: Uma Análise Dialógica das Identidades através do Signo #Enemfeminista**. 2020. 203 f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020.
- DEL PRIORE, M. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013.
- DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500-2000**. São Paulo: Planeta, 2020.
- DIJK, T. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MEIRA, G. M. de G. S. #MeuExAbusivo: Análise crítica discursiva de um post na página 'Quebrando o Tabu'. **Cadernos do CNLF (CIFEFIL)**, Rio de Janeiro, v. XXIII, p. 599-612, 2019.
- MEIRA, G. M. de G. S. **Permanências e rupturas nos discursos femininos: estudo crítico na Fanpage Claudia Online**. 2016. 180 f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2016.
- PEDROSA, C. E. F. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD): contribuições aos estudos das identidades e dos sujeitos. In: XVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Disponível em: www.filologia.org.br. Acesso em: 20 set. 2023.
- PEDROSA, C. E. F. Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso: uma proposta para análise crítica do discurso. In: SÁ JÚNIOR, L. A.; BARBOSA, T. M. N. (Orgs.). **Práticas Discursivas e Ensino de Língua(gens)**. Vol VI: Coleção Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. Natal: EDUFRN, 2014.

RECUERO, R.; ZAGO, G. A economia do retweet: redes, difusões de informações e capital social no Twitter. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20. **Anais...** Porto Alegre, 14 a 17 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/180/101>>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, R. S. da. **Twitter e ciberativismo**: o movimento social da hashtag #ForaMicarla em Natal-RN. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Trad. de Pedro Jorgensen Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Ciência e poder: controle social através do discurso hegemônico

Paulo Sérgio S. Santos*

Introdução

O presente texto, na verdade, é parte não publicada da pesquisa apresentada na tese: *A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica: estratégias sociodiscursivas*. A referida tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2017. O estudo se justifica pelo momento de grande popularidade das revistas de divulgação ou popularização da ciência no Brasil. Esses veículos de comunicação alcançam cerca de 3 milhões de leitores mensalmente, se somássemos as três mais vendidas no mercado editorial brasileiro. Esse alcance precisava ser estudado a partir da ótica das teorias discursivas, principalmente levando-se em consideração que a propalada “alfabetização científica” prometida por essas revistas trazia em seu bojo um punhado de problemas dignos de análise. Dessa forma, a pesquisa pretende discutir as estratégias sociodiscursivas de apropriação do poder hegemônico da ciência nos textos de divulgação científica nas revistas *Superinteressante* e *Galileu*. As duas revistas citadas são as de maior tiragem no mercado nacional e juntas possuem mais da metade do mercado editorial do ramo no Brasil.

A pesquisa está fundamentada principalmente na Análise Crítica do Discurso. A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, por sua vez, apontará a análise para as questões concernentes à Comunicação para a Mudança Social e aos tipos de poder, a partir das proposições de Pedrosa (2012b). Assim, é preciso estabelecer um entendimento dos mecanismos de naturalização que contribuem para a construção simbólica através dos modos de operação da ideologia descritos por Thompson (2009).

* Doutor em Estudos da Linguagem, área de concentração em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participa como pesquisador permanente do grupo de pesquisa Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS) na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orienta pesquisas em Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística voltadas ao Ensino de Língua Materna e Estudos Críticos do Discurso. E-mail: psergio65@gmail.com

E, por fim, o conceito de confiança desenvolvido por Giddens (1991; 2002), nesse contexto, lançará luz acerca do esvaziamento de tempo e espaço como estratégia de universalização do discurso das revistas de divulgação científica. Metodologicamente, a pesquisa está situada em um paradigma qualitativo, inserido no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, com foco na Linguística Aplicada (LA).

Pretendemos que a discussão proposta demonstre que o domínio do discurso científico, tanto quanto o da divulgação da ciência, proporcione acesso a recursos materiais e instâncias de poder. É preciso que esse discurso e seu *modus operandi* sejam desmistificados. A partir desse corpus, buscaremos as respostas para a seguinte questão: As redes editoriais que sustentam a DC e seus discursos estabelecem relação como funcionamento dos sistemas peritos, agenda setting e espiral do silêncio?

Pensamos que a busca das respostas de tais questionamentos deverá servir como fio condutor que nos guiará no sentido de dar o melhor tratamento aos dados gerados a partir do nosso objeto de pesquisa.

A ciência e a regulamentação da vida material

Nosso ponto de partida será a discussão sobre o processo pelo qual a ciência organiza a vida material na sociedade atualmente. Essa reflexão nos oferecerá elementos para caracterizar as redes editoriais que promovem a divulgação da ciência em larga escala como *sistemas peritos*, que não produzem por si um conteúdo específico, mas que toma o conteúdo científico e a própria legitimação desse discurso primeiro.

As redes editoriais fortalecem e socialmente uma imagem que as pessoas têm da ciência e do cientista, buscando distanciar ainda mais a cultura científica da cultura humanística com imagens do cientista como um mito, e isso, é potencialmente negativo na medida em que “se existe uma classe especializada em pensar de maneira correta (os cientistas), os outros indivíduos são liberados da obrigação de pensar e podem simplesmente fazer o que os cientistas mandam” (Alves, 2015, p. 10).

Assim, a ciência ocupou esse “lugar” social daquilo que é confiável e que pode resolver todos os problemas da vida moderna e as redes de divulgação massiva da ciência coloca-se como caudatária desse legado científico. Daí que temos convicção de que a própria ciência é multiplicadora de sistemas peritos, na medida em que ela própria é múltipla, como vimos em discussão posterior e, portanto, abrange todos os sistemas de conhecimento técnico que regulam todas as áreas da vida social. Temos como exemplos as áreas das engenharias, telefonia, automobilística, química, etc. E a

crescente especialização científica resolveu o problema das reservas de mercado das profissões modernas.

É intuito dessa discussão, lançar luz ao modo como as redes editoriais da divulgação científica ao apropriar-se do discurso científico, e por tanto, de sua autoridade técnica e socialmente hegemônica, transformam-se em um *sistema perito* no qual as pessoas confiam plenamente sem discutir sua gênese ou interesses imediatos. As revistas, nesse contexto, seriam os instrumentos necessários à essa apropriação e ao pleno exercício desse poder.

Os efeitos negativos dessa “apropriação” atingem mensalmente milhões de leitores que, a partir de uma atitude comum entre os leitores de revistas, confiam sem ressalvas nas informações apresentadas pelos veículos em questão.

Para Giddens (1991) a modernidade fomenta relações que não estão situadas, e que, portanto, não ocorrem face-a-face. São situações de contatos sociais entre ausentes, que não estão em contato direto, mas que suas vontades estão materializadas através de representações. Ocorre, assim, uma separação entre tempo e espaço que é característica peculiar dos tempos atuais.

Desse ponto de vista, ocorre o desencaixe de situações de interação de um espaço/tempo e sua (re)materialização em outro contexto socialmente localizado. Temos então “[...] a separação entre tempo e espaço e sua formação em dimensões padronizadas, ‘vazias’, penetram a conexões entre a atividade social e seus ‘encaixes’ nas particularidades dos contextos de presença” (Giddens, 1991, p. 30).

Esse fenômeno faz com que as relações sociais sejam liberadas das restrições, hábitos, práticas e contingências dos contextos locais de interação, possibilitando um novo leque de possibilidades na sociedade atual. Assim, as instituições modernas são capazes de estabelecer a ligação dos contextos locais com os globais, de forma que não seria possível em momentos passados da nossa história.

É preciso então que algum elemento permita que os interesses dessas relações desencaixadas do seu tempo e espaço funcionem. A isso, Giddens (1991) chama de “*Desencaixe*”. Por *desencaixe* ele se refere ao deslocamento das relações de contextos locais e sua reestruturação em outros contextos sem limitação de tempo e espaço. Há, segundo o autor, dois mecanismos de *desencaixe*, que são: *fichas simbólicas* e *sistemas peritos*.

Assim, os sistemas peritos são descritos como “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e

social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 37-38). Estamos envolvidos em diversos sistemas que dominam, organizam e, de certa forma, dizem como devemos realizar nossas tarefas. São sistemas importantíssimos nos quais as pessoas depositam confiança baseadas na experiência e na tradição.

Sendo assim, faz-se importante discutir o conceito de *Confiança* apontado por Giddens (1991). Para o autor, todos os *sistemas peritos* dependem, para seu pleno funcionamento, do fator: *Confiança*. Isso se deve ao fato de que a confiança está na base de sustentação de todas as instituições modernas que organizam a vida social. Os cidadãos que fazem uso dos sistemas peritos em seu cotidiano o fazem a partir da confiança nas capacidades abstratas apresentadas pelos sistemas. Assim, “a confiança é uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1991, p. 37).

Segundo o autor “[...] para a pessoa leiga, repetindo, a confiança em sistemas peritos não depende nem de uma plena iniciação nestes processos nem do domínio do conhecimento que eles produzem” (Giddens, 1991, p. 39). Assim, ao analisar a natureza dos *sistemas peritos* necessitaremos da categoria de *Contingência*. Como vimos acima a confiança é um aspecto importante na construção e sustentação das instituições que formam *sistemas peritos*. Por sua vez, a confiança está vinculada à *contingência*. Esta última entendida como a credibilidade socialmente auferida pelos sistemas a partir de resultados positivos na operação dos sistemas.

A categoria de *Contingência* permitirá discutir aspectos relevantes que integram a funcionalidade dos sistemas peritos, como as condições em que se dá a confiança nos sistemas e o caráter particular de articulação das redes editoriais que integram a Divulgação da Ciência como negócio de comunicação social.

O estudo do poder: dominação e legitimação através de discursos institucionais

Partindo para a discussão acerca dos efeitos da modernidade na comunicação de massa na atualidade, Giddens nomeia esse período de ‘modernidade tardia’ ou ‘alta modernidade’ e a caracteriza pelo ceticismo generalizado em conjunto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia criam novos parâmetros de risco e perigo além de oferecer possibilidades benéficas para a humanidade (Giddens, 2002, p. 32).

Passemos ao estudo do poder dentro do quadro da ACD. Fairclough ([2001], 2008) toma o conceito de poder como hegemonia tal qual Gramsci (1971). A partir desse entendimento “hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (Fairclough, 2008, p. 122). Assim entendida a hegemonia transforma-se em um foco de constantes lutas entre os blocos sociais que se colocam em contraposição. Alguns desses blocos tentam a todo custo manter as relações de dominação e subordinação ideológica, econômica e política.

Dessa forma, podemos considerar o campo discursivo da ciência e também da divulgação científica como a materialização discursiva de uma proposta hegemônica que pretende através de sistemas peritos manter o poder social de influência das massas.

Por isso, vamos discutimos por um lado a hegemonia da ciência na atualidade e por outro as consequências da apropriação desse poder em termos de influência pelos meios de comunicação, mais especificamente pelas revistas de divulgação científica mais populares, já que entendemos que quanto maior o escopo de alcance da mídia, mais graves as consequências provocadas. Contudo, ainda é preciso ampliar a visada e propor caminhos para a análise dos tipos de poder que se manifestam nos textos das revistas de DC.

Segundo Fairclough (2008, p. 123) a prática discursiva, a produção, a distribuição e consumo de textos são expressão da luta hegemônica e contribui em graus variados para a reprodução e transformação da ordem de discurso existente, como das relações sociais assimétricas existentes.

Por sua vez, van Dijk (2008) avança na identificação dos tipos de poder. Segundo o autor é preciso que continuemos os estudos acerca desse conceito para amadurecer e demonstrar suas implicações de forma interdisciplinar. Assim, o autor destaca as características do poder que, segundo eles, são relevantes para os estudos em Análise Crítica do Discurso.

Para Dijk (2008) é uma característica do exercício contemporâneo do poder e existência de uma estrutura lógica. Essa estrutura seria formada por cognições socialmente compartilhadas que estão de alguma forma, ligadas aos grupos sociais. Essas cognições compartilhadas, apropriadas e confirmadas, principalmente através dos meios de comunicação e do discurso vigente na sociedade.

Assim, ganha relevo a posição que temos defendido de que a relevância dos discursos das redes editoriais de divulgação da ciência, reside, de fato, na sua origem, ou produção. Para van Dijk o poder efetivamente utilizado pelos grupos que detêm controle de diferentes recursos discursivos. Por isso, “esse controle pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de (re)produção do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência”.

Para fins de análise, seguiremos essa linha teórica apresentada. Fairclough (2003; 2008), van Dijk (2008) apontaram para o fato de que a análise do poder é elemento indispensável nos marcos de uma teoria crítica do discurso. A partir desse entendimento geral, vamos utilizar as classificações do poder propostas pelo quadro teórico da ASCD, a partir de Bajoit (2006).

Pedrosa (2012c) catalogou as explicações de Bajoit e demonstrou como essa classificação dos tipos de poder podem servir de base para as nossas análises. Para Bajoit (2006) o poder é presentificado na vida social pelas formas de constrangimentos sociais e materiais existentes.

Pedrosa (2012c) recontextualiza a classificação de Bajoit (2006) para o quadro teórico da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso. Utiliza para isso as expressões Poder-potência; Poder-Estado; Poder-autoridade; Poder influência; e Poder-hegemonia para designar os tipos de poder apontados pelo autor. Assim temos, para fins de análise dos tipos de poder:

(a) Modo de produção (administrar a produção de riquezas) e a potência. O modo de produção envolve a administração da produção e utilização social das riquezas de uma coletividade. Como nem sempre as riquezas são suficientes, geram-se conflitos entre as classes de gestores e de produtores (pode-se solucionar o problema também através da colaboração); aqueles desejam controlar a produção em benefício próprio. Quanto ao tipo de força exercida aqui, denomina-se PODER- DOMÍNIO.

(b) Tipo de regime político (administrar a ordem interna) e o poder. A administração de uma ordem interna envolve: legislar (poder legislativo - decidir sobre o permitido e o proibido); julgar (poder judicial - avaliar as condutas conforme as leis); reprimir (poder repressivo - aplicar a decisão do poder judicial); governar (poder executivo - intervir na ordem instituída). Os atores políticos envolvidos são as elites estatais e os cidadãos. Neste caso, o tipo de coerção é PODER-ESTADO.

(c) Modelo de integração social (administrar a socialização de seus membros) e autoridade. Este modelo dá conta da socialização dos membros da coletividade de acordo com as regras que se adotou para o corpo social, como: prescrever e inculcar as regras; garantir a autoridade da hierarquia; avaliar as condutas dos

dirigidos; e castigar o desvio social. Os atores sociais são as hierarquias e os dirigidos. A esta “capacidade de obrigar os membros de uma coletividade a conformar-se com um modelo de integração” (Bajoit, 2008, p. 38), chama-se PODER-AUTORIDADE.

(d) Tipo de contrato social (administrar o consenso e a solidariedade) e a influência. Tipo de relação social em que se estabelecem, negociam e garantem os compromissos, bem como a existência entre os diferentes grupos. Os atores sociais envolvidos são os grupos instalados e os grupos minoritários. A relação de coerção que envolve acima de tudo negociação é denominada de PODER-INFLUÊNCIA.

(e) O modelo de ordem social (administrar suas relações com outras coletividades) e a hegemonia. Este modelo se refere ao modo de administrar as relações entre as coletividades nos âmbitos regional e mundial. Os atores envolvidos são: coletividades hegemônicas e coletividades dependentes. A relação de coerção em que a coletividade mais forte impõe (por diplomacia ou guerra) seus interesses políticos, econômicos sobre outras mais fracas, chama-se PODER-HEGEMONIA.

Podemos observar que a classificação proposta por Bajoit (2006) e recontextualizada por Pedrosa (2012c) estabelece parâmetros claros para a abordagem que precisamos desenvolver nos textos de DC. Essa classificação nos ajudará a enquadrar a divulgação científica em uma análise socialmente localizada e que leve em consideração as práticas sociais estabelecidas a partir da relação de poder estabelecida pelo próprio campo científico.

O poder como Hegemonia e o poder como influência podem revelar as nuances da produção e recepção dos textos das revistas de divulgação científica. Entendemos que essas nuances são cruciais para o entendimento desses textos e possibilitam maior clareza de que as redes de DC operam como Sistemas Peritos.

Modernidade tardia: desenvolvimento das instituições e a prescrição da vida.

Nesse tópico iremos verificar se as redes editoriais que sustentam a DC funcionam tal qual um *Sistema Perito*. Vamos observar quais os mecanismos de naturalização dos discursos que contribuem para a construção da hegemonia do discurso da ciência através do sistema representado pela rede de divulgação científica em massa.

Seguindo os critérios de seleção da pesquisa guarda-chuva, os textos foram divididos em três eixos temáticos e a análise organizada por categorias. No presente texto a proposta é trabalhar com a categorias de Confiança (que nos possibilita a

discussão acerca dos tipos de poder. Assim, as 2 revistas que constituíram o corpus atual são:

Matéria a) “CÂNCER. VIRAMOS O JOGO” (*SuperInteressante*, edição 318 – Maio / 2013);

Matéria b) “A medicina dá o braço a torcer” (*Galileu*, edição 259 – fevereiro / 2013).

Dessa forma, procederemos à exposição da temática e, em seguida, a análise dos textos.

Nesse sentido, optamos por verificar, nesse estudo, se as redes editoriais que sustentam a DC funcionam tal qual um Sistema Perito. Vamos observar quais os mecanismos de naturalização dos discursos que contribuem para a construção da hegemonia do discurso da ciência através do sistema representado pela rede de divulgação científica em massa.

Segundo Giddens (1991), é característica da modernidade o esvaziamento do tempo. O entendimento do ‘espaço vazio’ se dá a partir da observação da separação que se deu, nos tempos atuais, entre espaço e lugar. Para o autor, há distinção entre os conceitos de espaço e lugar, de forma que não são sinônimos. Sendo assim, ele descreve o lugar como o cenário físico da atividade social, situado geograficamente. “O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (Giddens, 1991, p. 29).

Dessa maneira, o descolamento do espaço do lugar está ligado ao fato de que passamos a ter espaços sem ligação imediata com um local específico. Esse descolamento, por sua vez, provocou o que o autor chamou de separação entre tempo e espaço. Essa separação permite a recombinação das atividades e práticas sociais para deslocamento e materialização em outro espaço-tempo.

As redes editoriais da divulgação científica são exemplo inegável de instituição social que promove o deslocamento de tempo e espaço de práticas sociais geograficamente localizadas para outros espaços rompendo, assim, o aspecto da relação de presença. Exemplo disso é que nas matérias em questão os relatos, citações e entrevistas são, quase que exclusivamente com estrangeiros.

Aliás, essa é uma característica da SuperInteressante que em seu primórdio fazia a importação de matérias, já que é uma franquia internacional. As matérias vinham de países como a Espanha, Argentina e México para a publicação, sem nenhum tipo de tratamento que promovesse a contextualização, apenas recolocando o texto em um novo espaço.

A realidade que temos acerca das redes editoriais que sustentam a divulgação de informações científicas é que como essas redes editoriais se apropriam da legitimidade, da hegemonia e do poder que o sistema da ciência possui na sociedade moderna, eles estão, em grande parte, acima de qualquer regulação, nem por agências, nem por parte da sociedade que se pensa leiga para esses assuntos. Vamos observar alguns trechos do texto a fim de identificar como essa apropriação acontece.

- I. Fácil não é, mas a americana Bárbara Bradfield teve sorte. Em 1990, ela descobriu um caroço debaixo do braço e nos seios. Tinha câncer de mama – e pior: ele já tinha se espalhado nos nódulos linfáticos. Enfrentou quimioterapia e perdeu parte da mama. Ainda assim, um ano depois, o câncer reapareceu – e se espalhou em metástase. A morte era questão de tempo (SuperInteressante, edição 318, p. 50 – Maio / 2013).
- II. No levantamento mais recente sobre o tema, o Instituto Samueli mostrou que 42% dos hospitais nos EUA (de 714 pesquisados) ofereciam terapias complementares em 2010 – em 2007, o número era 37% (Galileu, edição 259 – fevereiro / 2013, p. 36).

Podemos identificar uma tendência de esvaziamento de tempo e espaço nos trechos em destaque. Embora a matéria do trecho “XV” date de 2013 e tenha precedentes no mesmo veículo que data de 2001, como vimos no início desse capítulo, a história em questão data de 1990, e teria ocorrido nos EUA. Obviamente um caso específico foi generalizado e usado como referência do que ocorre com pacientes com câncer.

Na matéria do trecho “XVI”, fica evidente, também a questão do desencaixe temporal. A realidade mostrada é a americana, no entanto os seus números e dados foram misturados aos dados da realidade brasileira como se fossem parte da mesma realidade e denotassem as mesmas práticas sociais.

Podemos observar no fio da narrativa que se desenrola na matéria que a própria ciência já se utilizou de métodos que hoje se sabem ineficazes e invasivos em demasia. Vejamos o trecho:

- I. “Suas cirurgias radicais desfiguravam as pacientes. Na europa, um cirurgião tirou três costelas e outras partes da caixa torácica e amputou um ombro e a clavícula de uma mulher com câncer de mama”. (SuperInteressante, edição 318, P. 48 – Maio / 2013).

Acompanha o trecho em destaque a explicação de que a ciência nem sempre esteve a par da melhor forma de encarar o câncer e que pacientes passavam por tratamentos desumanos, pois a ciência ainda não havia alcançado o conhecimento necessário para praticar um tratamento mais adequado à doença.

A matéria em tela lança mão de relatos de duas décadas atrás, de situações ocorridas em outro continente e relaciona com o conhecimento científico que se tem hoje para forjar uma “opinião” acerca dos melhores caminhos para se tratar o câncer nos dias de hoje. O fato de a *SuperInteressante* ser o veículo do ramo de informações científicas mais vendido significa que há uma confiança por parte do público definida a partir da credibilidade que as pessoas têm no sistema. O sistema de informações científicas, por sua vez, assenta sua credibilidade nos avanços da ciência.

Outro aspecto que devemos destacar é o caráter prescritivo, ou seja, a característica que tem o sistema perito de prescrever aos seus usuários como agir e se comportar diante de determinada situação. Lembremos que os sistemas de excelência servem para organizar a vida material e dessa forma, possibilitar conforto às pessoas. Assim, temos:

- I. Use sapatos confortáveis são a melhor maneira de evitar inflamações nas articulações e coluna lombar (SuperInteressante, edição 318, P. 53 – Maio / 2013, p. 53).
- II. Por isso, só use fitoterápicos com a receita e orientação de um especialista e dê preferência àqueles fabricados por laboratórios, por conta do maior rigor durante a produção (Galileu, edição 259 – fevereiro / 2013, p. 40).

Há nos trechos em destaque um caráter prescritivista inerente ao gênero de DC e que demonstram cabalmente a sua ação enquanto sistema perito. São instruções do que fazer que não trazem consigo a origem, o estudo ou os parâmetros utilizados para se chegar a tais conclusões. Caso se tratasse de um estudo científico estaríamos falando em métodos de pesquisa, contudo, no texto de divulgação não há que se falar em método, pois pressupõe-se que a informação fornecida passou pelo crivo científico.

Concordamos com Todd Gitlin (2003, p. 13) quando afirma em seu estudo: “Mídias sem limite” que “a centralidade das mídias está disfarçada, em parte, pela predominância daquela expressão segura de si e bem definida, ‘sociedade da informação’, ou, de maneira mais grandiosa, ‘era da informação’”. Temos uma realidade em que as pessoas buscam avidamente a informação e o acúmulo desta, mas não estão dispostas a refletir acerca do consumo destas.

Ainda segundo o autor, o termo ‘sociedade da informação’ possui uma aura positiva, como se indicasse, por si só, um dom que se submete à utilidade pública acima de qualquer interesse. É preciso então sair da ignorância e buscar a informação e orientação nas matérias de divulgação científica com a pressa inerente à vida moderna. Acerca da materialização do sistema perito na matéria em tela temos o quadro a seguir.

Quadro 1 – Sistema perito

| Matéria a) “CÂNCER. VIRAMOS O JOGO” (SuperInteressante, edição 318 – Maio / 2013) Matéria b) “A medicina dá o braço a torcer” (Galileu, edição 259 – fevereiro / 2013) | |
|---|--|
| Esvaziamento tempo espaço | Nos últimos anos, os tratamentos da doença vêm surtindo efeito: nos EUA, de 1950 até 2007 , as mortes por câncer diminuíram 8%. (SuperInteressante, pág. 46). No levantamento mais recente sobre o tema, o Instituto Samueli mostrou que 42% dos hospitais nos EUA (de 714 pesquisados) ofereciam terapias complementares em 2010 – em 2007, o número era 37%. (Galileu, edição 259 – fevereiro / 2013, p. 36). |
| Caráter prescritivo | Prefira orgânicos e congelados. Orgânicos são sempre melhores. Mas, se você compra verduras no mercado, prefira os congelados. No momento em que saem do solo ou das árvores, os alimentos frescos começam a perder os nutrientes. No caminho até a venda, quase tudo já se foi. (SuperInteressante, edição 318, P. 53 – Maio / 2013). Por isso só uso fitoterápicos com a receita e a orientação de um especialista e dê preferência àqueles fabricados por laboratórios, por conta do maior rigor durante a produção. (Galileu, edição 259, p. 40 – janeiro de 2013). |

Fonte: Santos (2017, p. 120).

Entendemos que dada a dificuldade, ou impossibilidade do cidadão médio conferir a validade, atualidade e eficácia das informações fornecidas, e a partir do grau de confiança que goza o veículo, que o sistema age verdadeiramente desencaixando informações e fornecendo instruções a uma sociedade ávida por elas, não importando a maneira como foram produzidas ou manipuladas.

Considerações finais

No início dessa jornada, propusemo-nos a analisar o quadro geral que envolve as condições de produção e de consumo de informações científicas. O intuito era uma análise que envolvesse questões de práticas sociais e manipulação ideológica, a partir do prestígio social demonstrado pelo campo científico. Dessa forma, a pesquisa pretende discutir as estratégias sociodiscursivas de apropriação do poder hegemônico da ciência nos textos de divulgação científica nas revistas *Superinteressante* e *Galileu*.

Além disso, o conceito de confiança desenvolvido por Giddens (1991; 2002), nesse contexto, lançou luz acerca do esvaziamento de tempo e espaço como estratégia de universalização do discurso das revistas de divulgação científica.

A análise proposta demonstrou que o domínio do discurso científico, tanto quanto o da divulgação da ciência, proporciona acesso a recursos materiais e instâncias de poder. Foi possível responder à questão inicialmente proposta: as redes editoriais que sustentam a DC e seus discursos estabelecem relação como funcionamento dos sistemas peritos, agenda setting e espiral do silêncio?

Ficou claro na discussão que essa relação está plenamente estabelecida e que esse fato passa pelo *modus operandi* de redes editoriais que dominam o mercado editorial brasileiro sem nenhum resquício de controle público.

Entendemos que é fundamental discutir a produção, circulação e consumo dessas redes editoriais, também, e por que não? A posição de legitimidade desfrutada por metodologias científicas, e trazê-las para um lugar onde possam ser escrutinadas, a partir do interesse público. Empreendemos, dessa forma, nossa jornada, buscando jogar luz nesse ambiente cultural do nosso tempo, em que as mídias de comunicação de massa conseguem pautar, não só o assunto a ser discutido, como também o que devemos pensar sobre os diversos temas que afligem a população desse século.

A nosso ver, entendemos como razoável a preocupação de que essas redes editoriais manipulem, estabeleçam os temas, e induzam e homogeneizem as opiniões

sobre as pautas sociais, o que dizer quando entra nesse bojo o elemento científico, que, por si só, já desfruta de tamanho prestígio? Não é uma conjuntura a ser desprezada.

Referências

- ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: Introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Ijuí, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación em ciências sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and globalization**. London; New York: Routledge, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2008.
- GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GITLIN, T. **Mídias sem Limite**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PEDROSA, C. E. F. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso: caminhos de análises no campo da Análise Crítica do Discurso. **ASCD**, 2012a. Disponível em: <http://www.ascd.com.br/>. Acesso: 13 out. 2023.
- PEDROSA, C. E. F. Abordagem sociológica e comunicacional do discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. **ASCD**, 2012b. Disponível em: <http://www.ascd.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.
- SANTOS, P. S. da S. **A apropriação do poder hegemônico da ciência em revistas de divulgação científica**: estratégias sociodiscursivas. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Letras) –Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2017.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

Editora CLAE

2024